

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

KATRINY RENOSTO LAZARIN

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO
ESTUDANTIL DA UEPG**

**PONTA GROSSA
2023**

KATRINY RENOSTO LAZARIN

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO
ESTUDANTIL DA UEPG**

Material de Defesa de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas, linha de Pesquisa: História, Cultura e Cidadania.

Orientadora: Prof.^a Dra. Reidy Rolim de Moura

**PONTA GROSSA
2023**

L431 Lazarin, Katriny Renosto
Limites e possibilidades da participação do movimento estudantil da UEPG
/ Katriny Renosto Lazarin. Ponta Grossa, 2023.
113 f.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas -
Área de Concentração: História, Cultura e Cidadania), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Reidy Rolim de Moura.

Coorientadora: Profa. Dra. Silmara Carneiro e Silva.

1. Participação. 2. Movimento estudantil. 3. Cultura política. I. Moura, Reidy
Rolim de. II. Silva, Silmara Carneiro e. III. Universidade Estadual de Ponta
Grossa. História, Cultura e Cidadania. IV.T.

CDD: 370.981

AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim deste trabalho é uma enorme vitória pessoal.

Agradeço inicialmente, a Deus pela força que me enviou a todo o momento. Ainda, meu agradecimento ao Universo, meus guias e todas as energias que me ajudaram nessa trajetória tão difícil.

Aos meus pais, Eliane e Roberto, por todo o amor, apoio financeiro e incentivo aos estudos. Por serem exemplo de sabedoria e me ensinarem todos os dias que o conhecimento é transformador.

Ao meu irmão e cunhada, José e Rafa, por estarem sempre presentes na minha vida.

Ao meu companheiro, André, por ser o maior incentivador desse processo. Por sempre reforçar sentimentos positivos. Por me acolher com amor e calma sempre que necessitei.

As minhas amigas de vida, Vane e Ray, por sempre serem sinceras e presentes na minha vida.

As minhas amigas que o serviço social me trouxe, Manu e Monica, por não me deixarem esquecer a minha essência profissional. Aqui reservo um agradecimento especial para Monica por todo apoio emocional e espiritual.

A minha amiga Luana, por estar presente em todo o processo desta pesquisa, incentivar a finalização dela todos os dias e por saber exatamente como chegar ao fim trata-se de uma vitória.

A minha orientadora Reidy, que teve tanta paciência com minhas dificuldades e sempre me incentivou a não desistir.

A professora Silmara pelo apoio e por ser exemplo de profissional.

Ao Programa de Pós Graduação da UEPG por oportunizar essa pesquisa e essa experiência.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi identificar quais os limites e possibilidades dos processos de participação dos acadêmicos de graduação pertencentes ao movimento estudantil (DCE -2019/2020) da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Como objetivos específicos foram definidos: sistematizar os conceitos e debates acerca da Democracia e Cultura Política; identificar se existe o debate sobre participação no âmbito da Universidade, em especial no movimento estudantil (DCE); e compreender como se dá à construção do processo participativo dos acadêmicos de graduação atuantes do movimento estudantil, aqui representado pelo DCE – gestão 2019/2020 na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Considera-se a necessidade de pesquisas com esse enfoque, a fim de criar espaços de debate, diálogo e que oportunizem a participação, reafirmando sempre a importância da democracia. No que tange aos procedimentos metodológicos, a presente pesquisa se utilizou da metodologia de pesquisa exploratória, bibliográfica e pesquisa de campo com aplicação de questionário e entrevista. A aplicação do questionário se deu de forma online através da utilização da plataforma Google Forms. Para realização das entrevistas, foi utilizado apoio da plataforma Google Meet. O presente trabalho está organizado da seguinte forma: Capítulo 1: Conceitos e debates sobre democracia, sociedade civil e participação; capítulo 2: A prática da participação no âmbito da Universidade e o Movimento Estudantil (DCE) e capítulo 3: Os limites e possibilidades dos processos participativos dos Acadêmicos da UEPG a partir da Representação no Movimento Estudantil – DCE – Gestão 2019/2020, apresenta-se os dados coletos e análise realizada em torno dos mesmos. O objetivo desta pesquisa foi alcançado com êxito sendo possível durante o capítulo 3 identificar os fatores que realcem os limites e possibilidades nos processos de participação do público alvo da pesquisa. Sendo que como limite pode-se identificar, para além e outros pontos, o baixo engajamento no processo participativo e como principal possibilidade, a compreensão da universidade como espaço democrático e de participação.

Palavras-chave: Participação; Movimento Estudantil; Cultura Política

ABSTRACT

The objective of this research was to identify the limits and possibilities of the participation processes of undergraduate students belonging to the student movement (DCE -2019/2020) at the State University of Ponta Grossa - UEPG. As specific objectives were defined: to systematize the concepts and debates about Democracy and Political Culture; identify whether there is a debate on participation within the University, especially in the student movement (DCE); and understand how the participatory process of undergraduate students active in the student movement is built, represented here by the DCE - 2019/2020 management at the State University of Ponta Grossa. The need for research with this focus is considered, in order to create spaces for debate, dialogue and that provide opportunities for participation, always reaffirming the importance of democracy. With regard to methodological procedures, this research used exploratory, bibliographical and field research methodology with the application of a questionnaire and interview. The questionnaire was applied online using the Google Forms platform. To carry out the interviews, support from the Google Meet platform was used. This work is organized as follows: Chapter 1: Concepts and debates on democracy, civil society and participation; chapter 2: The practice of participation within the scope of the University and the Student Movement (DCE) and chapter 3: The limits and possibilities of the participatory processes of UEPG Academics from the Representation in the Student Movement - DCE - Management 2019/2020, presents if the collected data and analysis performed around them. The objective of this research was successfully achieved, making it possible during chapter 3 to identify the factors that highlight the limits and possibilities in the processes of participation of the target public of the research. As a limit, one can identify, in addition to other points, the low engagement in the participatory process and, as the main possibility, the understanding of the university as a democratic and participatory space.

Keywords: Participation; Student Movement; Political Culture

LISTA DE GRAFICOS

GRAFICO 1 - PERFIL DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO (IDADE E GÊNERO).....	61
GRAFICO 2 - PERFIL DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO (COR E RELIGIÃO)	62
GRAFICO 3 - PERFIL DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO QUANTO AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	64
GRAFICO 4 - PERFIL DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO QUANTO AO SETOR E AO CURSO	65
GRAFICO 5 - DADOS SOBRE INTERESSE E ACESSO À INFORMAÇÃO POR PARTE DOS ESTUDANTES PESQUISADOS	67
GRAFICO 6 - PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES PESQUISADO SOBRE VOTO	69
GRAFICO 7 - SENTIMENTO EM RELAÇÃO À REPRESENTAÇÃO DOS ESTUDANTES EM RELAÇÃO AOS GOVERNOS E PARTIDOS POLÍTICOS – GESTÃO (2019-2022).....	70
GRAFICO 8 - PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES PESQUISADO SOBRE UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE DEBATE POLITICO.....	72
GRAFICO 9 - PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES PESQUISADOS SOBRE A PRESENÇA DE DEBATE POLITICO DENTRO DO CURSO	73
GRAFICO 10 - SENTIMENTO EM RELAÇÃO À REPRESENTAÇÃO NO ÂMBITO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL	74
GRAFICO 11 - PARTICIPAÇÃO PARA ALÉM DO ESPAÇO DA UNIVERSIDADE	75
GRAFICO 12 - PERCEPÇÃO SOBRE REGIME POLITICO ATUAL.....	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CONCEITOS E DEBATES SOBRE SOCIEDADE CIVIL.....	29
QUADRO 2 - PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE A TEMÁTICA POLITICA E A SUA RELAÇÃO COM O MOVIMENTO ESTUDANTIL	78
QUADRO 3 - COMPREENSÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE PARTICIPAÇÃO.....	81
QUADRO 4 - COMPREENSÃO SOBRE ATUAÇÃO DA GESTÃO DCE 2019/2020	84
QUADRO 5 - COMENTÁRIO DOS PARTICIPANTES SOBRE A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE DEMOCRATICO DE DEBATE.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - AMOSTRA DA PESQUISA	13
Tabela 2- DADOS SOBRE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	59
Tabela 3- DADOS SOBRE APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMI- ESTRUTURAS	77
Tabela 4 - PERFIL DOS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS	78

SUMÁRIO

CONDISERAÇÕES INICIAIS	9
1 CONCEITOS E DEBATES SOBRE DEMOCRACIA, SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO	18
1.1 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO	18
1.1.1 Definições e Diferenciações de Modelos de Estado.....	18
1.1.2 Sociedade Civil e Participação.....	29
1.2 CULTURA POLITICA E DEMOCRACIA.....	36
2 A PRÁTICA DE PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE E O MOVIMENTO ESTUDANTIL (DCE)	43
2.1 RESGATE HISTÓRICO SOBRE O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL.....	44
2.2 A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO E DE PARTICIPAÇÃO	52
2.3 MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UEPG	54
3 OS LIMITES E POSSIBILIDADES DOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS DOS ACADÊMICOS DA UEPG A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL – DCE – GESTÃO 2019/2020	58
3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	58
3.1.1 Dados Coletados com Aplicação do Questionário.....	59
3.1.2 Dados Coletados com as Entrevistas Semi-estruturadas.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	91
APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	97
APENDICE B – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	101
APENDICE C –ROTEIRO DA ENTREVISTA DE PESQUISA	107
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	109

CONDISERAÇÕES INICIAIS

O contexto atual brasileiro, principalmente no cenário político, traz à tona inúmeros debates, principalmente aqueles que envolvem questões ligadas à democracia e participação. Nesse sentido, empenhar estudos sobre os processos participativos, incluindo a construção de determinada cultura política é também, um instrumento para compreensão do processo de democratização de uma sociedade como um todo. Segundo Rennó (1998),

[...] a cultura política afeta os processos de democratização, mudando crenças e percepções das elites e das massas e revitalizando normas e preferências democráticas. Os valores e comportamentos democráticos devem ser renovados continuamente, de maneira a evitar a erosão da democratização. (RENNÓ, 1998, p. 81)

A Cultura Política é definida, segundo Almond (1990), como um conjunto de orientações subjetivas de determinada população, sendo este o resultado, “[...] da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país.” (RENNÓ, 1998, p. 71). Nesta obra clássica, o conceito de cultura política delimita-se a atitudes e orientações dos cidadãos frente a fatores políticos.

Considerando estas definições e os participantes do movimento estudantil da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a primeira questão que emerge para debate é se a Cultura Política e os processos participativos destes estudantes podem, também, ser determinados pelos aspectos formativo e educacional que ocorre no âmbito universitário, já que a sua determinação perpassa por inúmeros influências, sendo o espaço acadêmico um destes fatores.

Para esclarecer esta questão, o foco principal desta pesquisa recai sobre a análise dos processos participativos do movimento estudantil, tomando como ponto de partida as inúmeras questões que permeiam a cultura política dos acadêmicos que compõem o diretório central dos estudantes (DCE). Cabe destacar ainda, que esta pesquisa não se trata de uma análise aprofundada sobre a cultura política dos estudantes, uma vez que para este tipo de estudo teriam que ser despendidos maior tempo e a escolha de outro percurso metodológico.

Assim, a problemática que impulsiona essa pesquisa trata-se da compreensão dos limites e possibilidades da participação dos acadêmicos de graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, atuantes no movimento estudantil, aqui representados pelo Diretório Central dos Estudantes - DCE - 2019/2020. Neste sentido, a presente dissertação tem como objetivo geral: identificar quais são os limites e possibilidades dos processos de participação dos acadêmicos de graduação pertencentes ao movimento estudantil (DCE - 2019/2020) da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Como objetivos específicos foram definidos:

- Sistematizar os conceitos e debates acerca da Democracia e Cultura Política;
- Identificar se há o debate sobre participação no âmbito da Universidade, no movimento estudantil (DCE);
- Compreender como se dá à construção do processo participativo dos acadêmicos de graduação atuantes no movimento estudantil através do DCE – 2019/2020, da Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG

Ao traçarmos os objetivos de pesquisa aqui elencados, foram levados em conta a necessidade de pesquisas com esse enfoque, pois estes estudos criam espaços de debate e diálogo que oportunizam a participação, reafirmando assim, os princípios que regem a democracia. Neste sentido, a construção do estado do conhecimento desempenha um importante papel, uma vez que demonstra qual é o panorama da produção acadêmico-científica produzida sobre determinado assunto em nosso país e segundo Morosini e Fernandes (2014):

[...] a identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155).

As buscas realizadas para construção do estado do conhecimento da temática se deram através de momentos diferentes. Primeiramente, foi realizada uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, utilizando as palavras chaves como: “participação” e “movimento estudantil”, aplicando-se os filtros “apenas dissertações”, que tenham sido publicadas entre 2012 e 2022, e que contivessem as palavras chave no título.

Os resultados obtidos foram de quatro dissertações, sendo que destas, duas estão diretamente ligadas aos processos participativos de movimentos estudantis,

uma delas com data de 2013 e outra com data de 2018. Buscou-se ainda no Catálogo Online de Teses e Dissertações da Capes, utilizando as mesmas palavras chave na área de busca e aplicando os seguintes filtros: “Mestrado, Grande Área de Conhecimento Ciências Sociais Aplicadas, publicadas a partir de 2012”.

O resultado obtido foi bastante extenso com o número de 763 dissertações, mesmo com a aplicação dos filtros. Entretanto, ao realizar a leitura dinâmica dos títulos das dissertações encontradas, pode-se identificar que os assuntos abordados têm como foco principal os processos ligados a assistência estudantil, não sendo encontrado nenhum trabalho que tivesse relação direta com a temática aqui pesquisada.

Para concluir o levantamento em questão, foi realizada a busca na plataforma Scielo, na qual foram utilizadas as seguintes palavras chave na busca “Participação e Movimento Estudantil”, aplicando-se ainda os seguintes filtros: “Publicados no Brasil, Escritos em Português, Área Temática de Ciências Sociais Aplicadas e publicados entre 2012 e 2022”.

Chegou-se ao resultado de nove artigos, sendo que, de forma geral, pode-se observar que os estudos e as discussões presentes nos artigos científicos da Plataforma Scielo, abordam temáticas relacionadas a outros processos participativos, não ligados a espaços como o da Universidade, tendo sido descartados por não corresponderem aos critérios estipulados.

A partir dos dados apresentados no estado do conhecimento realizado, o que se pode concluir é que a temática escolhida é relativamente pouco explorada, principalmente quando se refere ao estudo de alunos e/ou acadêmicos e os processos de participação conduzidos pelos mesmos. Pesquisas sobre diferentes tipos de participação são recorrentes e significativas, porém com outros recortes e enfoques.

No que tange aos procedimentos metodológicos, a presente pesquisa possui caráter qualitativo e foi desenvolvida a partir da metodologia de pesquisa exploratória, bibliográfica e de campo com o uso dos instrumentos como o questionário e a entrevista. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2008):

[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, [...] habitualmente envolvem levantamento bibliográfico [...] as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre

ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 2008, p. 27)

Ainda segundo o autor, a pesquisa exploratória geralmente é acompanhada da pesquisa bibliográfica que “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2008, p. 50). Sobre o caráter qualitativo da presente pesquisa, esta possui como fonte direta para coleta de dados o ambiente natural, sendo o pesquisador um instrumento chave para a condução do processo de pesquisa. Para Minayo (2001):

[...]a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 14).

O instrumento de coleta de dados para a etapa qualitativa foi a entrevista semi-estruturada, que consiste na realização de um contato com o participante com a utilização de perguntas fechadas e abertas que possibilitam que o participante discorra livremente sobre alguns pontos. Para Gil (2008):

A entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais. Daí porque podem ser definidos diferentes tipos de entrevista, em função de seu nível de estruturação. As entrevistas mais estruturadas são aquelas que predeterminam em maior grau as respostas a serem obtidas, ao passo que as menos estruturadas são desenvolvidas de forma mais espontânea, sem que estejam sujeitas a um modelo preestabelecido de interrogação. (p. 111)

Para além da análise qualitativa, foi necessário o desenvolvimento de um levantamento feito a partir da aplicação de um questionário, facilitando o processo da análise quantitativa. Segundo Gil (2008):

Não se pode negar que os procedimentos estatísticos são muito úteis e devem, sempre que possível, ser utilizados nas pesquisas sociais. Afinal, a Estatística é uma ciência e sua contribuição para o desenvolvimento de pesquisas nos mais diversos campos do conhecimento é inquestionável. Pode-se até mesmo dizer que algumas disciplinas só alcançaram o status de ciência graças à utilização de métodos estatísticos. (GIL, 2008, p. 178)

Levando em conta os procedimentos metodológicos, o universo pesquisado é formado por acadêmicos de graduação que pertencem ao movimento estudantil, mais especificamente ao Diretório Central dos Estudantes - DCE, da gestão 2019/2020 e ainda, os setores e cursos aos quais esses acadêmicos pertencem mais precisamente os acadêmicos matriculados no terceiro ano dos onze cursos que possuem representação na gestão 2019/2020 do DCE. Abaixo na tabela 1, temos a exposição de como se deu a amostra da pesquisa.

Tabela 1 - AMOSTRA DA PESQUISA

(continua)

Setor	Curso	Possui representante na gestão 2019/2020 – DCE?	Aplicação de questionário/ Entrevista
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS	Licenciatura em Matemática	Não	
	Bacharelado em Matemática	Não	
	Licenciatura em Geografia	Não	
	Bacharelado em Geografia	Não	
	Licenciatura em Física	Não	
	Bacharelado em Física	Não	
	Licenciatura em Química	Não	
	Bacharelado em Química Tecnológica	Não	
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DE TECNOLOGIA	Engenharia Civil	Não	
	Agronomia	Não	
	Bacharelado em Engenharia de Software	Não	
	Engenharia de Materiais	Não	
	Engenharia de Alimentos	Não	
	Engenharia de Computação	Não	
	Zootecnia	Não	
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	Medicina	Sim	X
	Farmácia	Não	
	Odontologia	Sim	X
	Licenciatura em Ciências Biológicas	Sim	X
	Bacharelado em Ciências Biológicas	Não	
	Bacharelado em Educação Física	Não	
	Licenciatura em Educação Física	Sim	X
	Bacharelado em Enfermagem	Sim	X
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	Administração - Noturno	Não	
	Ciências Econômicas	Não	
	Serviço Social	Sim	X
	Ciências Contábeis	Não	
	Bacharelado em Jornalismo	Sim	X
	Administração Comércio Exterior - Matutino	Não	
	Bacharelado em Turismo	Não	
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES	Licenciatura em Pedagogia	Sim	X
	Licenciatura em Letras Português/Francês e Respectivas Literaturas	Não	
	Licenciatura em Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas	Não	
	Licenciatura em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas	Sim	X
	Licenciatura em Música	Não	
	Licenciatura em Artes Visuais	Sim	X
	Licenciatura em História	Não	

	Bacharelado em História	Sim	X
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	Direito	Não	

*Fonte: Tabela construída pela autora. Dados obtidos através de contato com a Gestão 2019/2020 e publicados nas redes sociais da gestão.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa é composta por trinta e nove cursos de graduação presenciais distribuídos em seis setores de conhecimento, ofertados nos campi localizados na cidade de Ponta Grossa - PR, conforme dados da tabela 1. Tendo em vista o recorte já apresentado, pretendia-se realizar entrevistas semi-estruturadas com os representantes dos onze cursos que compunham a gestão 2019/2020 do Diretório Central dos Estudantes- DCE, totalizando vinte e um estudantes.

Sobre a coleta de dados, cabe ressaltar que o período pandêmico pelo qual o país passou afetou diretamente a metodologia desta pesquisa. Anteriormente, o caminho metodológico a ser seguido permitiria o contato mais direto com os acadêmicos, principalmente no que se refere aos dados que seriam obtidos através da aplicação do questionário. A coleta dos dados seria feita pessoalmente, com a aplicação deste instrumento diretamente em sala de aula, possibilitando o número maior de participação.

Desta forma, as entrevistas foram realizadas por meio de plataformas online (Google Meet/Skype), tendo em vista o contexto de atividades remotas causadas pela pandemia do COVID19A aplicação do questionário ocorreu também, de forma online com a utilização do Google Forms, no qual o link para participação dos estudantes foi enviado para os terceiros anos dos respectivos cursos em que havia representação no DCE, no período citado. A escolha pelo grupo de acadêmicos dos terceiros anos teve como critério o tempo de vivência e as experiências de participação política tidas neste período, já que partimos da hipótese de que estes alunos tiveram a oportunidade de participar de ações importantes empreendidas pela Universidade.

Ainda sobre as entrevistas, destaca-se que a pretensão inicial era a realização desta com, no mínimo, um participante de cada curso, possibilitando que todos os vinte e um membros do DCE participassem, caso houvesse o aceite. No entanto, durante o processo de contato com os sujeitos da pesquisa, foram encontradas algumas dificuldades. A tentativa de contato com todos os membros se deu através da rede social Facebook, uma vez que a gestão 2019/2020 do DCE

possuía uma página para divulgação de sua gestão e foi por meio desta que localizamos os membros do diretório. Inicialmente, foi enviada mensagem para todos os membros pela rede social citada, pois encontramos grande dificuldade de obter os contatos telefônicos e e-mails dos estudantes. Assim, decorridas algumas tentativas recebemos retornos com a negativa de alguns membros e outros ainda, não responderam a mensagem. Desta forma, considerando as dificuldades, foi possível a realização de três entrevistas.

Conforme indicamos, aplicou-se ainda um questionário, no qual foram utilizadas perguntas fechadas. Segundo Gil (2008), a utilização de questionário como método de coleta de dados é vantajosa, pois

[...] construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. (GIL, 2008, p. 121)

De forma previa antes da pandemia a hipótese era de aplicarmos este instrumento com uma média de vinte a vinte e cinco acadêmicos por sala de aula, considerando os onze cursos a serem pesquisados, atingindo uma média aproximada de duzentos questionários. Esta seria uma amostra expressiva, para o qual seria feita a utilização de softwares como ferramenta de auxílio para tabulação dos dados quantitativos.

Porém, com a aplicação online e com as dificuldades já relatadas, foram obtidas **trinta e nove** respostas. A diferença encontrada entre a hipótese inicial e a amostra efetiva é alvo das análises traçadas no decorrer desta pesquisa.

A partir dos dados encontrados durante o processo de coleta de dados, notou-se a necessidade de entrevistar também, o acadêmico que ocupou o cargo de representante discente da Universidade durante os anos de 2019/2020. O cargo trata-se de um espaço dentro do Conselho Universitário, que segundo o estatuto da UEPG, é um órgão consultivo e deliberativo presidido pelo Reitor da instituição de ensino superior.

Compreendeu-se assim, que incluir a possível participação do representante discente pudesse trazer pontos significativos para a construção desta pesquisa. Contudo, mesmo diante da insistência em marcar a entrevista, de diversas formas e momentos, não se obteve sucesso.

Ressalta-se novamente como o contexto pandêmico trouxe diversas dificuldades à construção desta pesquisa. A falta de contato direto com os alunos, a impossibilidade de reuni-los, o distanciamento do espaço da universidade que a pandemia criou, entre outros obstáculos que tiveram que ser revistos e modificados no decorrer do desenvolvimento.

Segundo Blando et al. (2020), assim que o isolamento social foi adotado como medida de contenção do avanço da pandemia, diversas instituições de ensino superior e educacionais suspenderam suas atividades presenciais, reconfigurando novos espaços de trabalho e atuação de alunos, professores e comunidade acadêmica.

A portaria nº 343 de 2020, publicado pelo Ministério da Educação, possibilitou a substituição das aulas presenciais por aula em meios digitais enquanto durasse a situação da pandemia de COVID-19. Com a suspensão das atividades presenciais das universidades e a adoção de trabalho remoto, diversos setores dessas instituições precisaram adaptar sua forma de atender os alunos.

Esta situação estendeu-se para as atividades de representação discente e do Conselho Universitário da UEPG, que passaram a ter suas assembléias e reuniões realizadas de forma remota, dificultando a participação da comunidade acadêmica, que para além dos efeitos sociais e psicológicos enfrentados, também sofriam com dificuldades econômicas que impactavam diretamente no acesso à internet e computadores. (BLANDO et al., 2020).

As reuniões, desta forma, contaram com a representação discente e evidenciaram as diversas dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos durante a pandemia e repercutiram com a publicação de diversas ordens de serviços que tinham como objetivo sanar as problemáticas elencadas¹. Neste sentido, a representação discente neste órgão foi fundamental para dar espaço a voz aos acadêmicos e demonstra as formas de participação política presentes na universidade.

Assim, nesta pesquisa todo este contexto trouxe repercussões na coleta de dados, como já exposto anteriormente, e será fonte de discussões nos capítulos sobre os limites e possibilidades da participação. Ainda sobre os dados coletados

¹ Cabe ressaltar que como o foco desta pesquisa não se trata especificamente da representação discente, registra-se aqui a sugestão para futuras pesquisas que analisem como se deu os processos participativos durante o período pandêmico em que o país ficou inserido.

nas entrevistas semi-estruturadas, tomou-se como método a análise de conteúdo. Este método é definido por Berenson (1952) como "uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações" (p.13). Quanto aos dados obtidos através dos questionários, estes foram utilizados em um levantamento quantitativo.

Desta forma, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: o Capítulo 1: Conceitos e debates sobre democracia, sociedade civil e participação, no qual é apresentada uma breve contextualização sobre a formação do Estado moderno, conceitos acerca da temática Sociedade Civil as relações intrínsecas e os debates atuais que permeiam as temáticas. Aborda-se ainda, acultura política e a participação como elementos constitutivos da democracia. No Capítulo 2: A prática da participação no âmbito da Universidade e o Movimento Estudantil (DCE), discorre-se sobre a conceituação e algumas funções principais da Universidade para a Sociedade como espaço de construção e participação política. Já no Capítulo 3: Os limites e possibilidades dos processos participativos dos Acadêmicos da UEPG a partir da Representação no Movimento Estudantil – DCE – Gestão 2019/2020, são apresentados os dados coletados e as análises traçadas em torno destes resultados.

Por fim, as considerações finais do presente trabalho.

Há que se deixar registrado nesta pesquisa a expectativa da pesquisadora em relação ao fomento dos processos participativos dentro de espaços democráticos e principalmente, dentro do ensino superior. No decorrer neste trabalho será possível observar alguns passos do processo de garantia de direitos reforçados pelos processos participativos. Para a pesquisadora que vem de área de formação o Serviço Social, faz-se obrigatoriedade utilizar este espaço para defender e refletir sobre os espaços e processos de garantia de direitos.

1 CONCEITOS E DEBATES SOBRE DEMOCRACIA, SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO

Neste capítulo, serão apresentados alguns conceitos e debates em torno de temáticas envolvendo democracia e sua construção, Cultura Política e Participação. Tendo em vista que esses conceitos se relacionam diretamente com outros, como, por exemplo, o de Estado e o de Sociedade Civil, esse capítulo iniciará com os conceitos, debates e relações em torno de Estado e Sociedade Civil. Na sequência, serão apresentados os conceitos e as relações entre Cultura Política, Democracia e Participação, seu processo de construção, e as atualidades em torno da temática.

1.1 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO

1.1.1 Definições e diferenciações de modelos de Estado

Refletir e discorrer sobre Estado é uma tarefa árdua e necessária em temáticas como da presente pesquisa, considerando a complexidade em torno do surgimento, construção e transformação do Estado até a atualidade. Assim, a partir da compreensão de que a formação do Estado é um fenômeno histórico e complexo, permeado pelas diversas determinações econômicas, sociais e políticas que tomamos como marco para os debates conduzidos neste trabalho é o Estado Moderno.

Desta forma, pensar o Estado, a Sociedade Civil e a relação entre ambos, exige que alguns conceitos sejam apresentados inicialmente. O primeiro deles trata-se do que é o Estado e como este se forma.

Para Bobbio (1987) o Estado, a partir do ordenamento político, nasce da dissolução de uma comunidade primitiva. Ou seja, a constituição do Estado se dá a partir da passagem da comunidade primitiva para uma sociedade organizada, tida como sociedade civil. Nesse sentido, Costa (2006), aponta que as questões que permeiam o debate são muito antigas e há inúmeras possibilidades de argumentações, entre essas:

[...] a teoria que explica a formação do Estado a partir da vontade dos indivíduos e com o objetivo de proteção comum. Foi assim que se justificou

racionalmente a formação do Estado moderno, como uma instância capaz de proteger todos os seus integrantes e, pelo uso legítimo da força, manter a paz. (COSTA, 2006, p. 24)

Assim, essa passagem da organização de sociedade primitiva para sociedade civil, é descrita por diversos autores que carregam em seu arcabouço teórico explicações para o processo de transformação pelo qual a organização social passou. Costa (2006), para explicar esta transição, parte das reflexões sobre o Estado Moderno tendo como marco o jusnaturalismo. Nessa perspectiva, há alguns teóricos que são marcos entre eles:

[...] Hobbes, Locke e Rousseau, pensaram sobre a razão pela qual os homens abrem mão de sua liberdade “natural” em troca da liberdade civil, e a essa perspectiva teórica se denominou “escola do direito natural” ou jusnaturalismo. (COSTA, 2006, p. 25).

Ainda conforme Costa (2006),

[...] a teoria contratualista, que concebe o Estado como a expressão do pacto firmado entre os indivíduos para assegurar a liberdade e proteger a propriedade. Neste sentido, podemos perceber a vinculação orgânica entre a teoria contratualista e a formação da sociedade capitalista [...] A ordem jurídica assegura a legitimidade dos contratos firmados entre os indivíduos, pressupondo liberdade e igualdade entre as partes. (COSTA, 2006, p. 26)

Dessa forma, o Estado Moderno surge a partir da noção que os sujeitos possuem direitos naturais que devem ser protegidos pelo Estado. Esta proteção, por sua vez, se dá através da força e tem como objetivo garantir aos indivíduos que formam sociedade seus direitos naturais.

Posteriormente, com o avanço da sociedade e a ampliação do debate da teoria contratualista, no século XVII, surge uma forma específica de organização denominada Estado Liberal burguês. Segundo Costa (2006),

O estado moderno é o Estado liberal burguês justificado pela ideia da liberdade e igualdade dos indivíduos que, por um ato de vontade, firmam entre si um pacto ou contrato social. Na visão do contratualismo moderno, o Estado surge como instância necessária para garantir o convívio social, a defesa da propriedade e o império da justiça. A própria ideia de justiça surge, nesta perspectiva teórica como elemento derivado do pacto social [...] (COSTA, 2006, p.27)

Neste ponto, ao refletirmos sobre o Estado Liberal Burguês e as concepções que o rodeiam, faz-se necessário a discussão sobre as referências clássicas dos contratualistas², tais como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, e os pontos chaves referentes a esta temática.

² Para Ribeiro (2011), no material organizado e publicado por Weffort (2011), os “filósofos que, entre o século XVI e o XVIII (basicamente), afirmaram que a origem do Estado e/ou da sociedade está num contrato: os homens viveriam, naturalmente, sem poder e sem organização — que somente surgiram

Segundo Ribeiro (2011), as considerações sobre o Estado a partir de Thomas Hobbes, guardam estreita relação com uma forma de organização política absoluta com uma valorização da vida dos indivíduos, assim:

No Estado absoluto de Hobbes, o indivíduo conserva um direito à vida talvez sem paralelo em nenhuma outra teoria política moderna. Só para compararmos com Locke: o indivíduo que comete crime grave perde o direito de viver e reduz-se a fera, que por todos deve ser destruída. Mas esse Estado hobbesiano continua marcado pelo medo...Porque, sem medo, ninguém abriria mão de toda a liberdade que tem naturalmente; se não temesse a morte violenta, que homem renunciaria ao direito que possui, por natureza, a todos os bens e corpos? (RIBEIRO, 2011, p. 59)

Neste sentido, pode-se afirmar que para Hobbes, o Estado seria uma instituição fundamental para regular as relações humanas, dado o caráter e condição natural dos homens de buscar a satisfação de seus desejos a qualquer preço, de maneiras egoístas e violentas. Dessa forma, tais propensões naturais, seriam adequadas para:

uma luta de todos contra todos pelo desejo do reconhecimento, pela busca da preservação da vida e da realização daquilo que o homem (juiz de suas ações) deseja. Deste ponto de vista surgiria a famosa expressão de Hobbes: "O homem é o lobo do homem". (RIBEIRO, 2011, p. 61).

O autor ainda destaca que o Estado hobbesiano seria marcado pelo medo, cuja governabilidade se dá por meio do temor que causa em seus membros. Em suma, este Estado soberano concentraria uma série de direitos, que não podem ser divididos, para deter o controle da sociedade, em nome da paz, da segurança e da ordem social, bem como para defender a todos de inimigos externos.

Para Mello (2011), outro autor que trata sobre o Estado complementando as ideias apresentadas por Hobbes, é John Locke, que possui um modelo jusnaturalista, em linhas gerais, semelhante ao modelo hobbesiano, já que o estado de natureza é mediado por um contrato social na passagem para o estado civil. No entanto, há uma grande diferença na forma como este filósofo concebe o estado natural/contrato e social/estado civil (MELLO, 2011). Desta form

[...] Em oposição à tradicional doutrina aristotélica, segundo a qual a sociedade precede ao indivíduo, Locke afirma ser a existência do indivíduo anterior ao surgimento da sociedade e do Estado. Na sua concepção individualista, os homens viviam originalmente num estágio pré-social e pré-político, caracterizado pela mais perfeita liberdade e igualdade, denominado estado de natureza. O estado de natureza era, segundo Locke, uma situação real e historicamente determinada pela qual passara, ainda que em épocas diversas, a maior parte da humanidade e na qual se encontravam ainda alguns

depois de um pacto firmado por eles, estabelecendo as regras de convívio social e de subordinação política. No século XIX e mesmo no XX, quando se firmaram as concepções modernas da história e da ciência social, os contratualistas foram muito contestados." (RIBEIRO, 2011, p. 44)

povos, como as tribos norte-americanas. Esse estado de natureza seria diferente do estado de guerra hobbesiano, baseado na insegurança e na violência, por ser um estado de relativa paz, concórdia e harmonia. Nesse estado pacífico os homens já eram dotados de razão e desfrutavam da propriedade que, numa primeira acepção genérica utilizada por Locke, designava simultaneamente a vida, a liberdade e os bens como direitos naturais do ser humano. (MELLO, 2011, p.68-69)

Dessa forma, para Locke os seres humanos em estado de natureza não vivem em guerra ou a procurando, mas antes tendem a uma vida pacífica por possuírem liberdade e igualdade. Para este contratualista, os sujeitos em seu nascimento receberiam direitos invioláveis como à vida, liberdade e aos bens (propriedade privada) que tornam possível os dois primeiros.

Entretanto, os sujeitos em estado de natureza, por seus anseios e sua liberdade, acabariam entrando em disputa com outros sujeitos, no qual cada um defenderia seus próprios interesses, tornando necessário um poder mediador ao qual todos se submeteriam. Assim, os indivíduos por meio de um contrato social, tornam o Estado um juiz/mediador para evitar injustiças e garantir o direito natural à propriedade.

Ainda apresentando algumas passagens relevantes, apresenta-se a ideia de Rousseau, segundo Nascimento (2011),

Todo o livro III³ do Contrato social será dedicado ao governo. Para Rousseau, antes de mais nada, impõe-se definir o governo, o corpo administrativo do Estado, como funcionário do soberano, como um órgão limitado pelo poder do povo e não como um corpo autônomo ou então como o próprio poder máximo, confundindo-se neste caso com o soberano. Se a administração é um órgão importante para o bom funcionamento da máquina política, qualquer forma de governo que se venha a adotar terá que submeter-se ao poder soberano do povo. Neste sentido, dentro do esquema de Rousseau, as formas clássicas de governo, a monarquia, a aristocracia e a democracia, teriam um papel secundário dentro do Estado e poderiam variar ou combinar-se de acordo com as características do país, tais como a extensão do território, os costumes do povo, suas tradições etc. Mesmo sob um regime monárquico, segundo Rousseau, o povo pode manter-se como soberano, desde que o monarca se caracterize como funcionário do povo. (NASCIMENTO, 2011, p.152).

Para Rousseau, os homens em estado de natureza seriam espontaneamente bons, vivendo uma vida isolada e plenamente feliz, inocente e incapaz de praticar o mal deliberadamente, como os outros animais. Todavia, para o filósofo a partir do momento em que os sujeitos passam a cercar um pedaço de terra dando origem a propriedade privada, surgem também, as desigualdades sociais e a violência. Neste

³ROUSSEAU, J. –J, Du contrat social. Paris, Pléiade, 1954, t. III.

sentido, o estado de natureza chegaria ao fim, desencadeando um estado de sociedade no qual aqueles que possuem bens lutam contra outros indivíduos que não possuem. Assim:

[...] pela extinção dessa insegurança, o contrato social faz com os indivíduos abandonem o estado de natureza e assumam a liberdade civil, vivendo sob o controle de um Estado que deve realizar estritamente a vontade geral dos indivíduos que a compõem. (NASCIMENTO, 2011, p. 153).

Desse modo, o Estado pode ser compreendido como funcionário do povo, devendo obedecer à vontade deste, considerando o interesse coletivo, deixando de lado os interesses particulares daqueles que governam.

Em síntese, os filósofos contratualistas conduziram seus estudos desenvolvendo a ideia do ser humano em estado pré-social e a sua passagem para uma vida em sociedade através de um contrato social. Assim, a origem do Estado surge da necessidade dos homens e mulheres estabelecerem leis que tornassem possível sua vida em um grupo social e, suas ideias influenciaram sobremaneira a organização dos estados que se seguiram.

Avançando na história, o surgimento do Estado liberal burguês trouxe consigo fortes mudanças, ocorridas principalmente, nas relações sociais com a transição de ideias e conceitos firmados em origens divinas, justificadas pela fé, por um contexto de racionalidade Conforme Costa (2006) é esse contexto histórico que possibilitou a compreensão por parte da população de que o soberano é o povo, e este é quem legitima o poder do Estado e, que o governo deve legislar para todos que formam esta sociedade.

Bobbio (1987) ressalta que o estado, ou qualquer outra sociedade organizada, no qual exista uma esfera pública (total ou parcial), pode ser caracterizado pelas relações de subordinação entre aqueles que governam e os governados, ou ainda, aqueles que detêm o poder de comando e aqueles que devem a obediência. Relações essas, desiguais, e descritas, anteriormente pelos jusnaturalistas como naturais. Para Costa (2006):

[...] o Estado Moderno expressa as contradições do contexto histórico que lhe deu origem, uma sociedade marcada pelo potencial humanizador da liberdade individual, da razão como guia para a ação humana e, ao mesmo tempo, dilacerada pela luta de classes e pelo antagonismo entre interesses privados, individuais, expressos na legitimidade da propriedade privada, e os interesses coletivos, a defesa da ordem legal e da ideia de justiça. (COSTA, 2006, p. 28)

Neste íterim, há que se pontuar que o Estado se constituía esfera pública, como uma forma de defender os interesses gerais e do bem comum coletivo e a sociedade civil, é uma esfera privada para defesa dos interesses privados e individuais. (COSTA, 2006). Desse modo, partindo das considerações sobre o Estado Moderno, apresentaremos algumas das suas formas de Estado (Estado Liberal, Estado Socialista, Estado de Bem Estar Social e o Estado Neoliberal) e os conceitos básicos que os permeiam.

O **Estado liberal**, segundo Coelho (2014), ganha forma ao longo do século XIX, iniciando a instauração de suas ideias na Europa Ocidental. Um dos primeiros alvos de duras críticas por parte dos liberais nascentes foi a Lei dos Pobres, na Inglaterra. Para a ideologia liberal, esta lei seria apenas um estímulo para a perpetuação da dependência dos indivíduos para com o Estado. Destarte, foi a partir da influência, segundo Coelho (2014), das ideias liberais em conjunto com pressão de determinados intelectuais, principalmente o apoio da burguesia, que deu origem ao Estado Liberal⁴, conhecido também como Estado mínimo⁵.

As características básicas dessa forma de Estado, segundo Coelho (2014), seriam que fundamentalmente, caberia ao poder público, a manutenção da lei e da ordem para que os indivíduos pudessem ocupar-se em seus interesses e atividades no mercado. A segurança seria dividida em instâncias, no qual o Estado garantiria a defesa das fronteiras do país e as rotas comerciais pelos mares. A diplomacia e os seus profissionais teriam importante papel no estabelecimento de bons relacionamentos com os demais países, ao mesmo tempo, em que garantiria os interesses de sua população perante o mundo. Em território nacional, conforme nos aponta Coelho (2014):

[...] por meio dos tribunais, o Estado distribuiria a justiça, dirimindo os conflitos entre as partes, julgando os crimes e impondo penas. Por meio de seu sistema prisional, encarceraria e puniria os condenados. Ao Estado caberia ainda assegurar o direito e usufruto da propriedade, a proteção da vida, o direito de ir e vir dos seus cidadãos e a ordem pública. Para isso, teria de zelar pela administração e cumprimento das leis, manutenção dos registros de bens e direitos, conservação e segurança das estradas, policiamento das cidades e

⁴Por liberal, designa-se uma ordem política sob a qual todos os indivíduos são livres e independentes, não submetidos ao poder de nenhuma outra pessoa, mas todos igualmente submetidos à lei; (Coelho, 2014 p.75)

⁵ [...] Por Estado mínimo designa-se a organização política que interviria apenas naquilo que fosse estritamente necessário para garantir a liberdade e igualdade dos cidadãos, ficando todas as demais dimensões da vida social a cargo da regulação do mercado. Essas definições de Estado liberal e Estado mínimo iriam ser recorrentemente invocadas no debate político ao longo do século XX. (Coelho, 2014 p.75)

espaços públicos e repressão física, quando necessário. (COELHO, 2014, p. 75).

Há que se ressaltar que apesar de se denominar como Estado mínimo, este seria mínimo apenas para algumas agendas, ou seja, o funcionamento do Estado Liberal está diretamente relacionado ao funcionamento do mercado, que seria auto-regulável, e por isso, precisaria apenas de uma intervenção mínima do Estado. Neste sentido, o Estado Liberal, prioritariamente, se dedicaria a manutenção da propriedade privada e a defesa dos interesses dos indivíduos que detêm o maior econômico.

Costa (2006) reforça que:

O capital busca suprimir a proposta da regulação voltada para a garantia de padrões de igualdade social, a ser realizada pelo Estado. Neste contexto, questiona-se a teoria contratualista e a relação entre economia de mercado e democracia. No plano político surge o problema de garantir a legitimidade do Estado numa sociedade mais complexa e desigual. (COSTA, 2006, p.75).

A visão do Estado Liberal de direito, não se limitaria apenas ao âmbito dos direitos civis e econômicos, mas também aos componentes políticos da população. Assim, sob a ótica do liberalismo, segundo Coelho (2014):

[...] a participação dos cidadãos nas decisões públicas seria garantida por meio de seus representantes eleitos (democracia representativa), e não diretamente, como na Grécia Antiga, e o governo passaria a ser responsável e ter de prestar contas de suas ações perante a assembleia de representantes. Essas inovações não surgiriam naturalmente nem de uma só vez, mas se baseariam na reflexão, observação e teorização da atividade política. (COELHO, 2014, p. 77)

Nota-se que a participação da sociedade civil dentro do contexto do Estado Liberal de direito é algo que não é facilitado nem estimulado, já que são impostas grandes barreiras para a participação da sociedade. O Estado Liberal e seus representantes eleitos, desta forma, limitariam a participação da população formada pelas classes populares e mais empobrecidas, essa questão pode ser afirmada tendo em vista que, segundo Coelho (2014):

[...] a legislação dos Estados liberais manteria restrições ao acesso das classes populares à participação eleitoral até o final do século XIX, por meio de mecanismos como o voto censitário [...] e que estabelecia patamares mínimos de renda para que os cidadãos pudessem ter acesso aos processos eleitorais, os quais eram cada vez mais elevados conforme a importância dos cargos eletivos – e o voto plural – que conferia peso maior ao voto dos eleitores mais educados. (COELHO, 2014, p. 78)

Esse cenário sofre modificações a partir do início do século XX, quando os Estados liberais se transformam em democracias representativas com a adoção do

voto universal masculino. A partir desse ponto, todo cidadão do sexo masculino teria o direito a voto, independentemente de sua renda.

Em 1929, com a queda na Bolsa de Valores de Nova Iorque, o formato do Estado Liberal vai caindo em declínio e sua popularidade fica em baixa, dando origem a um movimento antiliberal, ainda que os ideais liberais fossem os que mais agradassem às elites econômicas.

No Brasil, também houve influência das características do Estado Liberal, apesar de sua ocorrência serem um período histórico diferente da Europa Ocidental, citada acima. Segundo Coelho (2014), existem dois fatores que impedem de caracterizar o Brasil como liberal durante o período do Império e Primeira República, os quais são:

[...] a escravidão, que é a negação da liberdade e igualdade civis que caracterizam o liberalismo, e que marcaria todo o período monárquico; e a ausência de participação efetiva dos cidadãos no processo político e de controle do governo pelo parlamento sob a Primeira República, que caracterizam a liberdade política sob o Estado Liberal. Embora o advento da República no Brasil coincida com a democratização dos Estados liberais, o novo regime brasileiro não foi mais que um simulacro dos regimes liberais-democráticos europeus, devendo ser mais rigorosamente classificado como uma república oligárquica do que como uma democracia liberal. Apesar da adoção do sufrágio universal masculino nos processos eleitorais para a escolha dos governantes e representantes em todas as instâncias de governo, os resultados eleitorais eram manipulados pela oligarquia dominante e o império da lei não era mais que aparente. (COELHO, 2014, p. 79)

Apesar do contexto político do Brasil durante a Primeira República não ter sido caracterizado nem como liberal, nem como democrático, em diversos pontos acabou sendo mais tendencioso para práticas liberais.

Concomitante ao início do declínio do Estado Liberal no Ocidente, na Rússia surgia o primeiro **Estado Socialista**. Contrário ao surgimento do Estado Liberal, que se deu através de um longo período de mudanças e transformações econômicas, políticas e sociais, o Estado Socialista surge a partir de uma revolução pautada na doutrina marxista-leninista, cuja pretensão era a de modificar completamente as bases da organização social, econômica e política. (COELHO, 2014)

As características básicas do Estado Socialista vão de encontro bruscamente com as do Estado Liberal. Para Coelho (2014):

[...]Se sob este o pêndulo social atingiria o seu ponto máximo à direita – com o mercado desempenhando historicamente o maior papel na regulação das relações sociais e o Estado, o menor –, sob o Estado socialista o pêndulo chegaria ao seu ponto máximo à esquerda com o Estado ocupando o maior papel já desempenhado na regulação da vida social e o mercado, o menor. (COELHO, 2014, p. 81).

Contrariamente ao Estado Liberal, o socialismo tem como principal característica o controle estatal de todo o processo produtivo, independente da forma de propriedade, seja ela pública, privada ou prestação de serviços. O direito à propriedade privada e à liberdade econômica, característicos do liberalismo, seriam valores frontalmente negados pelo Estado socialista. (COELHO, 2014). Assim, para Baglai (1989), os pensadores soviéticos afirmavam que na URSS, o estado de direito socialista teve sua origem durante a Revolução de Outubro e por isso:

O estado de ditadura do proletariado como compreendido por Lênin não poderia se basear no império da lei como hoje o compreendemos. Aquele Estado se valia da coerção em larga escala, enquanto a lei e a legalidade socialistas estavam em processo de formação. [...] No final da década de 50, quando o Estado de ditadura do proletariado passou a se transformar num Estado do povo como um todo, começaram a surgir condições objetivas que permitiam a transformação deste Estado num Estado de Direito. Infelizmente, porém, nos faltavam condições subjetivas apropriadas, e o resultado foi uma fase de estagnação com seus desvios específicos da lei, onde estavam presentes a corrupção, etc. (BAGLAI, 1989, p.69).

Desta forma, o socialismo reivindicaria fortemente a representação dos interesses das classes trabalhadoras, sejam eles da cidade ou do campo. Assim como no Estado Liberal, no Estado Socialista surgem os intelectuais que estudavam o regime político vigente. Neste, entre outros, surgem Hannah Arendt e Raymond Aron, que formulariam o conceito de totalitarismo⁶, inicialmente, adotado na União Soviética, e depois vai ganhando força em outros países socialistas por todo o mundo. Coelho (2014) pontua que:

[...] Orientados mais pelo princípio da igualdade social do que pelo da liberdade individual, os estados socialistas conseguiram efetivamente produzir sociedades bem mais igualitárias, do ponto de vista do acesso dos seus cidadãos a bens e serviços, do que os estados nas sociedades capitalistas. Em poucos anos após a Revolução Cubana, o nível educacional e de saúde da população de Cuba ultrapassaria em muito o de qualquer outra sociedade latino-americana. (COELHO, 2014, p. 83)

Apesar dos pontos de evolução pelo qual o Estado Socialista passou, devido a inúmeros fatores⁷ a população iniciou um movimento de descontentamento. Em

⁶A essência do totalitarismo estaria na intenção de controlar todas as instâncias da vida social – a ponto de diluir as fronteiras entre o Estado e a sociedade civil – e na reivindicação do monopólio da verdade. (COELHO, 2014 p. 82)

⁷Nesse momento de impasse foi quando surgiu pela primeira vez na história da União Soviética, uma iniciativa governamental de abertura do sistema. O último presidente da União Soviética, Mikhail Gorbatchov, propôs ao seu país uma dupla e arrojada reforma: a glasnost, que significa “transparência” e que pretendia retirar os rígidos controles políticos sobre os seus cidadãos, dando-lhes mais oportunidades de expressão; e a perestroika, que significa a abertura da economia para a introdução de alguns mecanismos de mercado. A glasnost avançou desde o início das reformas, mas

meados do final de 1980, os regimes socialistas começam a cair, sendo que a União Soviética desmorona como regime socialista no início de 1990.

Além dessas duas formas apresentadas acima, ainda há um conceito de Estado que teve forte influência no Brasil, trata-se do **Estado de Bem-estar Social**. Essa forma de Estado se desenvolve no Ocidente, após a crise econômica de 1929, e segundo Coelho (2014), ganha contornos importantes após a Segunda Guerra Mundial, recebendo inúmeras denominações. Dentre elas, a do sociólogo alemão Claus Off e a chamou de Welfare State Keynesiano; a do francês Pierre Rosanvallon, de Estado Providência; outros ainda a designaram como Estado Assistencial, ou Estado de Bem-estar Social.

Independente da denominação, o Estado de Bem-estar Social surge como sucessor do Estado Liberal, cuja forma diferenciada de se relacionar, principalmente com o mercado, trouxe repercussões para a organização social, principalmente para as populações mais empobrecidas. Neste ínterim, o regime político de Bem-estar Social usaria da implementação de políticas públicas, a fim de interferir nas leis de mercado, assegurando um nível mínimo de igualdade social.

O histórico de construção desse regime, diferentemente do Estado Socialista, se deu de maneira vagarosa e com base em diversos anos de luta, pois, como pontua Coelho (2014):

[...] não seria de uma hora para outra que se passaria de uma ordem de livre mercado para uma outra em que a intervenção do Estado seria constante e crescente. Mudanças como essas supõem profundas mudanças de cultura, que costumam ser bastante lentas, pois implicam na revisão de todo um sistema de crenças. (COELHO, 2014, p. 87).

Nesse sentido, o conceito gramsciano de Estado Ampliado nos auxilia a compreender que:

O novo conceito de Estado deve, portanto, resultar da composição de elementos políticos e sociais; da força das instituições e da liberdade dos organismos privados; da inter-relação entre estrutura e superestrutura; da compenetração do aparelho estatal com a sociedade civil organizada. (SEMERARO, 1999, p. 75).

Este conceito gramsciano, possibilita analisar a construção de Estado por outras faces, principalmente com efeitos que contribuem para conceituação e análise da sociedade civil e as relações intrínsecas existentes.

a perestroika veio a ser um rotundo fracasso. Com a descompressão política da glasnost, a oposição e contestação ao regime cresceram enormemente, tanto no interior da União Soviética, quanto nos países do Pacto de Varsóvia. No entanto, com o insucesso da perestroika, o descontentamento popular só aumentou, comprometendo de vez a estratégia de mudança do regime por dentro. (COELHO, 2014 p. 85)

O Estado de Bem-estar Social, ganha forma a partir do momento em que a cultura da população começa a se modificar. Até este momento da história, a sociedade vinha se consolidando em bases liberais, cujas características mais individualistas se fazem presentes nas relações sociais que vão se formando entre os sujeitos. O Estado de Bem-estar, ao se consolidar como organização social, consegue vagarosamente, modificar a cultura da sociedade para um perfil cultural e social mais solidário (COELHO, 2014). O autor ressalta ainda:

Até o século XIX, os liberais acreditavam que a pobreza fosse resultado da insuficiência de desenvolvimento econômico, e que este emergiria naturalmente do mercado livre e autorregulado. No entanto, o tempo mostrou que, apesar da liberdade de mercado, do crescimento econômico e do notável avanço industrial nas sociedades capitalistas, a pobreza persistiu e por vezes aumentou. Esse revés da história acabou por levar à reversão da equação liberal: ao invés de a pobreza resultar da insuficiência de mercado, seriam as insuficiências do mercado como instituição reguladora que levariam à reprodução da pobreza. Assim sendo, coube ao Estado suprir essas deficiências para promover o bem-estar nas sociedades ricas e industrialmente desenvolvidas. (COELHO, 2014, p.87)

No último conceito abordado pelo presente, está o **Estado Neoliberal**. Em meados do fim dos anos 1970, início dos anos 1980, o ressurgimento das ideias liberais toma corpo dando origem a uma “nova velha forma” de organização política e social denominada neoliberalismo. Seu surgimento acontece primeiramente no Reino Unido e nos Estados Unidos da América e rapidamente se expande para o restante do mundo.

Segundo Coelho (2004), para os defensores dessa agenda, o principal ponto seria a desregulamentação do mercado, já que a quantidade excessiva de regras e controles por parte do Estado seria um fator inibidor de investimentos privados e, conseqüentemente, do crescimento econômico. Os argumentos utilizados por esse modelo de Estado vão de encontro com algumas características do Estado de Bem-estar-Social, como, por exemplo, as temáticas ligadas às leis trabalhistas Para Coelho (2004), o modelo de Estado Neoliberal, contrariamente ao de Bem-estar-Social, estaria condenando os trabalhadores ao desemprego.

Apesar de ser compreendido facilmente como o retorno do formato liberal, algumas características do Estado Neoliberal foram modificadas, conforme apontado por Coelho (2004):

Ao se oporem ao Estado absolutista, os liberais do passado propunham que o Estado deixasse de intervir nas relações econômicas entre os agentes privados para que o mercado pudesse funcionar adequadamente como mecanismo autorregulador. A retração do Estado não se restringiria as relações comerciais e de produção, mas atingiria inclusive a assistência

pública prestada aos mais pobres, considerada como contrário ao princípio da autodependência de cidadãos iguais. (COELHO, 2014, p. 102).

Após os anos 1980, esse formato de estado tomou grande espaço nos países capitalistas, substituindo em muitos deles o Estado de Bem-estar-Social. Segundo Coelho (2004), esse formato de Estado produziu um mesmo fenômeno: o aumento das disparidades de renda entre ricos e pobres. Para Costa (2006):

[..] o neoliberalismo caracteriza-se essencialmente por um movimento político e ideológico que busca criar legitimidade e manter os avanços da globalização econômica, justificando a desigualdade social a partir da ideia de diferenças naturais. O Estado está no centro da disputa neoliberal, pois como movimento político-ideológico visa essencialmente usar o poder político para dar liberdade de ação para o grande capital. (COSTA, 2006, p.77).

Dentro da diversidade de formatos de Estados, encontra-se a Sociedade Civil que acompanha todas as transformações trazidas por esses e sofre diretamente as transformações nos modelos de Estados.

1.1.2 Sociedade Civil e Participação

Diretamente ligado ao tema do presente estudo, encontra-se o termo sociedade civil, que por sua vez tem relação direta com a participação da população. Tendo em vista essa linha de estudo, há que se apresentar aqui alguns conceitos e debates que permeiam a temática Sociedade Civil, e uma breve introdução ao tema cultura política.

O termo Sociedade Civil parte de inúmeros conceitos que fazem parte dos mais antigos até os debates mais atuais sobre o tema. Para melhor visualização, construiu-se a esquematização de alguns principais conceitos e debates, dispostos no quadro 1.

QUADRO 1 - CONCEITOS E DEBATES SOBRE SOCIEDADE CIVIL

(continua)

Autor	Definição
Thomas Hobbes e John Locke (p. 23-27)	Os modelos são constituídos com base em dois elementos que se contrapõem e sucedem: o estado de natureza e o estado a sociedade civil. Significa a sucessão de dois estados: um natural, sem leis e autoridades, e o outro, após de um contrato social, em que se estabelecem normas, leis e autoridades.
Jean Jacques Rousseau (p. 27-31)	A sociedade civil se confunde com a própria ideia de Estado. Para o autor ela se origina do crescente processo de socialização e, com ele, a instituição da propriedade privada. Esta leva à desigualdade de acesso à riqueza, rivalidade de interesses e a concorrência. Identifica o egoísmo como a motivação da vida social.
Georg Wilhelm Friedrich Hegel (p.	A sociedade civil não coincide mais com o Estado, mas constitui um dos seus momentos preliminares. A Sociedade civil já não é o estado natural do homem,

31-33)	mas também não é o Estado, como pregavam os jusnaturalistas. A Sociedade civil é definida como um sistema de necessidades em que se desenvolvem relações e atividades econômicas - sistema de mútuas dependências individuais, satisfazendo suas necessidades através do trabalho, da divisão do trabalho e da troca - e as regulamentações jurídicas e administrativas - nas quais se asseguram a defesa de suas liberdades, propriedades, interesses. É a esfera dos interesses privados, econômico-corporativos. É um sistema econômico, jurídico e administrativo. A sociedade civil pode ser entendida como "campo de relações parciais da universalidade".
Karl Marx (p. 33-41)	Define a sociedade civil, enquanto sociedade burguesa, como a esfera da produção e reprodução da vida material, ou seja, sociedade civil e estrutura econômica são, para Marx, conceitos próximos e/ou iguais. Na sociedade civil que fundamenta a natureza estatal e não o contrário. "O Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e [...] as relações econômicas, é o elemento dominante". A sociedade civil, para Marx, é o verdadeiro cenário de toda a história, sendo o Estado a ela subordinado, e a luta de classes, desenvolvidas na sociedade civil (burguesa) são o verdadeiro motor da história.
Max Weber (p. 66 - 70)	Para Weber, a sociedade pode ser compreendida a partir da ação social, que se funda em dois aspectos: orienta-se subjetivamente segundo a intencionalidade de um indivíduo, e procura a reação de outrem para incidir em sua conduta e remeter uma interação. A sociedade, para Weber, constitui um sistema de poder, que perpassa todos os níveis da sociedade (governo, família, empresas, etc.). Weber compreende a realidade a partir da comparação do fenômeno real com o tipo ideal. Assim, ele trata o Estado como fenômeno social e político, não econômico; depois, aborda o Estado a partir de conceitos, construindo uma definição. Por último, desenvolve uma tipologia sobre as formas de organização estatal e os tipos de legitimação em sua relação com a sociedade civil. Há um grande destaque nas formas de dominação (legal, tradicional, carismática) na relação entre Estado e sociedade civil.
Antonio Gramsci (p. 42-49)	A sociedade civil surge a partir da intensa socialização da política que complexifica as relações de poder e de organização de interesses. É o espaço em que se manifesta a organização e a representação dos interesses de diferentes grupos sociais. É composta por uma rede de organizações. Pertence ao mundo da superestrutura (Estado). É uma das esferas sociais onde as classes se organizam e defendem seus interesses, na qual confrontam projetos societários. Espaço de luta onde se conserva ou se conquista a hegemonia. Também é o espaço de mediação do exercício de dominação pelo convencimento.

Fonte: MONTANO, Carlos, DURIGUETO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social. Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 5. São Paulo, Cortez: 2010. Organizado pela autora.

O quadro 1 apresenta uma breve conceituação sobre a transformação dos conceitos em torno da sociedade civil, ao mesmo tempo que expressam a heterogeneidade de concepções e autores em torno da temática. Por isso, para fins de discussão e aporte teórico neste trabalho tomamos como conceitos norteadores os apresentados por Antônio Gramsci.

Uma passagem de Gramsci que impulsiona o debate em torno do conceito de Sociedade Civil é de que "o conjunto dos organismos vulgarmente chamados privados [...] e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade" (Gramsci, 1972, p. 16). Neste sentido, a sociedade seria civil seria o espaço onde as lutas de classe seriam desenroladas e, por

consequência, o espaço se reafirmariam as relações de poder intrínsecas a organização do estado e as suas formas de organização.

Gramsci afirma que sua reflexão o havia levado:

a certas características do conceito de Estado, o qual geralmente é entendido como sociedade política (ou ditadura ou aparato de coerção) [...] e não como equilíbrio entre a sociedade política e a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional), exercida por meio de organizações que costumamos considerar privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc. (GRAMSCI, 1973, p. 272).

Uma das dimensões analisadas por Gramsci, e relevante para esta pesquisa trata-se da necessária integração dialética presentes, na *concepção de Estado*. Conforme afirma Wanderley (2012), o Estado, em *strictu sensu*, é concebido como sociedade política e, em *lato sensu*, como sociedade política e sociedade civil, vincula-se à coerção e ao consenso. A argumentação básica desta abordagem está na compreensão dele sobre a superestrutura. Nela, pois, encontram-se:

A sociedade política está constituída pelos órgãos das superestruturas encarregados de implementar a função de coerção e domínio, ao passo que a sociedade civil é conformada pelo conjunto de organismos, usualmente considerados "privados", que possibilitam a direção intelectual e moral da sociedade, mediante a formação do consenso e a adesão das massas. A trama da sociedade civil é formada por múltiplas organizações sociais, de caráter cultural, educativo e religioso, mas também político e, inclusive, econômico. Por seu intermédio, difundem-se a ideologia, os interesses e os valores da classe que domina o Estado, e se articulam o consenso e a direção intelectual, moral e intelectual do conjunto social. Nela se forma a vontade coletiva, se articula a estrutura material da cultura e se organiza o consentimento e a adesão das classes dominadas. (ACANDA, 2006, p. 175)

Na definição de Gramsci: "Estado + sociedade política + sociedade civil, quer dizer, hegemonia revestida de coerção" (GRAMSCI, 1972, p. 165). Ou "Estado, em seu significado integral, ditadura + hegemonia" (GRAMSCI, 1964, p. 172). Assim, podemos afirmar que as formas como se estruturam a Sociedade Civil são determinantes para direcionar e fomentar as questões relacionadas à participação.

Uma das formas de fomentar a construção da cultura política para transformação é fortalecendo na esfera política, os canais de participação da sociedade civil. Já que, é através desses canais que os sujeitos sociais se aproximarão de uma vida sócio-política, podendo desenvolver uma visão crítica sobre a sociedade, o Estado e a relação entre ambos.

A falta de incentivo a participação trata-se de um fator historicamente presente na cultura brasileira e, conforme afirma Carvalho (2002), o processo dos sujeitos exercerem a cidadania trata-se de um processo complexo e que:

[...] o exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. (CARVALHO, 2002, p. 9).

O processo participativo faz parte da construção e da aplicação da cidadania, o que conforme apontou Carvalho acima, de forma geral os sujeitos ainda relacionam apenas o direito ao voto durante o ano eleitoral, por exemplo. Carvalho (2002, p. 11) afirma também, que o processo de construção da cidadania é composto por avanços e retrocessos, que estes são influenciáveis pelo entorno, pelo contexto econômico, social e político de determinado local.

Escorel (2008) e Moreira (2008) citam que a participação “[...] possui uma função instrumental, mas também pedagógica, na medida em que tem grande importância na formação de hábitos participativos que extrapolam a dimensão familiar.” (p.980)

Para contornar essa questão se faz uso de uma das dimensões da participação: a dimensão educativa, que trata de educar os sujeitos a fim de torná-los seres participativos e, conseqüentemente, desenvolverem uma determinada cultura política. Ou seja, a participação oportuniza o aprendizado de questões políticas da vida social dos sujeitos. E para além de educá-los, possibilitar o desenvolvimento de novas visões, como cita Arroyo (2003):

[...] na perspectiva educativa podemos ver que não se dá uma reprodução de autorrepresentações tradicionais, conformistas, fechadas, mas ao contrário há uma abertura para fora a partir de necessidades, de valores e experiências de luta, coladas a sua tradição e identidade, a sua memória coletiva. (ARROYO, 2003, p.39)

Arroyo (2003) ressalta que na cultura ainda há muitas “[...] crenças, comportamentos irracionais e se espera da intervenção educativa que reedifique essas crenças através do aprendizado da reflexão [...] contrapondo o senso comum

ao pensar crítico.” (p.44). A partir da dimensão educativa da participação, o sujeito poderá desenvolver pensamentos e ações diferentes dos habituais, criando novos hábitos críticos e participativos.

Neste sentido, cabe destacar que existem diferentes modalidades de participação e não é todo tipo de participação que oportuniza a reflexão, ou o conhecimento crítico e a educação como forma de transformação, no entanto, todas as modalidades possuem a dimensão educativa,

Nogueira (2011), citado por Martinazzo (2016), pontua a existência de quatro modalidades de participação, as quais se combinam e coabitam de diferentes formas. Essas modalidades são:

- a) Participação assistencialista: de natureza filantrópica ou solidária, que funciona como estratégia de sobrevivência, praticando auxílio mútuo de mutirão, sendo esta modalidade dominante nas fases que precederam a afirmação dos direitos da cidadania;
- b) Participação corporativa: dedicada à defesa de interesses específicos de determinados grupos sociais ou de categorias profissionais, foi esta forma de participação que esteve na origem do sindicalismo moderno;
- c) Participação eleitoral: pode ser vista como a que não visa apenas à defesa de interesses particulares, mas interfere diretamente na governabilidade e tem efeitos que dizem respeito a toda a coletividade;
- d) Participação política: complementa e supera tanto a participação eleitoral, quanto a participação corporativa. A modalidade de participação política realiza-se tendo em vista a comunidade como um todo, a organização da vida social em seu conjunto, ou seja, é essa participação que consolida, protege e dinamiza a cidadania e todos os seus variados direitos humanos. (grifo nosso. NOGUEIRA, 2011 apud MARTINAZZO, 2016, p. 43)

Lima (2003) apresenta outras quatro modalidades de participação, a participação ativa e a passiva e a participação formal e informal. A participação ativa refere-se àquela em que os sujeitos possuem pleno conhecimento sobre seus direitos e deveres, utilizando deste conhecimento para participarem de espaços deliberativos. Já a participação passiva, trata-se de uma modalidade em que o sujeito não possui o conhecimento sobre seus direitos e deveres e, por consequência disso, acaba não se envolvendo nas atividades de interesse coletivo essa modalidade de participação é mais apática, sem expressividade e com envolvimento mínimo dos sujeitos.

A modalidade de participação formal trata-se, ainda segundo Lima (2003), é uma forma em que os sujeitos têm por base de suas ações os regimentos e legislações que regularizam determinado espaço. Já no modo de participação informal, se dá por meio de regras menos estruturadas, na maioria das vezes essa modalidade é desenvolvida em grupos menores com interesses específicos.

Assumindo a perspectiva que o desenvolvimento do senso crítico e participativo nos sujeitos são importantes para a democracia e os conceitos de participação política e participação ativa citados anteriormente, possibilitam aos sujeitos a aproximação com o conhecimento, através da consolidação da participação.

A dimensão educativa da participação permeia todas essas modalidades, e possui dois objetivos: o primeiro é o de educar os sujeitos a fim de torná-los seres ativos, críticos e participativos. Já o segundo é educar a fim de alienar e dificultar o processo de desenvolvimento do senso crítico dos sujeitos.

Neste sentido, o termo participação por si possui um amplo significado, analisando o seu contexto histórico, segundo Giovanella (2008):

[...] constitui-se em uma relação que envolve uma tomada de decisão, por tênue que seja, na qual o indivíduo propõe-se a interagir com o outro, num convívio que democratiza os espaços comuns (públicos) em qualquer âmbito – familiar, afetivo, cultural, econômico ou político. (GIOVANELLA, 2008, p. 980)

Segundo Gohn (2004), participação é a categoria mais abrangente e indispensável para a conquista de espaços pela sociedade civil, dessa forma, “[...] uma sociedade democrática só é possível via o caminho da participação dos indivíduos e grupos sociais organizados” (GOHN, 2004, p.24)

O conceito de sociedade civil, ainda segundo a autora, não se trata de algo constante, e essas transformações ocorrem dependendo da conjuntura política e das lutas sociais. Nos anos entre 1960 e 1970, se dá o surgimento de um conceito de sociedade civil e a introdução do termo no vocabulário político vem desse período de transições democráticas. Nesse período, o país estava enfrentando o regime militar e a participação da sociedade foi sinônimo de luta contra o governo.

Em 1985, no processo de transição política do sistema de governo brasileiro, o conceito de sociedade civil começa a passar por transformações, influenciado por movimentos populares e sociais que até este momento, lutavam pelo retorno da democracia e cujo resultado foi o enfraquecimento do governo militar. Nos anos 1990, segundo Gohn (2004):

[...] a sociedade civil se amplia para entrelaçar-se com a sociedade política [...] desenvolve-se o novo espaço público, denominado público não estatal, onde irão situar-se os conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público para a gestão de parcelas da coisa pública que dizem respeito ao

atendimento de demandas. Essas demandas passam a ser tratadas como parte da “Questão Social” do país. (GOHN, 2004, p.22).

O movimento pela redemocratização na década de 1980 resultou na Assembléia Constituinte e na elaboração da Constituição Federal em 1988. A fraqueza da democracia foi uma das sequelas deixadas pela ditadura militar e pelo processo histórico brasileiro e, aqui especialmente, foi um dos desafios a serem enfrentados pela redemocratização. Segundo Salles (2010),

A confluência entre, de um lado, o esgotamento do modelo de crescimento econômico adotado durante o período conhecido como “milagre econômico brasileiro”, que havia funcionado como fonte de legitimação para o projeto militar e, de outro lado, a ânsia da sociedade pelo retorno à normalidade democrática, fizeram dos anos de 1980 um período fértil em avanços políticos. (SALLES, 2010, p. 15)

Segundo Moraes (2002), com a promulgação da Constituição Federal, que consolidou os direitos dos cidadãos, foram criados alguns mecanismos para garantir a participação direta do cidadão nas deliberações sociais políticas. Salles (2010) complementa que esses mecanismos englobam os três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Esse espaço de participação direta se dá através do plebiscito, do referendo e das leis de iniciativa popular. Por meio do referendo, a população tem a oportunidade de aprovar ou rejeitar um projeto que tenha sido aprovado pelo legislativo; no plebiscito a população pode decidir pelo voto determinada questão.

Outro esforço para consolidação da democracia no país, é a criação de espaços de gestão de políticas públicas, com o intuito de gerar um movimento de descentralização. Segundo Salles (2010), os conselhos, que são um desses espaços de gestão, possuem dois papéis principais, no que se refere aos processos de descentralização e democratização. O primeiro é a vinculação com o Poder Executivo e o segundo o fato de serem representantes dos setores organizados da sociedade. Segundo Gohn (2004), os conselhos gestores “estão inscritos na Constituição de 1988 na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população.” (p.178).

Atualmente, esses são alguns dos principais canais de participação da sociedade civil, sendo que existe uma grande parcela da população que não tem o conhecimento sobre como se dão esses mecanismos. Nesta dimensão, se aproximam conhecimento, sociedade civil e transformação, podendo consolidar ou

desenvolver- visões diferenciadas sobre a vida pública e, assim promover o senso crítico e o desenvolvimento de cultura política.

Vale ressaltar ainda, a importância de se considerar o processo histórico que foi percorrido até se conquistar os direitos de participação que a sociedade civil detém atualmente. Também, que esse processo, de conquistar espaços de participação é longo e contínuo, porém há de se observar as conquistas de espaços que a sociedade civil já obteve.

Para a conquista de novos espaços de participação, é necessário que a sociedade civil fortaleça os canais já existentes, pois é através disso que a sociedade terá a possibilidade de se consolidar como uma sociedade “crítica e ativa” (SEMERARO, 2000).

1.2 CULTURA POLITICA E DEMOCRACIA

Para discorrer sobre cultura política, parte-se dos escritos clássicos de Almond e Sidney Verba na obra *The Civil Culture* (1963). Entretanto, conforme afirma Baquero (2001), o fato de partir desses autores clássicos como referência, não significa que os debates sobre cultura política não existiam anteriormente com estudos de Platão e Aristóteles, por exemplo.

Nesta obra clássica, o conceito de cultura política delimita-se às atitudes dos cidadãos em relação aos debates políticos. Conforme trazem os autores Almond e Sidney Verba (1989), [...] o termo ‘cultura política’ refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública” (p. 12).

Para os autores, a caracterização da cultura política de uma nação, seria definida como “[...] a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação” (ALMOND e VERBA, 1989, p. 13). Concorda-se com Kuschnir e Carneiro (1999), quando se afirmam que:

Cultura política, portanto, remete a uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político. E preciso ressaltar, porém, que a utilização da noção por parte de seus autores está vinculada a uma preocupação quanto às condições de desenvolvimento dos sistemas políticos democráticos. Dessa forma, em sua própria gênese, o conceito de cultura política não pode ser dissociado da ideia de um modelo de comportamento político nas democracias participativas. (KUSCHNIR E CARNEIRO, 1999, p. 230)

O processo de construção da cultura do Brasil está diretamente ligado a alguns marcos históricos, e através deles que se tem o reflexo da cultura do Brasil. A cultura política do país acaba sendo consolidada sob algumas influências que tornam essa cultura pouco participativa, ou ainda, torna-se uma cultura política alienadora e que não incentiva a participação de grupos subalternos nas decisões coletivas da vida social.

Prado Jr., citado por Leão (2012), pontua que em:

[...] toda vida econômica se observará uma sucessão e combinação de formas as mais diversas e contraditórias de organização da vida e trabalho. O resultado é uma vasta desarticulação na qual presente em cada época parece um mapa arqueológico combinando vários pretéritos. Como lembra Caio, a formação social brasileira se apresenta como “um complexo de formas econômicas onde se articulam e mais ou menos frouxamente se entrosam entre si as mais variadas situações.” (LEÃO, 2012, p. 168)

Compreende-se então, que a cultura do país é marcada por uma desarticulação e desorganização, a qual interfere na vida social até os dias atuais. A cultura política e social do Brasil atualmente, nada mais é do que uma resultante dos processos históricos do país, no qual as características que prevalecem na população não são comportamentos com hábitos participativos. Situação que pode ser modificada, caso essa cultura comece ser influenciada por outros hábitos.

Apesar de reconhecer os avanços que o país obteve, no âmbito da conquista de espaços de participação da sociedade civil, há que se ressaltar que o Brasil ainda se configura como um país conservador, no qual a cultura política pouco incentiva a população a ocupar esses espaços de participação conquistados ao longo dos anos.

Porém, compreende-se que essa cultura decorre do acúmulo de muitas décadas de tradições. O processo de construção da cultura conservadora no Brasil trata-se de um processo antigo e, segundo Fernandes (2008), essa cultura é consequência desde o colonialismo, já que anos depois o país copiava os moldes de outros países do mundo, cultivando uma cultura conservadora no brasileiro.

Nesta direção, Fernandes (2008) discorre que a identificação do Brasil com outras culturas:

[...] explica os vários caminhos tomados pelos diferentes círculos das camadas dominantes para ajustar interesses socioeconômicos mais ou menos toscos e imediatistas á estruturas econômicas, sociais e jurídico políticas requeridas pelo capitalismo. (FERNANDES, 2008, p.24)

A influência que o Brasil teve de outras culturas, foi muito significativa para a existência da cultura conservadora presente no país hoje. Como citado pelo autor, desde outras décadas o Brasil procura uma identificação com outras culturas e acaba evidenciando traços fortes desse conservadorismo, impossibilitando a participação ativa da sociedade civil e, que ainda hoje dificulta o acesso a sociedade aos canais de participação.

A cultura política do Brasil é marcada pelas diversas influências da cultura brasileira. Autores como Fernandes (2008) e Ianni (1996) pontuam que a história do Brasil, é baseada no colonialismo, no imperialismo, na urbanização e industrialização, ou seja, o país passou por diversos momentos e com estes houve a construção e a consolidação da cultura brasileira. Ianni (1996) ressalta que a história do Brasil é uma:

[...] história atravessada por lutas sociais da maior importância, desde as revoltas de comunidades indígenas contra os colonizadores às lutas contra o regime de trabalho escravo. História essa que, no século XX, desenvolve-se com as lutas de trabalhadores do campo e da cidade pela conquista de direitos sociais ou pela transformação das estruturas sociais. (IANNI, 1996, p.01)

Marcado por lutas sociais, o século XX foi um marco no que se refere a movimentos sociais. Como citou Ianni (1996), foi um período de luta por direitos, que tinham como principal foco a transformação da realidade em que os sujeitos estavam inseridos.

Compreende-se a partir de então uma base histórica da cultura política do Brasil, conforme os autores acima ressaltam. A construção dessa cultura teve a interferência de diversas influências (desde o colonialismo até os dias atuais), que contribuíram para a consolidação da cultura do país. Cultura essa que se modificou ao longo dos anos, principalmente pela luta dos movimentos sociais, porém, atualmente com fortes influências sobre os hábitos dos sujeitos.

Segundo Baquero e Prá (2007), a cultura política do país se trata de um ponto importante afim de “[...] explicar os limites do processo de construção democrática” (p.103). Ainda, para os autores “[...] de fato, a incorporação dos valores democráticos pelas massas se dá com o tempo e está relacionada a vários outros fatores e incide, sim, na qualidade da democracia existente.” (p. 103)

Essa incorporação dos valores democráticos nada mais é, do que o conhecimento dos sujeitos relacionados aos espaços de participação existentes e

quais os mecanismos disponíveis para utilização desses espaços. É através dessa incorporação dos valores democráticos, que os sujeitos terão a possibilidade de acesso, não somente, ao conhecimento no âmbito da participação, mas ainda ao conhecimento em vários outros âmbitos que digam respeito a seus direitos e deveres, enquanto cidadãos inseridos em um Estado democrático de direito.

Baquero e Prá (2007), reforçam ainda que na cultura brasileira “[...] persistem valores culturais e determinadas práticas políticas cotidianas que não favorecem a construção de uma cultura política participativa e democrática.” (p.110). Ou seja, práticas conservadoras, que são decorrentes das influências da cultura política de outras épocas, como citado acima.

Ainda sobre o pensamento conservador, tão presente na cultura política do país, Iamamoto (2004) destaca:

[...] sua vocação para o passado, terreno, germinativo da inspiração para a interpretação do presente. O passado é experimentado com virtualmente presente. A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da sociabilidade e da moralidade. Os elementos sagrados, irracionais, não utilitários da existência, são valorizados, em contraposição ao primado da razão. Tradição e costumes legitimam a autoridade. (IAMAMOTO, 2004, p. 24)

O autor reforça a ideia de que o modelo conservador em que os sujeitos estão inseridos se trata de um modelo, no qual a sociedade é entendida como um grupo unitário de pessoas, fortemente influenciado pela religião. Esse conservadorismo acaba limitando potencialidades individuais, como a de desenvolvimento de sujeitos ativos no âmbito da participação e da decisão coletiva. Práticas que potencializem movimentos contrários ao conservadorismo podem desenvolver um senso crítico e, assim, incentivar sujeitos às mesmas práticas, transformando assim o hábito conservador em hábitos que objetivem a participação ativa.

Nesse processo, a cultura política de um país pode ser geradora ou limitadora do senso crítico, portanto, tem um papel preponderante no desenvolvimento de relações entre estado e sociedade. Estas relações podem se configurar como tuteladoras para com a sociedade, impedindo o desenvolvimento de processos participativos autônomos advindos da sociedade civil. Ou, ao contrário, podem ser relações em que o estado considere os processos que ecoam da sociedade civil e os acolha em seu interior. Melhor dizendo, os transforme em políticas públicas que

atendam as demandas advindas da sociedade civil; ou ainda incentive processos que se caracterizem como de uma cultura política democrática.

Portanto, na construção da cultura política de um país, o estado é um sujeito importante que está ao lado da sociedade civil, construindo democraticamente pactos civilizatórios os quais podemos intitular de cultura política democrática. Ou, construindo ideologicamente pactos que são alheios a segmentos populares, mas, muito próximos de blocos de interesses econômicos e lobbies corporativos, considerados como conservadores de uma cultura política tradicional. Ou ainda, relações entre estado e sociedade civil que potencializem o conhecimento crítico e a construção de uma cultura política democrática, e, por fim, podem gerar, relações entre estado e sociedade civil que reiterem a falta de conhecimento crítico, potencializando uma cultura política conservadora.

A fim de construir hábitos participativos, consolidando a relação Estado e Sociedade civil, e adquirindo o conhecimento crítico, retomamos o papel significativo da dimensão pedagógica da participação, citada anteriormente. É através de práticas educativas que os sujeitos terão a possibilidade de mudança de hábitos e de adquirir e desenvolver o conhecimento crítico.

Há que se reforçar ainda, alguns pontos significativos que permeiam o debate em torno da democracia. Como citado anteriormente, a democracia está intrinsecamente relacionada à construção de determinada cultura política por parte da população. Sem ter a intenção de desenvolver um resgate histórico em torno da democracia, indicaremos algumas considerações relevantes sobre a temática.

A democracia teve origem na Grécia Antiga sendo que “dela herdamos não apenas a palavra, mas também todo um imaginário ligado à democracia” (MIGUEL, 2005, p. 05). Na evolução do que representaria a democracia, Miguel (2005) ressalta que:

Entre as muitas tentativas de classificação dos diversos modelos ou teorias da democracia, a mais corrente na linguagem comum aponta exatamente a diferença que nos separa da Grécia: é a divisão entre ‘democracia direta’ e ‘democracia representativa’. (MIGUEL, 2005, p. 06)

Em seus escritos, Miguel (2005) apresenta diferentes formas de democracia, sendo essas: a Democracia liberal-pluralista, a Democracia deliberativa, o republicanismo cívico, a democracia participativa e o multiculturalismo.

A Democracia liberal-pluralista, segundo Miguel (2005) trata-se da:

[...] denominação que amálgama as posições mais “descritivas” dos sistemas políticos ocidentais, para a qual a realização do projeto democrático passa, sobretudo pela vigência de um conjunto de liberdades cidadãs, competição eleitoral livre e multiplicidade de grupos de pressão, que se envolvem em coalizões e barganhas, cada qual tentando promover seus interesses. A ideia de “governo do povo” é esvaziada, na medida em que aos cidadãos comuns cabe, sobretudo, formar o governo, mas não governar. (MIGUEL, 2005, p. 09).

Neste formato de democracia, aparecem características de uma falsa participação popular, sendo que os cidadãos são inclusos no processo de eleger os representantes, mas não há criação de espaços para efetiva participação durante o processo de governar.

O segundo formato trazido pelo mesmo autor trata-se da Democracia Deliberativa, a qual é:

[...] nascida da obra de Habermas e, em menor medida, de Rawls, aparece hoje como a principal inspiração crítica às democracias realmente existentes. Seu ideal é que as decisões políticas sejam fruto de uma ampla discussão, na qual todos tenham condições de participar em igualdade, apresentando argumentos racionais, e ao fim da qual haja consenso. Em oposição à vertente anterior, liberal, ela considera que os agentes não estão presos a interesses fixos e são capazes de alterar suas preferências em meio ao debate. (MIGUEL, 2005, p. 09).

Nesta definição, a democracia deliberativa trata-se daquela que pretende obter amplos espaços de discussões políticas a fim de oportunizar a participação ao maior número de pessoas. Outros dois formatos possíveis segundo Miguel (2005) são o republicanismo cívico que:

[...] prega a revalorização da ação na polis e do sentimento de comunidade, parcialmente inspirado pelo pensamento de Hannah Arendt. Algumas de suas vertentes desembocam no comunitarismo, que polemiza contra o individualismo da tradição liberal. E o pertencimento à comunidade que dota de sentido a ação humana; e nesse sentido a participação política pode ser entendida como provida de valor em si mesmo (ao passo que, para a vertente liberal, a política possui apenas valor instrumental, na busca pela realização de interesses constituídos na esfera privada). (MIGUEL, 2005, p. 09)

E ainda, a democracia participativa que,

[...] destaca à necessidade de ampliação dos espaços de decisão coletiva na vida cotidiana. O chamamento episódico à participação nas questões públicas, no período eleitoral, é julgado insuficiente para promover a qualificação das cidadãs e dos cidadãos. É necessário que as pessoas comuns estejam presentes na gestão das empresas, das escolas, enfim, que a participação democrática faça parte de seu dia-a-dia. Como se vê, não se trata de uma volta à democracia direta, mas da combinação dos mecanismos representativos com a participação popular na base. Influente sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, ela se faz presente hoje, com ambições bem mais modestas, em iniciativas de reforma da política local,

como, entre outras, o “orçamento participativo” experimentado em vários municípios brasileiros. (MIGUEL, 2005, p. 10).

Este formato de democracia participativa é a que mais se aproxima do objetivo de oportunizar maior participação ativa dos sujeitos. Neste contexto, os indivíduos teriam amplo espaço não somente para eleger seu governante, mas também, participariam ativamente da gestão governamental.

Por fim, tem-se o multiculturalismo, ou então:

[...] a política da diferença, cujo fundamento é a afirmação das características distintivas dos diversos grupos presentes na sociedade nacional, entendidas como irredutíveis a uma identidade única e fontes legítimas de ação política. A ruptura com a perspectiva liberal é profunda, na medida em que grupos — e não só indivíduos — são considerados sujeitos de direitos. (MIGUEL, 2005, p. 09)

Assim como assertivamente ressalta Miguel (2005), deixa-se evidente que as vertentes teóricas em torno da democracia não são e não devem ser limitantes. Os debates e os conceitos a respeito de seu surgimento, desenvolvimento e transformação, possui inúmeras vertentes e formam um arcabouço muito rico e diverso. Neste sentido, o que se pontua aqui são as vertentes sistematizadas pelo autor Luiz Felipe Miguel, para a qual a ênfase do debate recai na democracia participativa.

De forma geral, pode-se afirmar que quando se trata de democracia participativa o primeiro ponto que se relaciona é a participação da população através do voto. Entretanto, é justamente na contramão desta compreensão que caminha esta pesquisa, no qual buscamos descrever novos mecanismos de exercer a democracia participativa e, conseqüentemente, desenvolver a cultura política. Exercer a participação através do voto é sem dúvidas, uma das formas mais populares de democracia, entretanto há que se pontuar que o exercício da democracia está ligado a outras inúmeras decisões presentes no dia-a-dia da população.

Sobre a democracia participativa, enfatizamos aqui os autores que são considerados seus representantes, Poulantzas (1980), Macpherson (1979) e Pateman (1992). Estes pesquisadores organizaram os seus conceitos, reforçando que a democracia participativa não se limita apenas ao processo de seleção dos representantes políticos, mas sim que a participação deve ser incorporada à rotina dos sujeitos.

Destaca-se, que para Poulantzas (1980), a democracia participativa pode ser compreendida como a articulação entre o Estado e o desenvolvimento da

democracia direta, envolvendo assim as alianças populares, a multiplicação das instâncias de poder para a sociedade. Para Macpherson (1979), cuja compreensão se aproxima de Poulantzas, quando questiona se era suficiente “considerar a extensão da democracia um mero envolvimento periódico em eleições à participação no processo de tomada de decisões em todas as esferas da vida”. Já para Pateman (1992),

[...] somente se o indivíduo tiver a oportunidade de participar de modo direto no processo de decisão e na escolha de representantes (...) é que, nas modernas circunstâncias, ele pode esperar ter controle sobre sua vida ou sobre o desenvolvimento do ambiente em que ele vive. (PATEMAN, 1992, p. 145-146)

Assim, a democracia participativa, trata-se não somente da participação através da escolha dos representantes políticos, mas aponta que a participação é um dos principais mecanismos de desenvolvimento de cultura política.

2 A PRÁTICA DE PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE E O MOVIMENTO ESTUDANTIL (DCE)

Nesse capítulo serão apresentados os conceitos e debates atuais em torno da Universidade como espaço democrático, resgatando o surgimento da universidade no Brasil e sua aproximação com o campo de pesquisa, o movimento estudantil da UEPG, mais especificamente o Diretório Central de Estudantes - DCE.

Antes de seguirmos para o objetivo deste capítulo, é importante fazer algumas considerações sobre os momentos históricos vivenciados em nosso país. O marco significativo para compreender determinados acontecimentos ao longo dos anos o período entre 1964 e 1989, no qual o Brasil passou a ser governado pelos militares, a partir de um golpe militar cuja tomada de poder ocorreu em 1964. Esses 25 anos de regime militar foram marcados pela violência, censura e difícil desenvolvimento acadêmico e cultural do país.

Durante esses anos, o país passou por um período de transição, no qual, após 25 anos de regime militar, retoma-se a democracia com a promulgação da constituição de 1988, chamada popularmente como constituição cidadã, vigente até os dias atuais

Dentro desse período, ou ainda, no início dele, tem-se como marco histórico, a reforma universitária Lei nº 5540 de 1968⁸, que fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior no Brasil. Esta reforma integrava o plano de modernização da educação que fazia parte de uma parceria entre o MEC e a USAID (*United States Agency for International Development*), agência norte americana que financiava programas de desenvolvimento em países pobres, que estavam em uma posição estratégica para os EUA na Guerra Fria (GHIRALDELLI JR., 1991).

No Brasil, o acordo previa entre suas ações a reestruturação do sistema de ensino universitário, desta forma as medidas tomadas foram à divisão por departamentos cujo impacto foi a compartimentação das áreas do conhecimento, quebrando a união entre ensino e pesquisa, criando a ideia de universidade como meio corporativista. Além disso, esta parceria primava pela racionalidade, produtividade e eficiência nos serviços prestados, dando origem a uma onda de burocratização do ensino tornando-o ainda mais complicado.

Outro aspecto foi o aumento de incentivo para a criação de universidades privadas que sem nenhuma estrutura funcionavam diminuindo ainda mais a qualidade dos acadêmicos brasileiros e impossibilitavam a sua participação política sob o falso pretexto, já naquela época, de uma educação neutra. (SANFELICE 2015).

Desta forma, no decorrer desse capítulo, será possível observar como o surgimento de muitas universidades dentro desse período de regime militar, foram marcados pelas dificuldades para criação destes espaços, tidos pelos militares como locais para a criação de subversões e ações terroristas.

2.1 RESGATE HISTÓRICO SOBRE O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL

A definição mais simplificada e objetiva sobre a universidade trata-se da definição presente no Dicionário da língua portuguesa, que define a Universidade como a instituição que abrange diferentes níveis de ensino, como graduação, mestrado, doutorado, entre outros. Ainda há a referência de Universidade presente na Constituição Federal, artigo 207 “as universidades gozam de autonomia didático-

⁸Ainda como importante legislação, se pode citar a Lei nº5592 de 1971, a qual foi revogada por algumas vezes e atualmente está atualizada no conteúdo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB9394 de 20 de dezembro de 1996, essa estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Há que se pontuar que os acontecimentos históricos do decorrer dos anos foram influencia para transformações e atualizações na legislação.

científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1998).

Para além dessas definições, se faz necessário apresentar aqui, a universidade como um espaço democrático, para exercício da democracia. Segundo Humboldt (1997), o que diferencia a Universidade de outras instituições de ensino refere-se a:

Outra característica destas instituições [universidades] é que, para seus membros, a ciência é compreendida como um problema que nunca pode ser totalmente resolvido. Portanto, a pesquisa se transforma num esforço infinito. Pelo contrário, na escola, a tarefa da instituição se limita à transmissão de conhecimentos previamente estabelecidos. Já numa instituição científica superior, o relacionamento entre professores e alunos adquire uma feição completamente nova, pois, neste ambiente, ambos existem em função da ciência. (HUMBOLDT, 1997, p. 80-81)

Pode-se afirmar, a partir do resgate histórico apresentado na sequência, que a Universidade, atualmente, é um espaço democrático, plural e complexo.

Para tanto, é necessário compreender como se deu o surgimento e consolidação do espaço universitário no Brasil. Os primeiros traços de universidade no Brasil, segundo Souza (2012), surgem a partir da compreensão de ensino superior⁹, sendo assim, pode-se definir como marco o período colonial brasileiro. Neste momento são iniciativas voltadas ao ensino superior, sem ser definidas como universidades e, segundo Souza (2012), eram instituições que serviam para a qualificação da elite brasileira, composta principalmente pela classe da elite agrária.

Oficialmente no Brasil, as primeiras Universidades começam a surgir em meados de 1909, entretanto nesse período, muitas delas acabaram não tendo continuidade. Aquelas que conseguiram dar continuidade as atividades, surgiram a partir do ano de 1920, sendo a primeira delas a Universidade do Rio de Janeiro.

A Universidade do Rio de Janeiro surge da junção da Escola Politécnica, da Escola de Medicina e de uma faculdade de Direito Livre. Após a consolidação desta, surgem na sequência, conforme assinala Souza (2012), a Universidade de Minas Gerais, que se tratou da reunião de faculdades de Engenharia, Medicina, Odontologia e Farmácia, e a Universidade do Rio Grande do Sul, que surgiu da união da Escola de Engenharia de Porto Alegre. A partir deste momento, surgem as três primeiras universidades consolidadas do Brasil.

⁹Assim como o referenciado Souza 2012, adota-se aqui a compreensão de ensino superior a partir do autor LuisAntônio Cunha, que define ensino superior como aquele é visa ministrar saber superior.

Chega-se no ano de 1930, marco da mudança do modelo de governo no Brasil, com o início da Nova República cujo chefe de Estado, é o presidente Getúlio Vargas¹⁰. Conforme aponta Oliven (2002):

O presidente Getúlio Vargas (1930-45), criou o Ministério de Educação e Saúde. Em 1931, com Francisco Campos, seu primeiro titular, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, que vigorou até 1961: a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica. (OLIVEN, 2002, p.27)

O ministério da Educação, surge também, pela reivindicação feita Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 1924. Porém após a criação deste ministério, a ABE desaponta-se com as políticas adotadas pelo governo, já que a associação sentia falta da presença de atividades voltadas a pesquisa dentro das universidades.

Há que ressaltar, que desde o surgimento da universidade no mundo, em períodos anteriores, estas estavam, em sua maioria, ligadas a denominações religiosas. A igreja era uma instituição bastante presente no processo de criação e consolidação das universidades.

Segundo descrito por Oliven (2002), existiam alguns pontos de discórdia entre a ABE, as universidades e o modelo de governo da época. Os dois principais pontos seriam o fato de o governo federal ocupar o espaço de regulador do ensino superior e como já citado, da forte presença da igreja, neste caso, especificamente da igreja católica, como formadora dentro das universidades.

Outro marco histórico relacionado ao posicionamento do governo e os embates sofridos, está a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Esta instituição de ensino superior surge com foco nas atividades de pesquisa e, segundo Oliven (2002), apesar de enfrentar escassez de recursos, conseguiu ampliar os espaços de pesquisa dentro da universidade. Entretanto, a Universidade do Distrito Federal teve poucos anos de sobrevivência, após enfrentar o clima político da época, por interferência direta do governo federal, a universidade foi extinta em 1939. Todos os cursos e alunos foram transferidos para a então

¹⁰Conforme afirma Oliven (2002), a revolução de 1930 que levou Getúlio ao poder proporcionou reformas sociais e econômicas no Brasil, as quais a partir de 1930, criaram pré condições para a expansão do capitalismo no Brasil.

Universidade do Brasil, nome que foi usado para substituir o nome dado a primeira universidade do Brasil, anteriormente conhecida como Universidade do Rio de Janeiro. Como já citado, o então governo seria muito próximo das instituições religiosas, especialmente, a católica. Conforme afirma Oliven (2002):

Desde 1934, no primeiro congresso católico de educação, realizado no Rio de Janeiro, a Igreja manifestara seu interesse na criação de uma universidade, subordinada à hierarquia eclesiástica e independente do Estado, tanto assim que já havia criado cursos nas áreas humanas e sociais, com o objetivo de ressocializar as elites brasileiras com base nos princípios ético-religiosos da moral católica. Coube, aos jesuítas, a incumbência de organizar, administrar e orientar pedagogicamente a futura instituição universitária. Em 1946, satisfeitos os pré-requisitos legais, com o Decreto nº 8.681, de 15/3/46, surgiu a primeira universidade católica do Brasil. No ano seguinte, foi-lhe outorgado, pela Santa Sé, o título de pontifícia. Similar a outras congêneres no mundo, ela introduziu, em seus currículos, a frequência ao curso de cultura religiosa e tornou-se referência para a criação de outras universidades católicas no país. (OLIVEN, 2002, p. 29).

Outro marco histórico no decorrer da criação das universidades, é o surgimento da Universidade de São Paulo (USP), que ocorreu em 1934 através do Decreto nº 6.283, sendo que, segundo Oliven (2002):

Foram reunidas faculdades tradicionais e independentes, dando origem à nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que contou com professores pesquisadores estrangeiros, principalmente da Europa. A USP tornou-se o maior centro de pesquisa do Brasil, concretizando o ideal de seus fundadores. (OLIVEN, 2002, p. 30).

A partir do disposto no Decreto de criação da USP, a mesma teria por finalidade promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida; formar especialistas em todos os ramos da cultura, bem como, técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; realizar a obra social de popularização das ciências, das letras e artes por meio de cursos sintéticos, conferências e palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.

Oliven (2002) resume que:

Durante a Nova República, foram criadas 22 universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais. Cada unidade da federação passou a contar em suas respectivas capitais, com uma universidade pública federal. Durante esse mesmo período, foram, também, criadas 9 universidades religiosas, 8 católicas e 1 presbiteriana. Concomitantemente a esse processo de integração, ocorreu uma expressiva expansão das matrículas acentuando-se, com isso, a mobilização dos universitários, que tiveram, na criação da UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1938, um elemento importante para a sua organização. (OLIVEN, 2002, p. 32).

O processo de surgimento, consolidação e mudanças das universidades no Brasil acaba se dividindo em algumas etapas, conforme o contexto do país. A partir de 1945, período em que ocorre a deposição de Getúlio Vargas, inicia-se assim uma nova fase, com diferentes características. Segundo Fávero (2006):

Inicia-se um movimento para repensar o que estava identificado com o regime autoritário até então vigente. A chamada “redemocratização do país” é consubstanciada na promulgação de uma nova Constituição, em 16 de setembro de 1946, que se caracterizou, de modo geral, pelo caráter liberal de seus enunciados, como se pode observar no capítulo “Da declaração de direitos” e especialmente no que trata “dos direitos e das garantias individuais”; (FÁVERO, 2006, p.27).

No início de 1950, ocorrem algumas tentativas de buscar a autonomia universitária, entretanto, Fávero (2006) afirma que estas tentativas foram frustradas e descreve esse contexto de busca por autonomia como complexo. Fávero (2006), ainda sobre o período iniciado a partir de 1950, afirma que:

A partir da década de 50, acelera-se o ritmo de desenvolvimento no país, provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico. Simultaneamente às várias transformações que ocorrem, tanto no campo econômico quanto no sociocultural, surge, de forma mais ou menos explícita, a tomada de consciência, por vários setores da sociedade, da situação precária em que se encontravam as universidades no Brasil. Essa luta começa a tomar consistência por ocasião da tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobretudo na segunda metade dos anos 1950, com a discussão em torno da questão escola pública versus escola privada. Limitados inicialmente ao meio acadêmico, os debates e reivindicações deixam de ser obra exclusiva de professores e estudantes para incorporarem vozes novas em uma análise crítica e sistemática da universidade no país. (FÁVERO, 2006, p.29).

Aqui, a autora destaca um importante sujeito para o desenvolvimento da história das universidades e suas transformações: a presença e o início da atuação do movimento estudantil. A partir deste ponto, inicia-se nova fase no histórico do ensino superior, com a criação, em 1961, da Universidade de Brasília (UnB), a qual, segundo Fávero (2006):

[...]surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 30. (FÁVERO, 2006, p.29).

Sobre a criação da UnB, Oliven (2002) apresenta que os objetivos dela eram:

[...] o desenvolvimento de uma cultura e de uma tecnologia nacionais ligadas ao projeto desenvolvimentista. Essa foi a primeira universidade brasileira que não foi criada a partir da aglutinação de faculdades pré-

existentes; sua estrutura era integrada, flexível e moderna e contrapunha-se à universidade segmentada em cursos profissionalizantes. Seguindo o modelo norte-americano, organizou-se na forma de fundação e os departamentos substituíram as cátedras. (OLIVEN, 2002, p. 32 e 33).

O próximo momento é um marco histórico impulsionado por mudanças e transformações com a tomada do poder pelos militares em 1964, Oliven (2002), relata que:

[...] as universidades passaram a ser objeto de uma ingerência direta do governo federal: foi afastado um grande número de professores, principalmente na Universidade Brasília; também foram criadas as Assessorias de Informação nas instituições federais de ensino superior, com a intenção de coibir as atividades de caráter “subversivo”, tanto de professores quanto de alunos. (OLIVEN, 2002, p. 33).

Junto a esse momento, destaca-se também o movimento de Reforma Universitária a qual é marcada, segundo Fávero (1995) pela grande participação do movimento estudantil (UNE), que almejava acabar com o caráter elitista e ultrapassado das universidades, debatendo questões relevantes sobre estes aspectos: autonomia universitária; participação de professores e alunos na administração, seguindo o critério de proporcionalidade; dedicação exclusiva do professor universitário; ampliação das vagas em escolas públicas e currículo flexível.

A chamada Reforma Universitária se concretiza em 1968, caracterizada pela forte participação e mobilização estudantil. Aqui, ressaltar destaca-se que a mobilização do movimento estudantil é algo que se inicia antes da reforma universitária, entretanto, para que seja seguida coerência, reforça-se aqui como se deu a participação do movimento estudantil neste período conhecido por Reforma Universitária.

Conforme assinalado por Fávero (1995) para a União Nacional dos Estudantes (UNE), a luta pela reforma universitária começa de forma sistemática, em 1957, com o I Seminário de Reforma de Ensino, promovido por essa entidade. Para Fávero (1995),

Não resta dúvida, todavia, de que, se, a par desse seminário, começa a esboçar-se a preocupação com a transformação estrutural das instituições de ensino, é o debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que introduz a pergunta “Universidade para quem?”, que se sobrepõe à questão “Universidade como ou para quê?”. No bojo dos debates em torno da LDB, principalmente na discussão escola pública versus escola privada, se impôs, no meio estudantil, a luta pela democratização do ensino. (FÁVERO, 1995, p. 37).

Apesar de intensificado o debate e a defesa dos estudantes a favor da escola pública em meados de 1950, é em 1960 que ocorre, segundo Fávero (1995) a tomada de consciência da reforma universitária e ocorre o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, realizado em maio de 1960, na Bahia. Para a autora, é a partir deste marco que se começa a relacionar as reivindicações de caráter pedagógico com as lutas políticas.

Em meio a esses acontecimentos, surge também a Juventude Universitária Católica, movimento estudantil com representação religiosa, engajado na evangelização e desvinculação com questões políticas. É notável que com o decorrer dos acontecimentos, o movimento dos estudantes inicia o enfrentamento a uma crise; então em 1962, é realizado o I Seminário Nacional de Reforma Universitária (SNRU), de 20 a 27 de maio de 1961, em Salvador, do qual resulta a chamada Declaração da Bahia. Para Fávero (1995)

A Declaração da Bahia é um dos primeiros textos programáticos dos estudantes para a reforma universitária. Aborda três temas: a) realidade brasileira; b) universidade no Brasil; c) reforma universitária, aos quais acrescenta um adendo sobre o Projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (FÁVERO, 1995, p. 51).

Neste documento, fica claro a fase de transição do movimento estudantil, tentar é uma tentativa em não separar os problemas da universidade, de um lado, e a situação econômica e política do país, de outro. Com o mesmo objetivo do seminário da Bahia realiza-se em Curitiba, em março de 1962, o II Seminário Nacional de Reforma Universitária. Suas conclusões estão reunidas na Carta do Paraná, redigida em três partes principais: a) fundamentação teórica da reforma universitária; b) análise crítica da universidade brasileira; c) síntese final – esquema tático de luta pela reforma universitária. Conforme descreve Fávero (1995):

Na mesma perspectiva da Declaração da Bahia, a Carta do Paraná preconiza, na primeira parte, uma universidade crítica, antidogmática e imune às discriminações de ordem econômica, ideológica, política e social. De forma pouco clara e objetiva, o documento assinala a dificuldade de a universidade estabelecer uma real integração entre a formação geral e técnica. Na segunda parte, discute-se, sobretudo, o papel da universidade como instrumento de elaboração de uma cultura nacional. Para tanto, “seria necessário que ela criasse condições favoráveis ao desenvolvimento de uma consciência nacional e popular da problemática brasileira” (UNE, 1962, p. 29). No II Seminário, retoma-se a linha de crítica à universidade brasileira, iniciada em Salvador, e a questão básica levantada passa a ser o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias no País. Os estudantes denunciam, por um lado, a grande defasagem entre as universidades e as aspirações do movimento popular, em termos de maior democratização dessas instituições, e, por outro, defendem maior participação em sua gestão por parte do corpo discente e também maior

democratização da cultura nelas elaborada. A democratização da cultura define para a universidade a missão de compromisso com os problemas do povo e/ou de serviço aos interesses do povo. (FÁVERO, 1995, p. 57).

A partir de 1964 o país enfrenta o golpe militar, contexto esse que interfere diretamente nas lutas e movimentações que vinham sendo realizados pelo movimento estudantil. O movimento de estudantes começa a integrar a história de repressão e censura do país. Fávero (1995), pontua que a posição do governo militar em relação aos estudantes estaria bem sintonizada com a posição do então ministro Roberto Campos: “tratamento de choque para acabar com a subversão” (POERNER, 1979, p. 219).

O ano de 1967 fica marcado como o ano de protestos por parte da juventude e do movimento estudantil. Fávero (1995) pontua em seus escritos um fato marcante para a história do movimento, em 1968 em um protesto um adolescente, do movimento secundarista é morto durante a mobilização. A partir desde momento, então, muitos sujeitos resolvem tomar a posição em defesa das universidades públicas do país. Conforme resume Fávero (1995):

O movimento estudantil dos anos 1950-1960 deve ser entendido como uma das dimensões de um projeto de reforma social proposto por frações da classe média urbana progressista. Foi uma tentativa, na esfera da sociedade civil, de definir uma nova hegemonia. A marcha da UNE, desde reivindicações de caráter mais pedagógico-acadêmico, associadas ao repúdio quase universal ao nazifascismo durante o Estado Novo, até o protesto constante e organizado contra uma política antidemocrática do Estado militarista, não foi feita em um caminho alcatifado ou uniforme. Egressos de distintas frações de classes para formar uma entidade nacional, os estudantes ora foram cooptados pelo poder, ora a ele reagiram, segundo pressões externas e internas ao movimento. (FÁVERO, 1995, p.101)

Em meio ao contexto de lutas, transformações e dificuldades descritos acima, aproxima-se do campo delimitado por esta pesquisa, que se trata de uma Universidade específica, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, que surge em 1969, em meio ao golpe militar e contexto de luta e censura.

A UEPG foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei no 6.034, de 6 de novembro de 1969, e Decreto no 18.111, de 28 de janeiro de 1970, que resultou da incorporação das Faculdades Estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente na cidade de Ponta Grossa.

A partir da breve apresentação do campo de pesquisa, há que compreender alguns pontos sobre a universidade e o entendimento como um espaço democrático, conforme se discorre no item seguinte.

2.2 A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO E DE PARTICIPAÇÃO

Conforme já pontuado anteriormente, a consolidação da sociedade civil como democrática trata-se também de um processo complexo e vagaroso, entretanto, conforme afirma Wanderley (2021) a democratização da universidade está necessariamente condicionada pela democratização na sociedade brasileira. O autor ainda afirma que:

A democratização está vinculada organicamente à autonomia universitária. Estas duas dimensões são instrumentais para que a universidade cumpra bem os seus objetivos. Elas não são dadas naturalmente, não são adquiridas por normas legais (ainda que estas possam a ajudar a sua consecução), mas são objeto de conquista permanente e cotidiana dos membros das comunidades universitárias. Concretizá-las exige dedicação, esforço, compreensão, avaliação constante, projeto claro do que se quer, luta contra pressões e resistências, práticas concretas e reflexões teóricas que as acompanhem. (WANDERLEY, 2021, p.73)

Reforça-se então a ideia de que para fortalecimento da universidade como espaço democrático é necessário a presença de um conjunto de fatores, um deles, e talvez um dos principais, é a atuação do movimento estudantil dentro da universidade. Partindo da visão de que a universidade é um espaço que possibilita a formação de sujeitos, Monfredini (2016) pontua que para além de outras inúmeras características que a universidade brasileira possui, destacam-se duas:

A primeira, que no Brasil ele nasce com objetivos profissionalizantes e tinha a finalidade de formar a elite letrada e dirigente, que desfrutava desse espaço de cultura elevada a partir do que pensavam os problemas nacionais. A segunda característica é que a universidade voltada para pesquisa é recente na nossa história. Foi criada somente no início do século XX. A formação universitária propiciaria ao aluno o contato com a ciência, a tecnologia, a filosofia e a arte, os movimentos estudantis, a prestação de serviços comunitários, introduzindo o jovem da elite de forma mais aprofundada na cultura produzida ao longo da história, nos problemas do seu tempo e nas ações políticas, científicas e culturais demandadas por esses problemas, ainda que dentro do limite apontado, que é o da formação profissional. A referência a essa significação social da universidade resultou na ideia de que ela pressupõe a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, a cultura acadêmica refere-se à possibilidade de criação, veiculação e apropriação de conhecimento produzido a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. (MONFREDINI, 2016, p. 10)

A autora ainda faz uma crítica a alguns pontos negativos da universidade, ressaltando que as críticas são relacionadas ao ensino privado e público. Segundo Monfredini (2016):

A Universidade historicamente se empobreceu visto que, tomou os conhecimentos e a formação somente pela perspectiva do capital. Ou seja, a Universidade se esvazia, isola-se socialmente, ao ser operada sob um dos seus determinantes (o capital). Instituído o fundamento imediato e pragmático na universidade, a tendência foi a de esvaziamento na sua possibilidade de realizar uma formação ampla. Observou-se esse empobrecimento dos processos formativos, principalmente pela realização da flexibilização de currículos articulada à precarização do trabalho e emprego de professores pesquisadores. Sobre isso, Marilena Chauí denunciava em texto de 1999 as Universidades “voltadas para si mesmas”. Vale acrescentar que o “voltar-se para si mesmo” não é exclusividade das organizações privadas, mas de todas as instituições universitárias que pautam sua gestão por critérios e resultados rentáveis e/ou quantitativos (medidos em termos de eficiência e eficácia) determinados exteriormente pela necessidade de redução de investimentos, para responder as restrições orçamentárias. Portanto, refere-se também às universidades públicas. (MONFREDINI, 2016, p. 11).

Nesses trechos apresentados, pode-se notar o reforço da ideia da universidade como espaço democrático, significando um passo significativo na construção de posicionamentos por parte dos acadêmicos. Entretanto, para além desta compreensão, é necessário que a própria universidade, como instituição, esteja em processo de consolidação, transformação e principalmente de formação completa de sujeitos.

Para tanto, é preciso que a presença dos estudantes seja participativa, tanto na gestão da universidade, como em todos os espaços que possibilitem debates críticos e a construção de novos debates.

O contexto atual de nosso país, principalmente quando relacionado aos posicionamentos do ex-chefe de Estado, Jair Bolsonaro¹¹, não se trata de um contexto favorável ao desenvolvimento da universidade como um espaço democrático. Esta afirmação é justificada por dois momentos marcantes, em relação a visão do ainda presente governo brasileiro, sobre as universidades. No ano de 2019, durante um evento que ocorria no estado de Tocantins, o então Presidente Jair Bolsonaro, em seu discurso fazia uma crítica às universidades públicas brasileiras, afirmando que “os alunos de universidades públicas fazem tudo, menos estudar” (G1, 2019). Essa afirmação do ex-presidente da república está inserida em um contexto, no qual havia sido divulgado o ranking na revista Times

¹¹ Eleito no ano de 2018, cumprindo seu mandato até 2022.

HigherEducation com a classificação das melhores universidades do mundo, e nenhuma universidade brasileira encontrava-se entre as 200 primeiras.

Outro momento marcante dos representantes do ex-governo brasileiro e a sua relação com as universidades e o seu fomento, trata-se da afirmação feita pelo então ministro da educação, Milton Ribeiro, a qual discorre que: “A universidade, na verdade, deveria ser para poucos no sentido de ser útil a sociedade. Tem muito engenheiro motorista de carro de aplicativo, porque não consegue colocação. Se fosse um técnico de informática, conseguiria emprego”. (G1, 2021).

A afirmação do ex-ministro tem o objetivo de reforçar a ideia da universidade como “elitista” e “sem aplicabilidade” no cotidiano das pessoas das classes populares, uma vez que a ideia central de sua afirmação é de que a universidade não leva à uma colocação no mercado de trabalho em seu campo de formação, mas antes, pode significar uma “perda” de tempo para os mais vulneráveis, por exemplo. Complementando a ideia exposta pelo ex-presidente Bolsonaro de que não se estuda neste espaço, logo não se arruma não emprego.

Na contramão destas afirmações e reafirmando o espaço acadêmico como local ao qual todos devem ter garantias de acesso e permanência, a presente pesquisa vem com o objetivo de identificar como se dá a realidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pretendendo identificar pontos que permitam discorrer sobre como, atualmente, se apresenta o processo participativo por parte dos alunos.

2.3 MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UEPG

Antes de abordarmos o movimento estudantil da UEPG, pretendemos apresentar a Universidade Estadual de Ponta Grossa e sua estrutura atual. Situada geograficamente na cidade de Ponta Grossa no estado do Paraná, a UEPG conta atualmente com dois campi na cidade. O primeiro deles, composto pelos setores de Ciências Exatas e Naturais; Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia e Ciências Biológicas e da Saúde, é conhecido como “Campus de Uvaranas”, fazendo referência ao bairro em que está localizado na cidade. Já o outro campus, é composto pelos setores: de Ciências Sociais e Aplicadas; Ciências Humanas, Letras e Artes e Ciências Jurídicas, sendo chamado de “Campus Central”, também em decorrência bairro onde está situado na cidade.

Quanto aos setores de conhecimento, a UEPG está composta dividida seis setores: Ciências Exatas e Naturais; Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia; Ciências Biológicas e da Saúde; Ciências Sociais e Aplicadas; Ciências Humanas, Letras e Artes e Ciências Jurídicas. Já na estrutura administrativa a UEPG está desenhada desta forma: Reitoria e suas pró-reitorias (Pró-Reitoria De Assuntos Administrativos – PROAD; Pró-Reitoria De Graduação – PROGRAD; Pró-Reitoria De Pesquisa E Pós-Graduação – PROPESP; Pró-Reitoria De Extensão E Assuntos Culturais – PROEX; Pró-Reitoria De Recursos Humanos – PRORH; Pró-Reitoria De Planejamento – PROPLAN e Pró-Reitoria De Assuntos Estudantis - PRAE).

A partir da apresentação estrutural da UEPG atualmente, pode-se retomar as histórico do surgimento e evolução do movimento estudantil dentro da Universidade. O surgimento do movimento estudantil na UEPG ocorre juntamente à sua criação, em 1969. Entretanto, conforme já citado, o surgimento desta universidade acontece em meio ao contexto de golpe militar, conseqüentemente, enfrenta incontáveis dificuldades e censuras.

Nesse período o ME (Movimento Estudantil) passou a representar não apenas os estudantes, mas todo o povo brasileiro, que estava sofrendo as conseqüências do processo recessivo de 1964-66 e os primeiros efeitos do arrocho salarial que se estava implantando no país entre as classes populares. A universidade, em particular a pública, representou um espaço de organização popular, a exemplo da igreja nos anos 70. O ME ganhou importância por ser, naquele momento, um espaço físico de político-social, privilegiado de lutas. (GOHN, 2003, p.106).

Anterior a criação da UEPG e por conseqüência do movimento estudantil da mesma, já existiam jovens engajados no movimento estudantil em outras instituições de ensino superior da cidade, como os que compunham o Diretório Joaquim de Paula Xavier- DJPX, onde, segundo Miyahara (2011):

Os estudantes se organizavam em atléticas por curso e as atividades eram mais voltadas a questões do cotidiano da universidade. Em Ponta Grossa, de uma forma geral, a imposição de algumas regras do regime sobre o ME chegava de maneira mais branda e naturalizada, e por esse motivo era aceita majoritariamente entre os estudantes. (MIYAHARA, 2011, p. 55).

Desta forma, a partir destes diretórios, o movimento estudantil da UEPG começa, na década de 1970, a construir uma atuação mais organizada conforme Miyahara (2011) relata os acadêmicos iniciam os debates sobre questões conjunturais e constroem espaços de formação política, a fim de formular meios de resistência e organização. Na pesquisa realizada por Miyahara (2011), encontra-se o

depoimento de um aluno egresso da UEPG, participante do início do movimento estudantil, julgando-se relevante para compreendermos o início da formação do Diretório Central de Estudantes.

[...]eu ingressei no movimento estudantil em 1977, então vai fazer 33 anos, e naquele momento a gente **não tinha um ano político de permissão**. Só existia o DCE e **não existiam os centros acadêmicos** e o **DCE** tinha uma história muito **ligada à universidade**. Tanto é que ele recebia, as carteirinhas eram feitas pela universidade. A **universidade repassava o recurso**. [...] Nós fizemos, acho que posso estar errando o ano, mas por volta de **78/79, a primeira chapa que lutou contra** o grupo que mantinha o poder a muito tempo dentro da universidade. [...]. (MIYAHARA, 2011, p.58)

Após esse período inicial, as dificuldades, censuras e construção de lutas e espaços, começam a aparecer fortemente dentro do movimento estudantil, gerando divisões entre os estudantes. Conforme apresenta Miyahara (2011), do surgimento até meados dos anos 80 é que se consolidam como movimento estudantil e, ainda, surgem os espaços de tensão política e disputas ideológicas por parte do movimento estudantil. Para esse período, Miyahara (2011) resume que:

Na análise do período de 69-79 percebemos que muito mais do que julgar e enquadrar o ME-UEPG dentro de condições pré-estabelecidas, pudemos identificar que, cada grupo de estudantes tem seu papel na composição no cenário de tensões que configura a conjuntura do movimento social e da própria sociedade. (MIYAHARA, 2011, p. 63)

Nota-se que, apesar das dificuldades e início das disputas ideológicas, esse período dentro do movimento estudantil da UEPG é marcado por ações que possuem alinhamento com a gestão da universidade.

A partir dos anos 80, ocorrem algumas mudanças impostas pelo governo militar, o mais marcante para o movimento estudantil trata-se do Ato Institucional número 5, AI-5. Esse ato surge com o intuito de coagir algumas ações de estudantes,

[...] com base no AI-5, que aposentava compulsoriamente, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, cerca de 42 pessoas, entre intelectuais e três professores da USP, incluindo Florestan Fernandes, Jaime Tiommo e João Batista Villa nova Artigas. [...] também em 69, a Junta Militar ainda sustentou a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica em todos os níveis educacionais. (SANTANA, 2007, p.130).

Neste período a noção de democracia imposta pelo regime militar, tratava-se de participação mínima da sociedade civil, permitindo a falta de controle nos processos decisórios do país. Dentro deste contexto, o movimento estudantil e os movimentos sociais como um todo, buscavam formas que conseguissem expressar

seus posicionamentos e trazer o debate para a sociedade. Miyahara (2011) discorre que:

Os estudantes em tentativas, muitas vezes fracassadas de ações organizadas contra o regime, procuravam (por exemplo) nas músicas e no teatro expressar suas inquietações. Porém a censura, ao perceber a estratégia, principalmente dos estudantes, na “utilização” desses meios para “propaganda subversiva” agia com o objetivo de calar qualquer tipo de manifestação. (MIYAHARA, 2011, p. 68)

No movimento estudantil da UEPG esse processo não foi diferente, Miyahara (2011) pontua:

Existia em Ponta Grossa nos anos 70, como vimos na primeira parte do trabalho, a influência da igreja na formação política dos jovens. Porém assim como a igreja, existia também um grupo de jovens de diversos colégios estaduais que se reuniam para estudar teatro. [...] Mesmo sendo em grande maioria estudantes secundaristas, foram integrantes desse grupo que compuseram anos depois a formação das chapas de oposição às primeiras representações estudantis, na UEPG. [...] É importante relembrar que apesar de predominantemente secundaristas, existiam também alguns estudantes universitários e professores que integravam esse grupo. Vale também destacar que o espaço físico da UEPG - Central, era o local de reuniões e atividades desses jovens. (MIYAHARA, 2011, p. 78-9)

No cenário do Movimento Estudantil durante toda a década de 80 são vivenciados fatos que contribuíram para a transformação e organização democrática no país, destacando o desafio para os movimentos sociais formularem estratégias para inserção em um novo modelo de participação.

As lutas e movimentos sociais ocorridos nas décadas de 1970-1980 no Brasil levaram à construção de um novo paradigma da ação social. Embora a classe operária tenha participado dessas lutas, tenha se reorganizado, construído centrais sindicais e entrado na política institucional por meio da eleição de alguns de seus membros, trata-se de uma nova classe operária. Interessada em participar da sociedade de consumo, a nova classe lutará por bandeiras democráticas, e, paulatinamente, o socialismo deixará de ser uma bandeira mobilizadora. (GOHN, 1995, p.159).

Especificamente o movimento estudantil da UEPG, através da representação do DCE, passa por algumas dificuldades em meados dos anos 90 e acaba ficando alguns anos sem atuação de nenhuma gestão, tendo nesse período um lapso de registros. A partir dos anos 2000, Miyahara (2011), afirma que:

O novo cenário conjuntural que se desenha nos anos 90 traz novas experiências de exercício da democracia, nesse contexto os movimentos sociais tendem a mudar a estratégia de interlocução com o Estado, passando a ocupar espaços formais de **participação** como: conselhos, fóruns, comissões, orçamento participativo, entre outros. (MIYAHARA, 2011, p. 107)

Nessa época existia um grupo que comandava o DCE, porém sua participação na adesão das atividades da mobilização não era encampada pelo coletivo da gestão e, sim, de maneira pontual e individual dos sujeitos. (MIYAHARA, 2011). O crescimento e desenvolvimento do movimento estudantil da UEPG se deu através das relações de grupos heterogêneos, tentando encontrar soluções, a fim de melhorias das condições acadêmicas de forma geral.

O histórico do movimento estudantil, especificamente do Diretório Central de Estudante da UEPG, é uma trajetória composta por momentos de maior atuação e articulação e outros momentos de omissão e dissolução. Assim como nos anos 90, em que por algum tempo não houve presença de gestão, em meados de 2010 o DCE ficou novamente por aproximadamente 5 anos, sem presença de nenhuma gestão, sendo retomado o processo eleitoral e o comando do Diretório por uma gestão no ano de 2016. Após a retomada, em 2018 ocorreu nova eleição, sendo eleita a chapa objeto de estudo desta pesquisa, a qual permaneceu como gestão entre 2019 e 2020.

A partir da compreensão de como se estruturou o espaço da Universidade e os primeiros passos do movimento estudantil na UEPG é que no próximo capítulo desta pesquisa, está disposta a pesquisa de campo realizada dentro da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

3 OS LIMITES E POSSIBILIDADES DOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS DOS ACADÊMICOS DA UEPG A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL – DCE – GESTÃO 2019/2020

A partir do referencial teórico adotado, busca-se demonstrar os resultados a partir da experiência e dados coletados na pesquisa. Nesta ótica, parte-se para a análise dos dados obtidos a partir do envio do questionário via plataforma Google Forms e das entrevistas realizadas com os acadêmicos que foram sujeitos da pesquisa. Após apresentação dos dados, faz-se breve retomada dos conceitos trazidos por esta pesquisa e ainda, por fim, a análise dos dados coletados.

3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Como apresentado na introdução desta dissertação, a coleta de dados se desenvolveu a partir da aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas,

ambas as metodologias de coleta realizadas de forma online, tendo em vista o contexto pandêmico em que está inserido este país¹².

3.1.1 Dados coletados com aplicação do questionário

Para o levantamento de dados, por meio do questionário, foi utilizado do recurso Google Forms, disponível na plataforma Google. A partir da tabela 2 se pode observar o número total de participantes e de quais setores e cursos esses fazem parte.

No processo de coleta de dados, ainda em decorrência das dificuldades do período pandêmico, foi utilizado como estratégia de divulgação do questionário o auxílio de atléticas e centro acadêmicos. Vale pontuar, que não são todos os cursos e/ou setores da universidade que possuem coletivos organizados como esses, tendo essa questão aparecido nos resultados dos dados coletados e, também serão problematizados mais à frente, conforme análise do gráfico 4.

Tabela 2- DADOS SOBRE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

SETOR	CURSO INTEGRANTE DA AMOSTRA DA PESQUISA	NÚMERO DE PARTICIPANTES
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	Medicina	1
	Odontologia	23
	Licenciatura em Ciências Biológicas	1
	Licenciatura em Educação Física	0
	Bacharelado em Enfermagem	0
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	Serviço Social	9
	Bacharelado em Jornalismo	3
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES	Licenciatura em Pedagogia	1
	Licenciatura em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas	1
	Licenciatura em Artes Visuais	0
	Bacharelado em História	0
TOTA DE PARTICIPANTES	39	

Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

Na tabela 2, demonstra-se o número de participantes de cada setor e curso da Universidade. Foram adotadas como estratégia de divulgação as redes sociais (*Facebook* e *Instagram*), sendo solicitado, também pelas redes sociais, apoio na

¹² Período pandêmico que foi contexto do Brasil tendo início em meados de março 2020, com duração até os dias atuais com alto número de casos entre os anos de 2020 e 2021 e com baixa nos números após vacinação da população.

divulgação para Atléticas, Centros Acadêmicos e coletivos dos cursos que fazem parte da amostra da pesquisa. Como terceira e última estratégia, foi solicitado através de protocolo SEI (sistema de protocolo online da UEPG), apoio para divulgação individualmente aos departamentos dos cursos.

Pode-se afirmar que o número de participantes é baixo. Atribui-se esse fato, principalmente ao contexto pandêmico que assolava o país em meados de março de 2020. Sobre esse fato, é importante ressaltar dois pontos: inicialmente o fato de o curso de odontologia ter tido um número alto de participação em relação aos demais, atribui-se ao forte apoio na divulgação do questionário por parte da Atlética do curso. Deste fato, decorre o segundo ponto importante a ser destacado, observando como o fato da presença do coletivo, sendo aqui representado pela atlética, fez diferença no processo participativo dos acadêmicos daquele curso.

Inicialmente o presente questionário seria aplicado presencialmente aos alunos, durante as atividades presenciais nos Campus na Universidade (Campus Centra e Campus de Uvaranas). Entretanto, esta previsão se modifica por completo após o início da pandemia de COVID19, e o cancelamento das aulas e atividades presenciais. Tendo em vista que o contexto do país e da Universidade não se modificou até o momento da coleta dos dados, o mesmo foi aplicado remotamente, como detalhado acima.

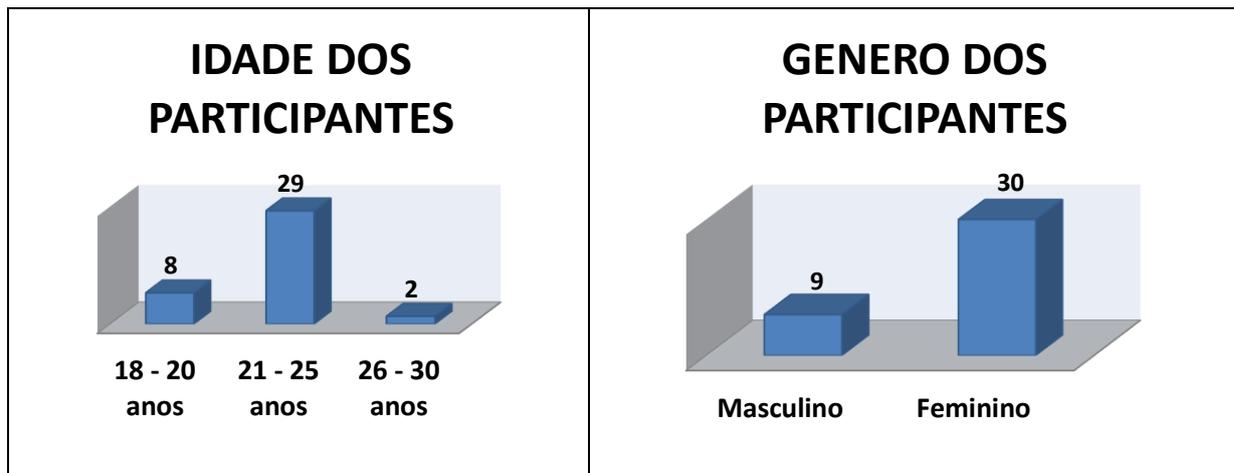
Pode-se atribuir ainda, o baixo número de participantes, a própria falta de interesse que em condições normais poderia ser uma das causas, porém com o contexto pandêmico e os impactos gerados na saúde mental, econômica e social dos acadêmicos e as incertezas sobre quando a vacinação alcançaria toda a população e a impossibilidade de a universidade retomar as aulas presenciais, pode ser um dos fatores de influência no número obtido. Mas, entendemos, que acima de tudo, a dificuldade em mobilizar os acadêmicos a participarem de forma remota, também foi um fator.

Tendo em vista todo o contexto já citado, o número de pesquisas online cresceu durante a pandemia e acreditamos que considerando o universo de estudantes escolhidos para esta pesquisa ser de acadêmicos de cursos de graduação, que poderiam ter dificuldade de acesso à internet e a computadores, por conta de suas condições sociais, pode ser um dos motivos para a baixa adesão.

Na sequência, inicia-se a apresentação e análise dos dados coletados com a aplicação do questionário. O roteiro completo de questionamentos encontra-se em apêndice.

No Gráfico 1, apresenta-se qual foi o perfil dos participantes da coleta de dados.

GRAFICO 1 - PERFIL DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO (IDADE E GENERO)



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

Nota-se que em se tratando da idade dos participantes tem-se uma predominância de sujeitos com idades entre 21 e 25 anos. Em relação ao gênero pelos quais se identificam, tem-se a predominância do gênero feminino. Pode-se atribuir este dado, ao fato de os cursos, nos quais houve maior número de participantes, tratarem-se de cursos que historicamente contam com maior número de mulheres cursando. Para Guedes (2006), a entrada das mulheres nas universidades brasileiras representa um marco histórico das mudanças sociais em andamento, quando se trata das relações de gênero. A autora menciona que na década de setenta, a entrada das mulheres nas instituições de ensino superior rompe a tradição da universidade como espaço masculino.

Esse aumento pode ser fruto, ainda, da modernização e da mudança cultural no nosso país, sendo cada vez mais comum a associação entre a escolaridade e a participação das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, as transformações culturais e no papel social da mulher, são intensificados pelo movimento feminista, que a partir dos anos de 1970 demarca “a presença progressivamente atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a identidade feminina. Assim, as

mulheres voltam-se, cada vez mais, para o trabalho produtivo.” (BRUSCHINI, 2000, p. 19).

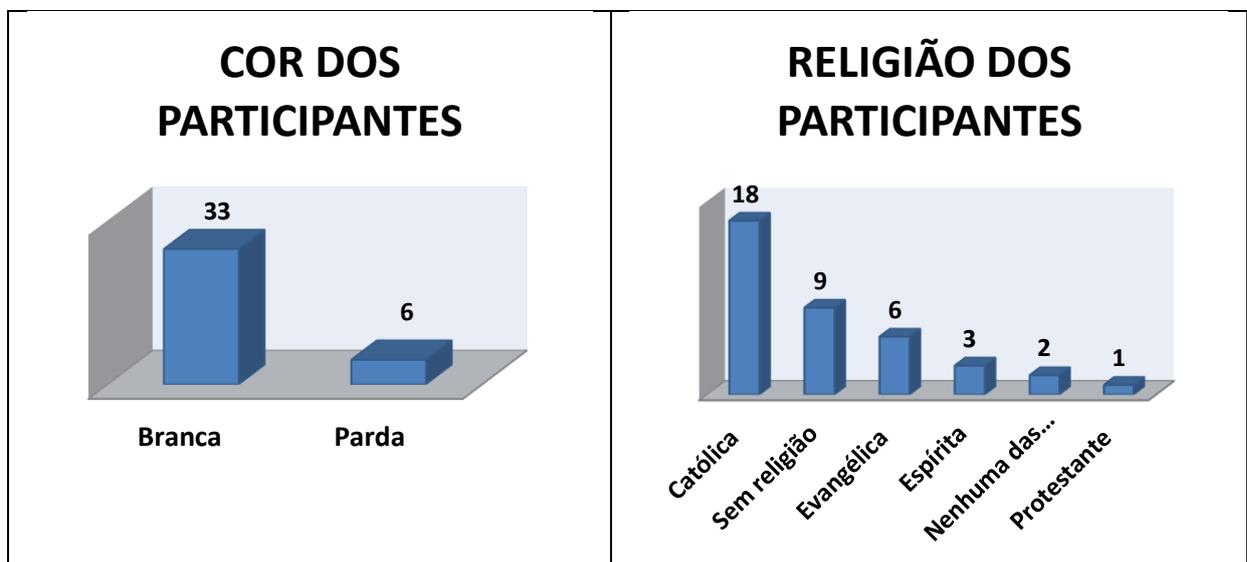
No entanto, Silva (2006), afirma em seus estudos:

[..] que a entrada feminina nos campos masculinos é interpretada, por alguns autores, com base no discurso igualitário, o qual nega as diferenças de gênero, que estas desapareceriam no interior do campo profissional. Entretanto, há argumentos na perspectiva do surgimento de novas fronteiras que envolvem a divisão sexual do trabalho. [...] Quero dizer com tal adjetivo que a igualdade numérica nem sempre condiz com uma equidade de gênero, uma vez que as mulheres continuam concentradas nas áreas de menor prestígio e menos remuneradas, apesar desse processo modificar-se lentamente. (SILVA, 2006, p. 10).

As pesquisas desenvolvidas por Craveiro (2011) e Costa (2010), ainda apontam em dois estudos distintos, a feminilização dos cursos de Odontologia e Serviço Social apontando a necessidade de discussão sobre a posição ideológica da mulher na sociedade e como esta é assimilada e naturalizada no exercício profissional do/da Assistente Social e da Odontologia, cursos que somam 32 dos 39 participantes da pesquisa. Porém, esta discussão pode ser ampliada em outro momento, para este trabalho iremos nos ater ao exposto acima, devido ao tempo necessário para discutir questões complexas como estas.

Abaixo, seguem dados sobre o perfil dos sujeitos, como cor, religião, formação, entre outros.

GRAFICO 2 - PERFIL DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO (COR E RELIGIÃO)



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

Ao olharmos a amostra evidenciada, nota-se a prevalência de acadêmicos autodeclarados brancos, segundo Senkevics (2018), este dado expressa que a educação superior brasileira é palco de persistentes desigualdades raciais que comprometem, até hoje, a garantia do direito pleno à educação para a população. O autor afirma, que entre os anos de 1980 à 2010 negros (pretos e pardos) não constituíram maioria entre os formandos de cursos considerados mais elitizados como os de medicina, direito e as engenharias.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, publicados em 2019, na 2^o Edição da Síntese de Desigualdades Raciais por Cor ou Raça no Brasil¹³, indicam que entre os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, pessoas brancas têm duas vezes mais chances de estarem na universidade ou de já terem concluído o ensino superior, do que pretos e pardos. Além disso, a diferença salarial entre brancos e negros é de 45%, de acordo com a Síntese citada.

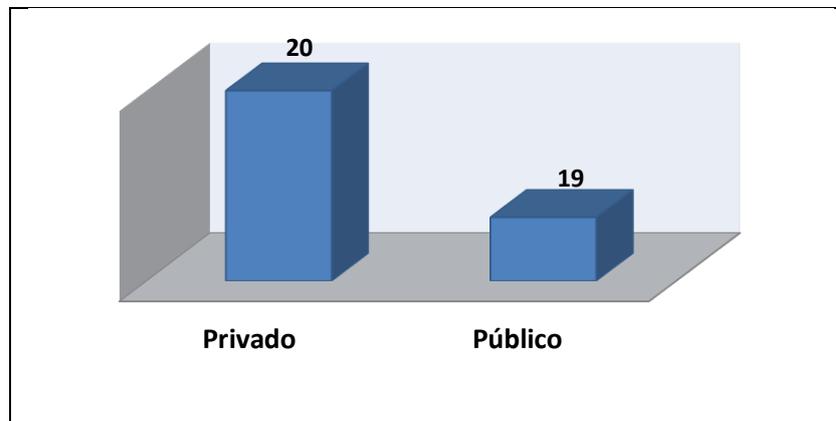
Além disso, o levantamento demonstrou que a concentração de negros (pardos e pretos) em atividades que exigem menor instrução escolar é bem maior que a de brancos, destacando as áreas de construção (65,2%), seguidos pelas atividades de serviços domésticos (66,6%) e a de agropecuária (62,7%).

Porém, segundo os autores, mesmo com os movimentos realizados pelos governos anteriores - tendo em vista que durante o governo de Jair Bolsonaro houve a estagnação e até mesmo a falta de continuidade em políticas como estas- são visíveis as disparidades que marcam as dificuldades de acesso e permanência dos jovens brasileiros, particularmente dos negros e oriundos de famílias de baixa renda.

Além disso, como já citado, o custo para alguns acadêmicos continuarem estudando, principalmente em cursos integrais e/ou das áreas de saúde são outro fator importante, já que a maior parte dos alunos oriundos de condições sociais mais vulneráveis necessitam conciliar o trabalho com os estudos universitário, por isso, Sankievics e Mello (2019), afirmam que existe a necessidade urgente de se rever as políticas afirmativas e de permanência para adequar-se ao momento atual, com a revisão de pontos importantes destas políticas públicas como revisão dos valores das bolsas auxílio e ampliação de vagas nas casas do estudante, reivindicações que fazem parte das pautas dos movimentos estudantis espalhados pelo Brasil.

¹³Os dados da Síntese de Desigualdades Raciais por Cor ou Raça no Brasil podem ser acessados no link: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=sobre>.

GRAFICO 3 - PERFIL DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO QUANTO AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

Em relação à formação dos sujeitos, nota-se que praticamente, metade dos sujeitos são formados pela rede de ensino pública e outra metade formada pela rede privada. Estes dados refletem o quadro atual do ensino superior brasileiro e complementam os dados teóricos anteriormente apresentados com as pesquisas de Sankievics (2018) e Sankievcs e Mello (2019), sobre o acesso de determinados grupos étnicos e sociais ao ensino superior.

Em que pesem a parcialidade dos dados que não discorrem sobre a maneira como os alunos das escolas privadas estavam vinculados às instituições de educação (bolsistas parciais ou integrais; ou pagantes de mensalidade inteira), os dados vão ao encontro com os resultados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep)¹⁴, que em 2019, demonstraram que 40% dos ingressantes em universidades, pertenciam aos 20% da população com maior poder econômico. No mesmo ano, só 5% pertenciam aos 20% mais pobres da população.

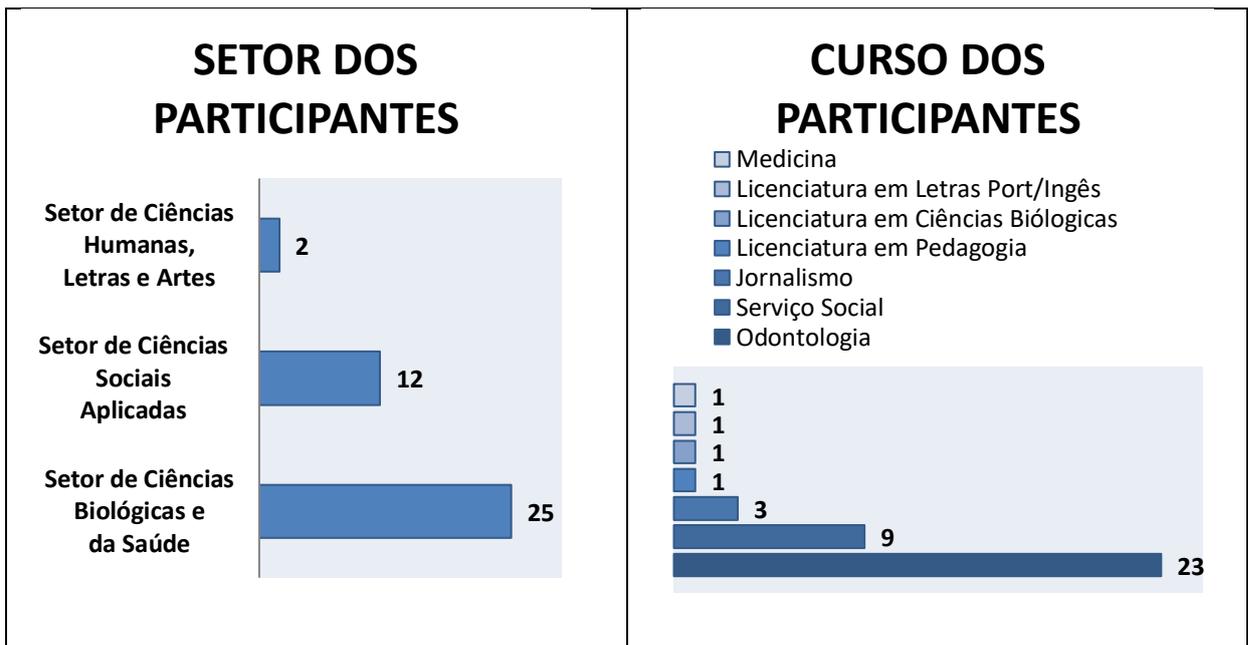
Neste sentido, conforme já afirmado anteriormente, existe a necessidade de se revisitar as políticas públicas destinadas ao acesso e permanência dos acadêmicos provenientes das classes populares, negros, indígenas e, também mulheres, considerando a expansão do ensino superior às populações historicamente marginalizadas. Para, além disso, este processo de expansão e democratização deve pautar-se, também, em fortalecer a entrada destes grupos nos

¹⁴Censo da Educação Superior no Brasil – Notas Estatísticas – disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf

curso de elite, considerando que o ingresso desta população se dá “[...] nos cursos menos valorizados, o que, em certa medida, pode estar perpetuando uma inserção laboral mais precarizada, com prejuízos para a equidade de oportunidades entre os diversos contingentes populacionais.” (DUBET, 2018, p. 258).

Desta forma, aqui há de ressaltar que os gráficos 2 e 3 são, principalmente, a fim da compreensão do perfil dos sujeitos da pesquisa, perfil esse que pode ou não refletir nas demais respostas apresentadas. No entanto, considerou-se importante pontuar estas questões como forma de contribuir para o debate nos movimentos estudantis, visto que são questões que permeiam as ações desenvolvidas em alguns coletivos no espaço da universidade.

GRAFICO 4 - PERFIL DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO QUANTO AO SETOR E AO CURSO



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

No gráfico 4, nota-se que o curso de odontologia, dentro de setor de ciências biológicas e da saúde, teve um número alto em relação a participação dos demais cursos e setores. Atribui-se esse fato a ação da atlética do curso, a qual demonstrou forte atuação na divulgação do questionário para os acadêmicos do curso. A partir deste fato pode-se afirmar que a ação do coletivo pode ser determinante no processo de construção de cultura política dos acadêmicos. Assim, pode-se perceber que a capacidade de se organizar da Atlética, teve repercussão direta na participação dos estudantes na pesquisa, e pode refletir também, nos processos de

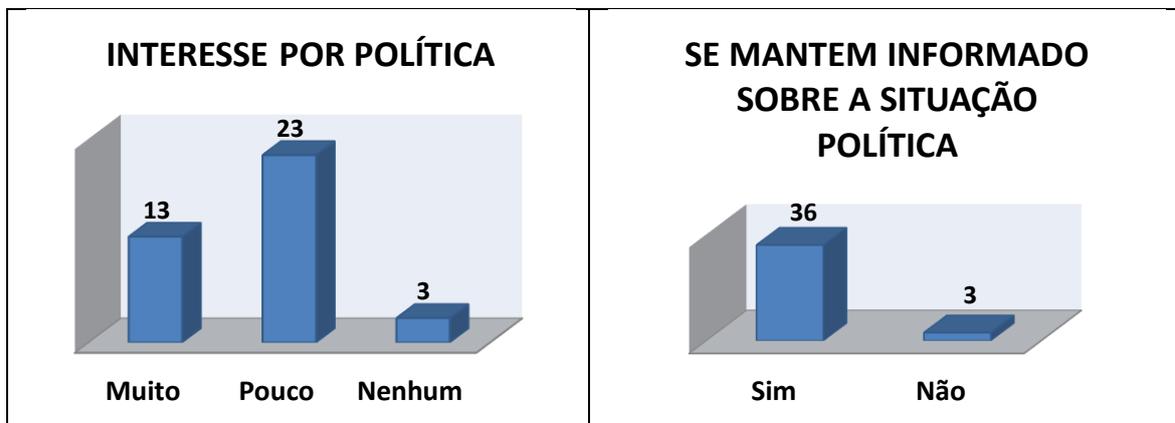
participação em outras atividades no contexto universitário, reforçando a importância dos coletivos estudantis para a universidade.

Neste dado vale ressaltar ainda, a presença relevante que a organização Atlética Universidade pode exercer dentro do espaço de mobilização da participação. A criação das Associações Atléticas acadêmicas é regulamentada pela lei 3.617/41, que instituiu a criação das Confederações de Desportos Universitários sendo que através do seu artigo segundo garante:

- Art. 2º A Confederação dos Desportos Universitários organizar-se-á de acordo com as seguintes bases, desde já em vigor:
- I. Haverá em cada estabelecimento de ensino superior, uma associação atlética acadêmica, constituída por alunos, e destinada à prática de desportos e à realização de competições desportivas. A associação atlética acadêmica de cada estabelecimento de ensino superior estará anexa ao seu diretório acadêmico, devendo o presidente daquela fazer parte deste.
 - II. As associações atléticas acadêmicas formarão dentro de cada universidade, uma federação atlética acadêmica, que estará anexa ao diretório central acadêmico da mesma universidade, devendo presidente daquela fazer parte deste.
 - III. As associações atléticas acadêmicas dos estabelecimentos isolados de ensino superior, no Distrito Federal ou dentro de um mesmo Estado ou Território, reunir-se-ão para a constituição de uma federação atlética acadêmica, salvo se preferirem filiar-se à federação da universidade ou de uma das universidades aí existentes.

Como se pode observar na definição apresentada na lei regulamentadora, a Atlética trata-se de uma Associação de acadêmicos com o principal objetivo desportivo. Porém, pode-se observar que, a partir da coleta de dados realizada, as Atléticas em suas práticas acabam sendo um forte instrumento de participação e/ou incentivo para tal.

GRAFICO 5 - DADOS SOBRE INTERESSE E ACESSO À INFORMAÇÃO POR PARTE DOS ESTUDANTES PESQUISADOS



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

No gráfico 5, vale pontuar os números referentes a pouco e/ou nenhum interesse sobre política demonstrada pelos sujeitos participantes da pesquisa. Retoma-se aqui a afirmação realizada por Baquero e Prá (2007), o que reforça que na cultura brasileira “[...] persistem valores culturais e determinadas práticas políticas cotidianas que não favorecem a construção de uma cultura política participativa e democrática.” (p.110).

Neste gráfico vale observar o processo de interpretação gerado a partir da pergunta. A pergunta foi formulada da seguinte maneira: **De forma geral, você se interessa por política? Você procura se manter informado sobre a situação política do país? Se sim, de qual forma você busca informações?**

Neste sentido, há de se considerar que os sujeitos podem interpretar a questão política apenas fazendo referência ao processo político partidário, ou ainda, pode-se ter interpretado de forma mais ampla, compreendendo a política como processo para além da questão partidária. Sobre a primeira hipótese, entendemos que parte da descrença e falta de interesse venha do desconhecimento da sobre a política e seu funcionamento cujo fator principal é a compreensão de que o jogo político estaria a cargo dos partidos e dos políticos a frente da gestão pública. (RIBEIRO, 2011).

Desta forma, afirmamos que desmitificar a política como algo externo é crucial para criarmos o engajamento cada vez mais efetivo da população frente aos processos decisórios, em nosso caso dos acadêmicos participantes do movimento estudantil, mas para isso, é necessário o aprofundamento sobre conhecimentos

práticos e teóricos de como tudo funciona. E isso só será possível se o aspecto norteador for uma educação voltada para a democracia, conforme abordamos no capítulo dois. Pensar a educação para a compreensão da política é considerá-la:

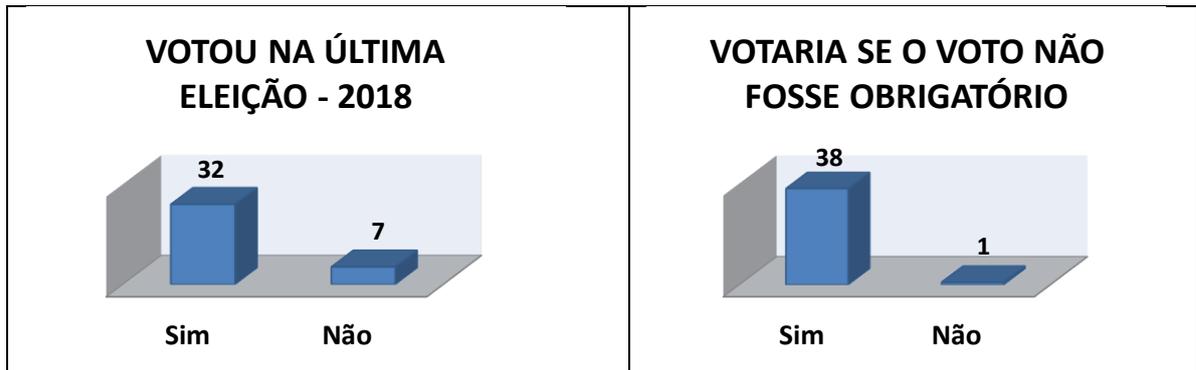
[...] como capaz de transformar cada sujeito em um agente de transformação social, por meio de uma práxis pedagógica e filosófica: uma reflexão/ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Uma educação voltada para o exercício da cidadania em seu sentido mais pleno, em que os cidadãos efetivamente participem das decisões políticas que os afetam. Uma concepção de cidadão enquanto sujeito político que exige uma revisão profunda na relação tradicional entre educação, cidadania e participação política. (ARROYO, 1995, p.74).

Assim, a universidade pela grande importância na construção de conhecimento no contexto nacional, representaria um espaço propício para a condução de debates sobre a política em seu sentido amplo com a discussão de temas que auxiliem na conscientização do papel de cada pessoa no processo de tomada de decisão de seu bairro, comunidade, cidade e país. Nesse interim, o objetivo seria oportunizar aos sujeitos a compreensão da realidade em que vivem promovendo suas escolhas de acordo com a democracia que ajudou a construir e busca legitimar por meio de sua atuação. (DANTAS, 2017).

Sobre a segunda consideração, referente a consideramos a política como um processo mais amplo ligado ao desenvolvimento de políticas públicas e de processos que tem como fim a melhora das condições de existência da população de uma determinada sociedade. Os dados evidenciados, demonstram que os acadêmicos que responderam “muito”, possuem uma maior preocupação com as questões voltadas para o coletivo e, desvinculam a sua participação política das questões partidárias que são apenas parte do jogo político (RIBEIRO, 2011).

O próximo gráfico traz o complemento, já que o voto pode ser considerado em nosso sistema de governo de representação, um dos mais importantes momentos para a participação da população.

GRAFICO 6 - PERCEÇÃO DOS ESTUDANTES PESQUISADOS SOBRE VOTO



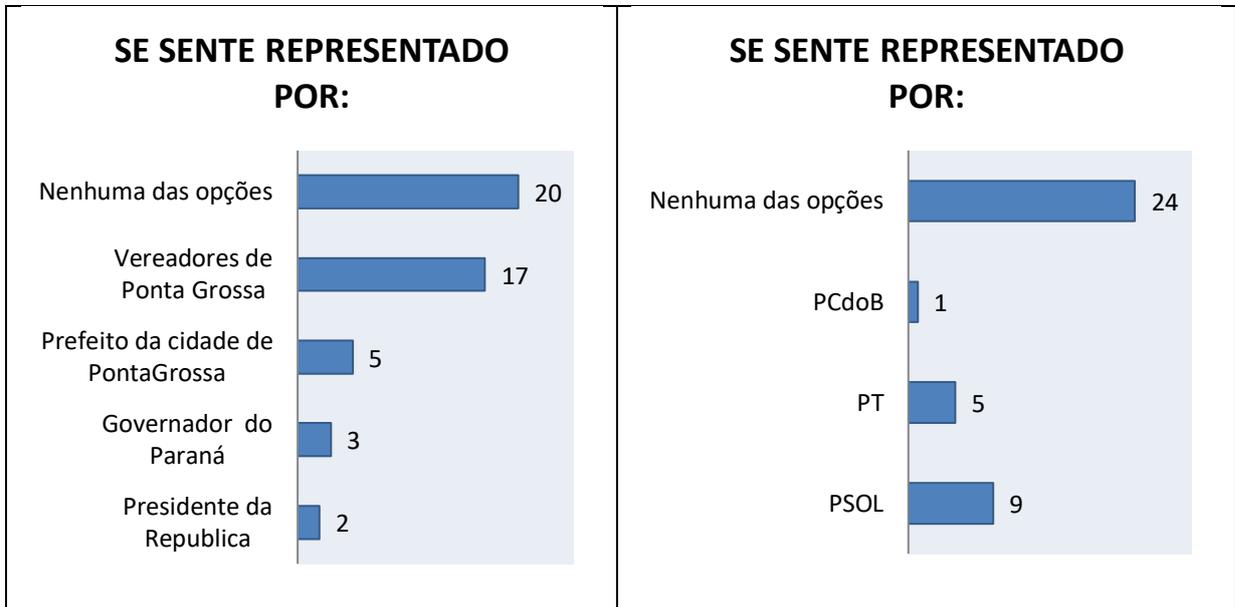
Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

Em relação à percepção que os sujeitos da pesquisa têm sobre o voto, podemos concordar com Carvalho (2002), quando o autor afirma que somente o ato de votar no processo eleitoral, não se trata de exercer a cidadania de forma única e completa, entretanto este processo contempla o desenvolvimento de consciência sobre participação. Afirmação que pode ser observada no gráfico 6 onde a maioria dos participantes compreendem o voto como importante, tendo estes respondidos que votariam mesmo não sendo obrigatório.

Assim, retoma-se os escritos de Kuschir e Carneiro (1999), quando estes afirmam que “[...] o conceito de cultura política não pode ser dissociado da ideia de um modelo de comportamento político nas democracias participativas.” (p. 230). Neste ponto, reforçamos a questão da aceitação do regime democrático representativo, pode-se compreender a partir das respostas obtidas, que os sujeitos exercem a participação através da representatividade, que é obtida através da utilização do voto.

Partindo dessas afirmações e dos dados coletados pode-se chamar atenção para o gráfico, na qual se demonstra o quanto os acadêmicos sentem-se representados pelo governo do ex-presidente Bolsonaro. Em relação a eleição presidencial que ocorreu no Brasil em 2018, sete dos participantes não exerceram o seu direito de voto e em relação à obrigatoriedade do voto, uma pessoa afirma que caso não fosse de caráter obrigatório não participaria do processo eleitoral.

GRAFICO 7 - SENTIMENTO EM RELAÇÃO À REPRESENTAÇÃO DOS ESTUDANTES EM RELAÇÃO AOS GOVERNOS E PARTIDOS POLÍTICOS – GESTÃO (2019-2022)



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

Em continuidade aos dados do gráfico 6, o gráfico 7 traz o demonstrativo sobre representatividade em relação a política partidária. Nota-se que em sua maioria, os sujeitos não se sentem representados por atuais governantes e/ou partidos políticos.

A partir daqui, é possível fazer uma reflexão sobre como a falta de representatividade pode ser fator influente para o processo de desmotivação da participação dos jovens. Segundo Serafim e Santos (2008), “representar significa “fazer as vezes do outro” ou “estar no lugar do outro” em um determinado momento ou espaço.” (SERAFIM; SANTOS, 2008, p. 03). Neste sentido, o que se espera destes sujeitos é que estes sejam ao mesmo tempo representações de determinadas agendas políticas e tenham representatividade para aquele grupo, no caso desta pesquisa dos acadêmicos do movimento estudantil.

Desta forma, podemos compreender que a representação é o ato de representar e tomar a narrativa – pautas, agendas e lutas - por alguém ou um grupo de maneira autorizada, ao passo que a representatividade é, segundo Bobbio (1998):

[...] é a expressão dos interesses de um grupo (seja um partido, uma classe, um movimento, uma nação) na figura do representante. De forma, que aquele que fala em nome do coletivo o faz comprometido com as demandas

e necessidades dos representados. Portanto, falar de representatividade revela o sentido político e ideológico por trás do termo. A representatividade tem como fator a construção de subjetividade e identidade dos grupos e indivíduos que integram esse grupo.

Neste sentido, podemos afirmar que os acadêmicos ao responderem esta pergunta, consideram a representatividade não só como a organização de grupos buscando que seus interesses sejam representados e garantidos, mas é sobretudo parte da formação do que é o indivíduo que compõe esse grupo. Assim, percebemos que a representação associada à representatividade tem o poder de fertilizar o terreno político de pluralidade, o que é um ingrediente indispensável para a democracia (LAVALLE, HOUTZAGER, CASTELLO, 2006).

A partir disso, conclui-se que a representatividade exerce importante papel na participação, caminhando lado a lado com a representação. Portanto, implica em uma relação de confiança, controle, prestação de contas e autonomia entre representantes e representados e, por ocorrer no campo da política, depende de uma correlação de forças e vontades políticas que se colocam em discussão e negociação nos espaços de debate e deliberação como os conselhos, por exemplo, movimentos sociais e governo. (SERAFIM; SANTOS, 2008).

O próximo gráfico estabelece a percepção dos acadêmicos da universidade como espaço político, alguns autores atribuem como características deste espaço, a formação de uma consciência social e crítica. No entanto, os mesmos afirmam que na base de sua prática, são evidenciadas contradições, manifestas principalmente na oposição entre seu papel de reprodutora de saberes e de uma ordem social dominante e seu papel de criação de um saber crítico em relação à ordem existente (MONFREDINI, 2016; CUNHA, 2007).

GRAFICO 8 - PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES PESQUISADOS SOBRE UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE DEBATE POLITICO

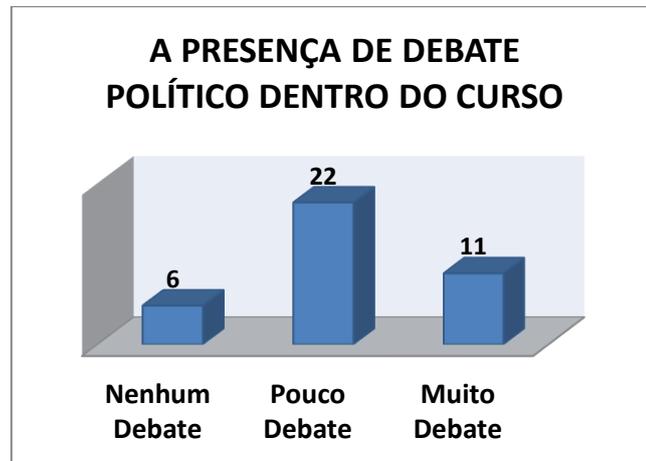


Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

Assim, considerando a universidade como um espaço de contradições, no gráfico 8, o que se percebe é que o número de acadêmicos que compreende a Universidade como não sendo de debate político é de dez participantes, sendo que aqueles que consideram como espaço de debate somam 29. Neste sentido, os dados podem ser relacionados à questão da Universidade como espaço democrático, que surgiu na participação dos sujeitos representantes do DCE gestão 2019/2020, nas entrevistas realizadas. No diálogo, por diversas vezes, surgiu à afirmação, que a Universidade se trata de um espaço importante de debate político e, também em outro momento, surge como um espaço que ainda precisa de determinada evolução para conquistar o lugar de espaço de debate.

No decorrer da análise de dados, será retomado com maior aprofundamento a discussão deste ponto. O gráfico 9, a seguir, apresenta a percepção dos acadêmicos sobre o debate político no interior de seus cursos de graduação.

GRAFICO 9 - PERCEÇÃO DOS ESTUDANTES PESQUISADOS SOBRE A PRESENÇA DE DEBATE POLITICO DENTRO DO CURSO



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

Assim como no gráfico 5, os dados dos gráficos 8 e 9, referem-se a política. Novamente, pontua-se a possibilidade de ter existido duas interpretações quando se trata da palavra política, sendo esta por vezes entendida **apenas** relacionada à questão partidária e por vezes, podendo ser interpretada como questões mais amplas e complexas do que as questões partidárias.

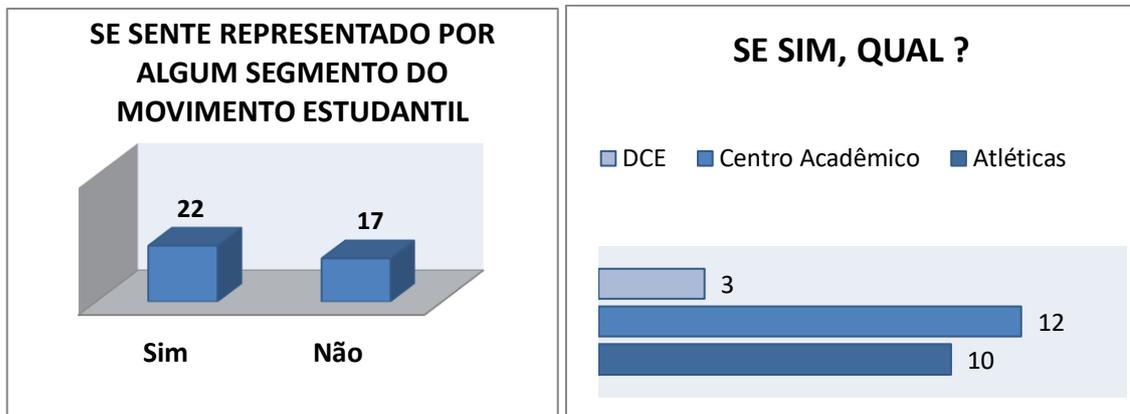
Neste sentido, Mouffe (2001) afirma que é preciso entender que “o político não é algo que tem uma localização específica, determinada, na sociedade e que todos os tipos de relações sociais podem tornar-se palco de conflitos políticos” (p.18). Assim, a universidade como um espaço público têm em seu interior a diversidade que existe na sociedade e carrega em si os conflitos e as pluralidades de opiniões, conhecimentos e visões de mundo que fazem parte do processo político:

Essa compreensão de política permite reconhecer as exclusões a que historicamente foram submetidos grupos sociais subalternizados e feitos minorias. Esses grupos, ao lutarem por reconhecimento e se colocarem na cena política como agentes e sujeitos de transformação social, elegem a universidade como uma de suas arenas. Seus movimentos permitem também perceber a complexidade da estrutura social e reconhecer a legitimidade das diferentes bandeiras de luta e a multiplicidade de demandas que permeiam as relações sociais. Chamam a atenção para a necessidade de constituir um novo tipo de sujeito na universidade, com uma perspectiva de justiça, democracia e de participação – um sujeito político potente. (MOUFFE, 2001, p. 19).

Essa identificação político-pública que transforma o sujeito em agente social, que mergulhado em um espaço de atuação política como o da universidade, atua neste espaço reconhecido publicamente dialogando, assumindo posturas

democráticas, interagindo com outros sujeitos de opiniões divergentes e, por fim, influenciando a definição de políticas públicas.

GRAFICO 10 - SENTIMENTO EM RELAÇÃO À REPRESENTAÇÃO NO ÂMBITO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

No gráfico 10, pode-se verificar a forte presença do coletivo formado pelos Centros Acadêmicos, seguido pela forte presença das Atléticas. Aqui novamente se pontua o papel de cada coletivo na representação dos acadêmicos. As atléticas inicialmente com objetivos desportivos, entretanto com forte influência no incentivo à participação. A partir deste dado, pode-se compreender a atlética, enquanto fomentadora da participação, influenciando no processo de construção de uma cultura política e participativa entre os acadêmicos.

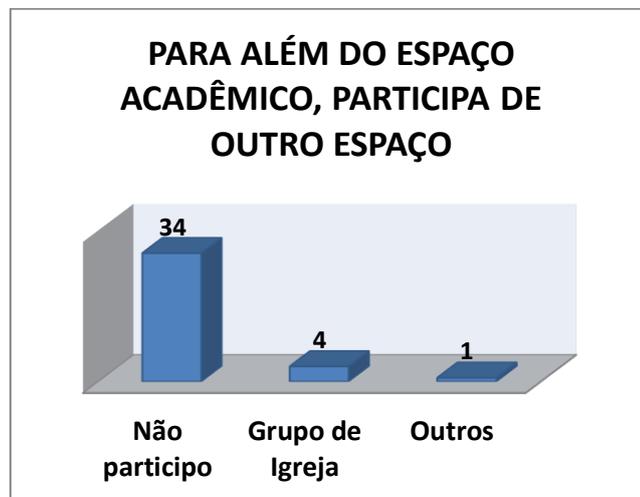
Neste íterim, retomamos o debate sobre o conceito de representatividade, como sendo produto, mas também fator construtivo de sociedades para garantir as diferenças, diversidade e a pluralidade política, social e cultural. No caso dos acadêmicos e de sua representatividade por meio das atléticas e centros acadêmicos, podemos complementar a ideia a partir dos escritos Serafim e Santos (2008); Lavallo, Houtzager, Castello (2006), que discorrem que a escolha de um representante e da representatividade por um coletivo, pode ser feita de formas variadas e não consequentemente, seguir o caminho das eleições, mas que a representação pode ser autorizada porque os integrantes destes coletivos compreendem que:

Esta (instituição) é a mais adequada para representá-los, seja porque sabe atuar em nome do grupo ou porque sabe negociar, sabe os problemas do grupo. Ou então porque é parte daquele grupo, por exemplo. Ou é filiada à organização. Há casos em que estas formas de autorização são

combinadas, gerando uma diversidade de formas de escolha inovadoras e muito distintas do modelo tradicional da democracia representativa. Estas novas formas trazem consigo novos desafios, que discutiremos a seguir. (SERAFIM; SANTOS, 2008, p. 04).

Assim, podemos considerar que para além do espaço de fala que a representatividade que estes dois coletivos desempenham para estes acadêmicos, vale ressaltar, que os mesmos compreendem que os colegas que integram a gestão destes órgãos possuem compromissos éticos e políticos com as pautas colocadas em discussão nos espaços da universidade e que estes possuem como ponto principal de sua ação política um equilíbrio entre os interesses dos representados, a capacidade de negociação no espaço onde a representação ocorre (centros acadêmicos e atléticas, por exemplo) e o bem maior (dos outros coletivos da universidade e do universo de acadêmicos representados por eles).

GRAFICO 11 - PARTICIPAÇÃO PARA ALÉM DO ESPAÇO DA UNIVERSIDADE



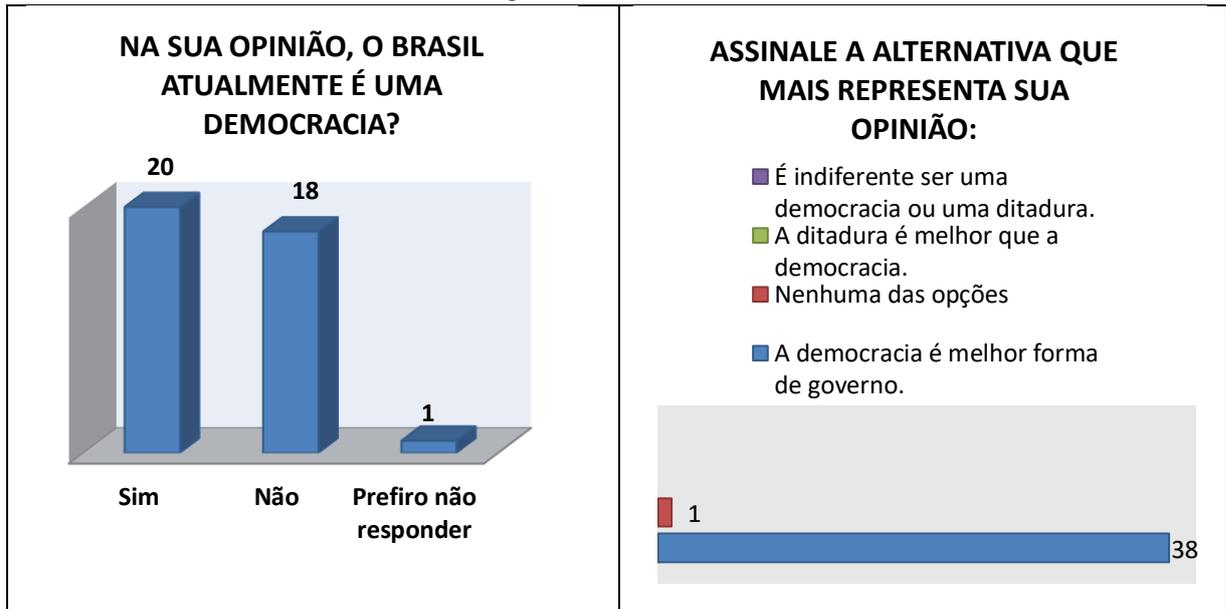
Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

No gráfico 11 se apresentam dados importantes relacionados aos processos participativos para além do espaço da Universidade. Nota-se que 34 dos 39 participantes, afirmam não participarem de nenhum outro espaço, sendo que no questionário as opções eram: Associação de moradores; Grupo de Igreja; Organização não Governamental – ONG; Outros.

Aqui podemos retomar os conceitos trazidos por Lima (2003) o qual discorreu sobre as modalidades de participação, pode-se identificar que os sujeitos participantes da pesquisa podem se encaixar na definição Lima (2003), quando o

mesmo apresenta a definição de participação informal. A participação informal se dá através de regras menos estruturadas, na maioria das vezes essa modalidade é desenvolvida em grupos menores com interesses específicos, como os sujeitos que afirmaram não participar de outros espaços ou participar dos espaços ligados a religião.

GRAFICO 12 - PERCEPÇÃO SOBRE REGIME POLITICO ATUAL



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

No gráfico 12, os dados apresentados indicam a percepção dos sujeitos sobre o regime político atual. Nota-se que, praticamente, metade dos participantes compreende o Brasil como uma democracia e outra metade não compreendem. Em um segundo momento, deram-se algumas frases como possibilidade solicitando que o sujeito assinalasse aquela que mais o representasse, sendo que em maioria, os sujeitos assinalaram a frase “A democracia é a melhor forma de governo”.

Os dados podem ter relação com a concepção que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro disseminava em suas redes sociais e eventos oficiais¹⁵, no qual faziam-se ataques quase que diariamente a democracia e aos órgãos representativos deste modelo de governo, em especial, ao Superior Tribunal Federal (STF). Neste interim, os acadêmicos que optaram por não considerar o país uma democracia podem estar relacionados a esta série de declarações e posicionamentos do ex-presidente.

¹⁵A imprensa nacional e internacional durante os quatro anos de atuação do governo do ex-presidente Bolsonaro noticiava os diversos discursos de ódio e de ataque à democracia. Aqui citamos uma reportagem veiculada no Human Rights Watch: <https://www.hrw.org/pt/news/2021/09/15/379911>

3.1.2 Dados coletados com as Entrevistas Semi-estruturadas

Concomitante a coleta de dados através do questionário, foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas. Seguindo a mesma lógica de baixa participação presente nos questionários, da hipótese inicial, foi possível concluir três entrevistas. Na tabela abaixo, pode-se iniciar a compreensão de como estas se desenvolveram, qual foi o perfil dos participantes e suas contribuições.

Tabela 3- DADOS SOBRE APLICAÇÃO DAS ESTREVISTAS SEMI-ESTRUTURAS

SETOR	CURSO INTEGRANTE DA AMOSTRA DA PESQUISA	NÚMERO DE PARTICIPANTES
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	Medicina	1
	Odontologia	0
	Licenciatura em Ciências Biológicas	0
	Licenciatura em Educação Física	0
	Bacharelado em Enfermagem	0
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	Serviço Social	2
	Bacharelado em Jornalismo	0
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES	Licenciatura em Pedagogia	0
	Licenciatura em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas	0
	Licenciatura em Artes Visuais	0
	Bacharelado em História	0
TOTAL DE PARTICIPANTES		03

Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

Seguindo o baixo número de participantes no questionário remoto, aqui nota-se o baixo número de entrevistas realizadas. Este fato se explica, principalmente pelas negativas recebidas. O número total de integrantes da gestão do DCE 2019/2020 era de 21 (vinte e um) sujeitos. Desses 21 (vinte e um), foi conseguido com êxito contato com 15 (quinze), utilizando também a estratégia da utilização de redes sociais (Facebook e Instagram). Desses 15 (quinze), 4 (quatro) sujeitos apenas visualizaram as mensagens enviadas, e não se obteve retorno até a finalização desta coleta de dados. Outros 8 (oito) sujeitos responderam com retorno negativo sobre a participação, e ao serem questionados sobre a motivação da negativa, a maioria afirmou não ter tido participação ativa na gestão e, por esse motivo, compreenderam não ter o que acrescentar para a presente pesquisa.

Os 3 (três) sujeitos restantes foram aqueles entrevistados. Foram oferecidas a eles algumas formas de realizar a entrevista online, sendo que unanimemente o

aplicativo de mensagem de texto e áudio Whatsapp foi escolhido como meio para realização da entrevista. Vale ressaltar, que serão salvaguardadas por motivos éticos a identidade dos sujeitos pesquisados, sendo identificados pelos números 1, 2 e 3, seguindo a ordem de realização das entrevistas.

Para além das entrevistas realizadas com os representantes do DCE Gestão 2019/2020, foi tentado realizar entrevista com o acadêmico que ocupou o cargo de representante discente da Universidade, durante os anos de 2019 e 2020. Entretanto, após alguns meses de tratativas, não se obteve retorno positivo até a data de entrega deste trabalho.

Tabela 4 - PERFIL DOS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS

PARTICIPANTE	IDADE	GENERO	COR	SETOR	CURSO
1	40	Masculino	Parda	Setor de Ciências Sociais Aplicadas	Serviço Social
2	22	Masculino	Parda	Setor de Ciências Biológicas e da Saúde	Medicina
3	22	Feminino	Branca	Setor de Ciências Sociais Aplicadas	Serviço Social

Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

Na tabela 4, podemos observar qual foi o perfil dos sujeitos que participaram da coleta de dados na fase das entrevistas. Dois deles fazendo parte do setor de ciências sociais aplicadas e um terceiro fazendo parte do setor de ciências biológicas e da saúde. Observa-se também que dois deles se consideram pardos e são do gênero masculino.

QUADRO 2 - PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE A TEMÁTICA POLITICA E A SUA RELAÇÃO COM O MOVIMENTO ESTUDANTIL

(continua)

Participante	Comente sobre o seu entendimento em relação à política.
1	De modo geral, a política é um conjunto de decisões tomadas por representantes de certos setores da sociedade, a grande dificuldade está na população identificar qual setor os seus políticos realmente representam. O processo de participação também é complexo, pois em grande parte da população não é feita uma averiguação do candidato, aceitam propinas em troca de voto e se convencem facilmente dos discursos, sem falar do tipo ideal de político para a população, que sempre acaba associando o sucesso pessoal do candidato em termos de conquistas financeiras, com o comprometimento político.
2	A política é intrínseca à humanidade. Qualquer agrupamento de pessoas e convivência exige organização e articulação política. Em se tratando de sociedades altamente complexas, como a brasileira, em que há desigualdades extremas e desumanas, a política deve ser o instrumento de promoção de uma estrutura social mais equânime e inclusiva, em todos os aspectos.

	Assim, é fundamental que os cidadãos de diferentes classes sociais, gêneros, etnias, etc., ocupem espaços de liderança política, a fim de defender e lutar por seus direitos e por uma sociedade mais justa.
3	A política tem grande importância, não só na minha vida, mas também acredito que na vida de todos, pois ela é um dos motivos que faz a sociedade “girar” , e isso acabou refletindo da realidade de todos
	Como compreende a relação do movimento estudantil, neste caso especificamente o DCE com política?
1	Recortando para o DCE, também é uma arena de disputa , principalmente de discursos, a baixa participação de representantes acaba centralizando e caracterizando também as gestões, no caso da UEPG nossa gestão até onde eu sei foi a única que conseguiu integrar cursos da área da saúde (enfermagem e medicina), que geralmente não encontram no espaço do movimento estudantil para compor quadros. Contudo a arena de disputa muitas vezes é desgastante, o que desmotiva alguns alunos (as) a estarem se dedicando pela causa comum.
2	O Diretório Central dos Estudantes (DCE) representa todos os estudantes da universidade. O DCE tem atuação política importante dentro e fora da universidade. A atuação interna é responsável por fomentar a organização e a participação ativa e combativa de entidades estudantis como Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs), além de incentivar e dar suporte aos acadêmicos representantes discentes nos diversos setores da universidade, como departamentos, colegiados e conselhos superiores. O DCE é o instrumento para a transformação da universidade , uma vez que estabelece a união e a comunicação entre as diferentes realidades e demandas dos estudantes, e luta pela ampliação e efetivação dos direitos dos estudantes, visando uma universidade socialmente referenciada. Fora da universidade, o DCE representa juridicamente, social, econômica, administrativa, e politicamente os estudantes de graduação da universidade em órgãos municipais, regionais, estaduais, nacionais e dos governos da União, Estados e Municípios. Assim, é uma entidade importante na luta em defesa da democracia e de uma sociedade mais justa e consciente. Por fim, considerando essas finalidades e atuações do DCE, acredito que a entidade pode mudar a consciência política e as decisões políticas nos diversos espaços de organização social, como a universidade, o poder legislativo e o poder executivo.
3	Não respondeu.

Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

No quadro 2 foi organizado as falas dos participantes da entrevista quando questionados sobre o entendimento que possuem sobre política e sobre como compreender a relação do movimento estudantil com política.

Neste primeiro momento do questionamento, assim como nos questionários, há que se ressaltar o fato de que em nenhuma resposta os sujeitos relacionaram a política **somente** a questões político partidárias. O participante número 1 inclusive cita o processo de participação da população como sendo parte da compreensão como política e como sendo um processo complexo.

Neste sentido, podemos compreender a partir de Bobbio (1998), que a política é um processo que está “relacionado com aquilo que diz respeito ao bem público, à vida em comum, às regras, leis e normas de conduta dessa vida, nesse espaço, e, sobretudo, ao ato de decisão que afetará todas essas questões.” (BOBBIO, 1998, p.

1188). Assim, na fala dos participantes esta compreensão é expressa, à medida que suas falas trazem o entendimento de que a política não é uma ferramenta que se limita aos governantes, mas antes, é um compromisso assumido para conquistar melhores condições sociais para determinados grupos, na busca por condições mais equânimes, conforme abordado pelo participante 2.

Assim, os participantes expressam em suas falas o quanto é importante você se informar e participar da política, pois para o participante 2 e 3, esta é a condução da nossa própria existência coletiva, refletida na nossa experiência individual, ou seja, na nossa educação ou não, na nossa saúde ou não, na nossa oportunidade de acesso ou não. (BOBBIO, 1998; MONTAÑO, 2010).

Dessa forma, a política não é um mecanismo exclusivo de políticos, como afirmamos anteriormente e, muito menos envolve apenas discursos, eleições e promessas falsas. Não é algo distante de nós; pelo contrário, faz-se presente em nossas vidas, por menor que seja o assunto abordado. Assim, a política foi criada para que possamos debater discutir e questionar questões, sem que seja preciso a utilização da violência. Através dela, foram estabelecidas regras, leis e normas, bem como o estabelecimento de direitos e deveres para conduzir as nossas ações. (DANTAS, 2017).

Nota-se a partir do questionamento referente ao movimento estudantil DCE e a relação com política, os sujeitos destacam o papel importante que o movimento estudantil ocupa, principalmente nos processos de oportunizar espaços de participação. Na fala do sujeito número 2, na segunda pergunta, caracteriza muitos pontos que se discorreu no capítulo 2 desta pesquisa, em como a universidade trata-se de um espaço democrático e de transformação, como citado na resposta.

Neste sentido, retomamos a construção teórica de Monfredini (2016), que afirma que ao buscar desenvolver um conhecimento científico inserido na realidade nacional, a universidade, também busca capacitar o estudante para a vida política na medida em que o prepara para entender e escolher conscientemente as alternativas políticas que melhor pareçam adequar-se a esta realidade. Assim, a universidade só poderá atingir suas metas em um contexto de autonomia e, por sua vez, a autonomia implica a participação dos estudantes nos órgãos decisórios da universidade, constituindo-se, assim, num processo pedagógico da prática política concreta (MONFREDINI, 2016; SANKEVICS, 2018; SANKEVICS, MELLO, 2019).

O movimento estudantil e sua organização, através do DCE – gestão 2018/2020, representam este espaço de luta e de conquistas para os acadêmicos da universidade, desempenhando um importante papel na criação de políticas de permanência e de auxílio, principalmente, em momentos como os vivenciados durante a pandemia, no qual o engajamento e a participação política destes estudantes, foi fundamental para o processo de pausa calendário acadêmico, bem como, no fornecimento de equipamentos para o acesso às aulas remotas,

O participante 2, por exemplo, aponta o DCE como instrumento para a transformação da universidade, esta afirmação carrega em si a compreensão de que é através deste espaço e da mobilização dos estudantes em prol de políticas mais inclusivas e da disseminação do conhecimento produzido naquele espaço que poderemos transformar a sociedade, oportunizando cada vez mais que pessoas das classes populares e das minorias alcancem este espaço. Assim:

[...] a atividade desenvolvida pelo movimento estudantil é de suma importância para o direcionamento político e da educação no país, como também para a universidade, pois sua participação promove um amadurecimento político em seus estudantes que se reflete na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (MARTINS, CZERNISZ, 2017, p. 1075).

Desta forma, o movimento estudantil representa uma importante ferramenta de luta para os acadêmicos por melhores condições dentro e fora do espaço universitário. No quadro 3, temos a compreensão dos acadêmicos entrevistados sobre a participação:

QUADRO 3 - COMPREENSÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE PARTICIPAÇÃO

(continua)

PARTICIPANTE	Como compreende a sua participação no movimento estudantil.
1	Foi uma grande experiência, acredito que buscamos o papel do diálogo e da conciliação, utilizando os recursos institucionais criados em prol da classe estudantil, como a PRAE, buscando manter uma linha de conversação com a reitoria, e buscando atender as demandas estudantis, principalmente no começo da pandemia
2	Sempre busquei promover algum tipo de melhoria nos diferentes ambientes em que convivi e convivo como família, escola, bairro, etc. Em se tratando do movimento estudantil, minha primeira participação foi no movimento estudantil secundarista, momento em que atuei na criação e vice-presidência de um grêmio estudantil de uma grande instituição pública paranaense. Ingressei na universidade em 2018, trazendo grandes aspirações e disposição em atuar no movimento estudantil. Fui convidado por colegas para compor a chapa que foi eleita para a gestão do DCE 2019/2020. Fui surpreendido ao ocupar o cargo de Coordenador Geral; embora já tivesse alguma experiência e conhecimentos sobre o movimento estudantil, não me via à altura de ocupar um cargo tão central no diretório. Durante a gestão, fui surpreendido por diversos

	<p>problemas entre os integrantes do DCE, como desligamentos, participação baixa ou nula e falta de doação às causas e demandas dos estudantes. Contudo, sempre busquei dar o meu melhor enquanto gestor do DCE. Conseguí promover algum nível de união entre os CAs e DAs, e incentivar a criação de outras entidades. Ademais, sempre tive fácil acesso à reitoria e demais setores da universidade, locais em que busquei diálogo visando a defesa dos estudantes. Apesar da minha disposição e atuação no DCE, acredito que a minha participação no movimento estudantil como um todo foi muito aquém do esperado por mim e pelos estudantes que confiaram em nossa chapa nas eleições. Diversos fatores limitaram a efetividade da minha participação no DCE, tais como: gestão com número irrisório de membros ativos (o que impossibilitou qualquer tipo de atuação ampla e eficaz, uma vez que não se constrói significância sem que haja uma equipe estruturada), e características da minha própria personalidade psíquica (dificuldade em estabelecer conflitos e desagradar pessoas). Minha participação no DCE foi encerrada 10 meses após o início da gestão, sendo 2 meses antes do término da mesma. A decisão pelo meu desligamento da gestão foi motivada por diversos fatores, como a quantidade muito diminuída de membros ativos, inconformidade com ações e decisões tomadas pela gestão, sobrecarga física e emocional, e frustração com o movimento estudantil da universidade. Assim, compreendo a minha participação no movimento estudantil como pouco combativa, bastante comunicativa, e com muita disposição e empenho nas diversas demandas e ações que colaborei.</p>
3	<p>Minha participação no movimento estudantil começou nas greves que os alunos dos colégios estaduais fizeram em 2016, onde eu fazia parte do grêmio estudantil do colégio Epaminondas Novais Ribas onde eu era Tesoureira. Mas ao entrar no DCE infelizmente não tive muitas ações lá dentro, me senti perdida e triste por não conseguir dar nenhuma ideia para ajudar o grupo.</p>
	<p>Como acredita que sua participação interfere nos debates e decisões políticas a sua volta, seja dentro da universidade ou fora dela.</p>
1	<p>Acredito que não seja uma influência muito grande, mas independente do espaço em que estiver inserido, as pessoas que ocupam os espaços sempre poderão contar com minha opinião sincera e minha entrega a causa, sempre dando maior importância para o exemplo do que para o discurso.</p>
2	<p>Acredito que a minha participação no movimento estudantil, especificamente no DCE, não interferiu significativamente em debates e decisões políticas fora da universidade, embora isso fosse uma premissa fundamental da minha atuação. Em se tratando do ambiente universitário, acredito que as minhas ações no DCE interferiram ativamente e significativamente nos debates e decisões políticas, através de reuniões com a administração da universidade (pró-reitorias, reitoria, etc..), pesquisas populacionais com os estudantes realizadas pelo DCE e apresentadas no conselho universitário e notas públicas em torno de demandas importantes.</p>
3	<p>Acredito que cada voto e que cada voz é importante, e que um voto pode definir sim o resultado final de uma eleição, por exemplo, sendo assim acho importante a participação política de todas as pessoas dentro ou fora da Universidade</p>

Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

No quadro 3 pode-se observar nos dados coletados, especificamente os que abordam os limites e as possibilidades de participação dos sujeitos, alguns trechos importantes, como o citado pelo participante número 1 na primeira pergunta, que cita como importante conquista dos acadêmicos, obtida pela mobilização coletivo e/ou participação, a criação da PRAE – Pró Reitoria de assuntos estudantis.

A PRAE foi criada em 2018 e a partir da definição da UEPG, a PRAE objetiva

Diálogo constante com os aspectos educacionais, social e cultural as ações buscam aprimorar a política assistencial aos acadêmicos, seja na elaboração das normas, reflexão significativa dos mesmos, ou ainda, nas atividades que integram a convivência da diversidade de grupos em suas amplas necessidades. (UEPG, 2018)

A partir disso, compreende-se o fato de a participante ter citado a criação da pró-reitora como espaço de participação, pois se trata de um órgão administrativo da Universidade que para além de atender as demandas dos acadêmicos, tem em seus objetivos a criação e o fomento de espaços de participação por parte dos acadêmicos.

Outro ponto importante que ressaltamos, é a resposta do participante 2 em ambos os questionamentos. O mesmo faz por diversas vezes referência ao baixo ou nulo número de participação ativa na gestão do DCE 2019/2020, sendo essa baixa ou inexistente participação, vindo por parte dos membros da gestão. Aqui retomo a dificuldade encontrada durante a construção desse estudo em receber o aceite dos membros em participar da presente pesquisa, podendo a partir da resposta do participante, relacionar tal fato que os membros da gestão 2019/2020 possuírem um perfil de baixa ou nula participação.

Neste sentido, retomamos a citação de Giovanella (2008) a qual afirma que o processo de participação:

[...] constitui-se em uma relação que envolve uma tomada de decisão, por ténue que seja, na qual o indivíduo propõe-se a interagir com o outro, num convívio que democratiza os espaços comuns (públicos) em qualquer âmbito – familiar, afetivo, cultural, econômico ou político. (GIOVANELLA, 2008, p. 980)

Nota-se que a afirmação apresentada pela autora, é similar o coletado na resposta obtida e também na experiência da pesquisadora no baixo número de aceites. Para que se constitua um processo participativo, é necessário envolvimento por parte dos sujeitos, é que esses estejam dispostos a interagir no contexto, como cita a autora. Esta postura não foi percebida na gestão DCE 2019/2020, como exemplificado na fala do entrevistado número 2, o qual afirma que o baixo número de participação ativa ou até a inexistência desta participação ocasionou em seu afastamento precoce da gestão DCE 2019/2020.

Por fim, nesta análise, devemos ressaltar a fala de participante número 3, no qual a mesma discorre sobre o início de sua participação no movimento estudantil, ainda no movimento secundarista. Pode-se afirmar aqui, que a dimensão de espaço

democrático de participação vai para além do ensino superior, podendo ser ampliado para todos os espaços educacionais. Retoma-se ainda o que foi percorrido durante o capítulo 1 no que tange a dimensão pedagógica da participação, pode-se retomar já percorrido acima, no qual Escorel (2008) e Moreira (2008) citam que a participação “[...] possui uma função instrumental, mas também pedagógica, na medida em que tem grande importância na formação de hábitos participativos que extrapolam a dimensão familiar.” (p. 980)

No quadro 4, são apresentados os dados sobre a atuação da gestão do DCE em 2019/2020, para o qual destacam-se os pontos acima ressaltados, sobre a baixa participação e a falta de unidade entre os alunos integrantes.

QUADRO 4 - COMPREENSÃO SOBRE ATUAÇÃO DA GESTÃO DCE 2019/2020

PARTICIPANTE	Como você vê a atuação da gestão 2019/2020 em relação a proporcionar espaços de debates políticos.
1	Ficou muito aquém do poderia, a gestão não tinha a unidade que é necessária para encabeçar espaços de formação , poderíamos ter feito muito mais, se o grupo enquanto gestão tivesse mais oportunidade de convivência.
2	Vejo que a gestão buscou proporcionar alguns espaços e contribuiu na promoção de outros espaços de debates sobre política, contudo, houve baixa adesão dos estudantes. O número reduzido de membros ativos e a baixa disponibilidade da gestão limitaram a promoção de debates efetivos sobre política.
3	Eles tentaram ao máximo ter boas ideias e ações, acredito que tudo que foi feito foi valido mesmo que tenha ou não causado uma grande mudança dentro da Universidade.

Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

As respostas em relação à gestão 2019/2020 de forma geral avaliam esta como mediana, pontuando novamente que a falta de participação ativa dos membros fez com que os números de ações desenvolvidas fossem reduzidos.

Em que pesem as dificuldades causadas pela pandemia de COVID-19, que pegou todos desprevenidos em março de 2020, no qual foram tomadas as medidas de isolamento social, a participação dos membros engajados foi fundamental para as pequenas ações como já citado. No entanto, esta situação atípica, gerou diversas dificuldades financeiras, sociais, de acesso, conforme apontamos anteriormente, impactando diretamente, como os membros apontaram a gestão do DCE – UEPG.

Estas dificuldades resultam em poucas oportunidades para a criação de novas lideranças democráticas para a universidade, que depois reverberam sua atuação na sociedade; já que criar estes espaços democráticos é um processo

trabalhoso e que exige dos participantes dos debates e das lideranças estudantis compromisso e engajamento. Neste sentido, para potencializar a democratização de nosso país, Mouffe (2001), considera necessário “fortalecer a universidade como espaço privilegiado de experiências de diálogos, de participação e de construção da cidadania.” (p. 21), afirmação que compartilhamos neste trabalho. Por isso, no quadro 5 trazemos à tona os comentários dos participantes sobre a compreensão dos acadêmicos sobre a universidade, enquanto espaço político e de debate.

QUADRO 5 - COMENTÁRIO DOS PARTICIPANTES SOBRE A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE DEMOCRÁTICO DE DEBATE

PARTICIPANTE	Comente sobre a afirmação "A universidade trata-se de um espaço democrático de construção e debate político"
1	É na universidade que em quanto estudante a pessoa consegue avaliar com maior profundidade as questões que norteiam o pensamento e as atividades sociais, democrático até certo ponto, como quase todas as relações humanas, sempre haverá um grupo que talvez de forma inconsciente, ou motivado pela energia grupal, pode cometer ações que inibem a real democratização de espaços e debates, mas sem dúvida mesmo isolados cada qual em sua bolha Social, é na universidade que o ser social alcança as bases para defender aquilo que lhe convém, seja visando o bem comum ou infelizmente o individualismo.
2	Acredito que ainda há muito a se percorrer para que a universidade seja considerada um espaço democrático de construção e debate político. A falta de paridade nas decisões, carência de respeito aos direitos dos estudantes, e a engessada estrutura administrativa, entre outros, inviabilizam e limitam a democracia no ambiente universitário.
3	Sim, pois é dentro da faculdade que vai sair pessoas formadas que poderão mudar a sociedade, fazendo ações dentro da sociedade, sendo assim os debates e estudo político se torna de grande importância dentro da Universidade, pois esse conhecimento pode ser passado para frente, para toda comunidade, e com esse conhecimento é possível construir novos projetos resultaram em ações boas na realidade da comunidade.

Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

Na análise das respostas do questionamento sobre a afirmação "A universidade trata-se de um espaço democrático de construção e debate político", não aparecem como unânimes. Os participantes números 1 e 3 reforçam a ideia de que a Universidade vem se consolidando como importante espaço de construção de debate e de conhecimento para além do conhecimento científico. Neste sentido:

[...] universidade pública deve ser colocada a serviço da humanidade, numa busca de solução criativa para os problemas sociais, em um diálogo com a pluralidade de saberes acadêmicos e a serviço do comum. A universidade pública deve ser pluriversal, imaginativa e preventiva das mazelas produzidas pela lógica do desenvolvimento moderno, que domina, explora e mata muitos para que poucos possam acumular riquezas. (SANFELICE, 2012, p. 298).

Já na fala do participante 2 podemos observar uma crítica a presença de modelos “engessados” como citado por ele. Isso pode ser em decorrência de todo o histórico de construção das Universidades e do movimento estudantil, conforme discorrido no capítulo 2, tendo em vista que o processo de criação desta instituição de ensino e dá em meio ao regime militar e que até hoje, apesar das atualizações, ainda pode possuir influências de estruturas e/ou posicionamentos conservadores.

Ainda na análise do quadro 4 e 5, é importante retomar o citado por Martinazzo (2016), no qual o autor discorre sobre algumas tipificações de participação, e aqui ressaltamos uma delas, a participação política.

Participação política: complementa e supera tanto a participação eleitoral, quanto a participação corporativa. A modalidade de participação política realiza-se tendo em vista a comunidade como um todo a organização da vida social em seu conjunto, ou seja, é essa participação que consolida, protege e dinamiza a cidadania e todos os seus variados direitos humanos. (grifo nosso. MARTINAZZO, 2016, p. 43)

Nota-se que as respostas dos participantes reforçam o ponto de que os processos participativos vão além das questões eleitorais, partidárias e corporativas. Os processos participativos fazem parte da vida social como um contexto geral e também complexo, que pode gerar nos coletivos que participam destes movimentos, aqui representado pelos acadêmicos participantes do DCE – gestão 2019/2020, a identidade coletiva de grupo criada durante o curso de suas atividades, oportunizando a conquista pela liberdade e a construção/desconstrução de elementos na sociedade que podem gerar condições mais equânimes a determinados grupos.

Além disso, cabe ressaltar que mesmo que a pandemia esteja em curso de diminuição por conta do avanço do esquema vacinal da população, as atividades do DCE e do movimento estudantil da UEPG segue adormecido. Neste sentido, destacamos que em contato informal com alguns membros do movimento estudantil, ainda não houve mobilizações de grande porte em torno de questões que envolvem a universidade, no entanto, ressalta-se a mobilização conjunta com sindicatos que representam classes docentes, como o SINDUEPG e a APP-sindicato, em defesa da democracia em meados de 2022 e a participação na mobilização dos estudantes de jornalismo da UEPG, na exigência para a contratação de docentes para o curso.

Todas estas mobilizações, ainda que não sejam iniciativas únicas do movimento estudantil, foram apoiadas por esse, e se deu de maneira digital com a

convocação e a comunicação ocorrendo por meio de tecnologias da informação como aplicativos de mensagens e redes sociais. Desta forma, Lavalle, Houtzager, Castello (2006), apontam que uma das novas formas de representação e comunicação entre representantes e representados trata-se da representação virtual. O valor dessas práticas:

é criar porta-vozes de demandas de segmentos da sociedade, temas e interesses mal ou sub-representações nos circuitos tradicionais da representação política, ora por se tratar de domínios de decisão muito específicos, como acontece em determinadas áreas e subáreas de políticas públicas, ora por se tratar de minorias ou de grupos particularmente desprovidos de recursos econômicos, políticos e culturais, ou inclusive por se tratar de temas e problemas emergentes negligenciados pelos atores tradicionais da representação. (LAVALLE, HOUTZAGER, CASTELLO, 2006, p. 92).

Em que pese o tempo e a temática destes estudos, iremos apenas citar a representação virtual, deixando gancho para que os próximos trabalhos possam se debruçar sobre esta questão tão recente e presente na organização política brasileira.

Neste sentido, destacamos que o movimento estudantil pode gerar formas de participação diversas, mas promove o engajamento político necessário a conscientização e ao desenvolvimento de formas de ser e estar no mundo mais favorável e comprometido com a mudança social e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como impulso vários questionamentos realizados pela autora e também, talvez o impulso maior, a trajetória acadêmica de contato com o movimento estudantil da pesquisa. Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo geral compreender os limites e as possibilidades de participação dos acadêmicos membros do movimento estudantil DCE da gestão 2019/2020 da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Como objetivos específicos foram definidos: sistematizar os conceitos e debates acerca da Democracia e Cultura Política; identificar se existe o debate sobre participação no âmbito da Universidade, em especial no movimento estudantil (DCE); e compreender como se dá à construção do processo participativo dos acadêmicos de graduação atuantes do movimento estudantil, aqui representado pelo DCE – gestão 2019/2020 na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

No decorrer da dissertação, com intenção de compreender esse movimento, foi possível desenvolver uma breve contextualização sobre o Estado Moderno e como as suas diferentes manifestações interferem nos processos participativos. Nesse momento, as contribuições de Costa (2016) e Coelho (2014) foram significativas para construção de uma breve linha do tempo. Ainda oportunizou discorrer sobre os processos participativos com base nas referências clássicas desse debate, como Gohn (2004). Esse percurso foi necessário para se alcançar o proposto em um dos objetivos específicos, o qual se propõe a sistematizar os debates e conceituações a cerca da temática.

Ao refletir sobre o processo de surgimento das Universidades Brasileiras em meados da instalação de um regime militar, tem-se acesso ao conhecimento de como todo o processo histórico desses fatos reflete na organização atual da Universidade. Compreendendo aproximação com o proposto no objetivo de identificar o âmbito da universidade como construção de espaço de participação.

Durante o processo de coleta e análise de dados foi possível o embate com inúmeras dificuldades que causaram reflexão sobre os processos participativos. É no mínimo curiosa a construção de uma pesquisa sobre participação, onde uma das maiores dificuldades encontradas no percurso é justamente a falta de participação dos sujeitos. Não se pode afirmar com certeza os motivos pelos quais isso ocorre, mas a partir dos estudos realizados e dos dados coletados, pode-se levantar algumas possibilidades em relação a essa questão. Por fim, com o percorrido durante o

processo de coleta e análise de dados pode-se atingir o objetivo de compreender, ou se aproximar da compreensão, de como se dão os limites e possibilidades dos acadêmicos dentro da universidade nos processos de participação.

Para além dos efeitos que o processo de pandemia trouxe aos sujeitos, podemos refletir sobre a falta de incentivo a processos participativos, a falta de conhecimento sobre os espaços de participação ou ainda o processo de desinteresse nos processos participativos por falta desta cultura de participação.

Há que se ressaltar nesta conclusão que a presente pesquisa encontrou inúmeros dificuldades em sua realização, principalmente na coleta de dados, tendo em vista que a coleta originalmente estava metodologicamente organizada para ser aplicada presencialmente em campo, possibilitando assim um número maior que o dobro dos alcançados. Entretanto, foi necessária a adequação da metodologia de coleta de dados a partir do contexto pandêmico em que se inseriu o país a partir de março de 2020.

Tendo em vista esta readequação foi possível coletar através de plataformas e estratégias online. Apesar do novo número em que se trabalhava como perspectiva de coleta foi alcançada um número considerável para realização da pesquisa e da análise.

Neste sentido, os dados demonstraram que a política foi concebida pelos acadêmicos participantes do movimento estudantil, aqui representados pelo DCE, como um espaço amplo de debate e que simboliza os processos necessários para a busca de uma sociedade mais inclusiva, equânime e focada nas transformações necessárias para todos que formam esta população. Ao mesmo, tempo, demonstram que o engajamento no processo de participação é fundamental para que toda a engrenagem do movimento possa girar oportunizando melhorias e a consolidação do espaço universitário como foco de uma educação política e de práticas que fomentem esta compreensão.

Partindo do título desta pesquisa, pode-se concluir que os limites dos processos de participação do movimento estudantil identificado através da construção da pesquisada trata-se do baixo nível de participação que acontece entre os acadêmicos que compunham o movimento. Em diversos momentos da análise dos dados, principalmente no que se refere as entrevistas realizadas, observa-se o reforço no pouco engajamento encontrado por parte dos alunos. Em contrapartida, pode-se apontar as possibilidades de participação dos acadêmicos de dentro do

então movimento estudantil, a principal delas, identificada tanto nas entrevistas quanto nos questionários coletados trata-se da compreensão da universidade como um espaço democrático e de participação. O fato dos alunos, amostra da pesquisa, reconhecerem e reforçarem, até pelo próprio aceite na participação desta pesquisa, que a participação pode ser compreendida como um processo de transformação e debate dentro da Universidade.

Antes ao termino, vale deixar pontuado que esta pesquisa não pode ser generalizada para tratar todos os acadêmicos da UEPG, pelo contrário, está claro no decorrer desta amostra da pesquisa, e seu recorte específico que tratou dos acadêmicos pertencentes ao movimento estudantil, com foco no DCE e sua gestão 2019/2020.

Ao final, desta pesquisa, destacamos a necessidade de estudos que se aprofundem nas questões relacionadas ao movimento estudantil e ao protagonismo estudantil nos espaços decisórios da universidade, já a natureza, a essência e o funcionamento da política e dos mecanismos de participação estudantil têm que ser voltadas para a busca do interesse e bem comum. E cabe a nós participar desse processo, para contribuir e construir uma universidade mais justa, afinal, no sentido mais amplo da palavra, como indicado pelo participante 2, somos todos políticos.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: política latitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].
- APRÍGIO, Marcelo. **Ministro da Educação de Bolsonaro diz que 'universidade deveria ser para poucos'**. JC. 2021. Disponível em <<https://jc.ne10.uol.com.br/politica/2021/08/13026546-ministro-da-educacao-de-bolsonaro-diz-que-universidade-deveria-ser-para-poucos.html>> Acesso em set/2021.
- BAGLAI, Marat. **Um estado socialista de direito: essência e perspectivas**. Lua Nova, São Paulo, 1989.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. BERELSON, B. Content analysis. In: Communication Research. New York: University Press, 195
- BAQUERO, Marcelo; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2007
- BAQUERO, Marcelo. **Democracia, cultura e comportamento eleitoral: uma análise da situação brasileira**. Paper apresentado no Seminário: Democracia: teoria e prática. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 20-22 de setembro de 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. 1941b. **Decreto-Lei nº 3.617**. Estabelece as bases de organização dos desportos universitários. Senado Federal.
- BRASIL. **Lei nº 5.540**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. 28 DE NOVEMBRO DE 1968. **Senado Federal**.
- BRASIL. **Lei nº 5.692**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 11 DE AGOSTO DE 1971. Senado Federal.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 20 DE DEZEMBRO DE 1996 Senado Federal.
- BOBBIO, N. **Estado Governo Sociedade: para uma teoria geral da política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Tradução de Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 319-329. Vol. I

BRUSCHINI C. **Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** (Brasil,1985-1995). In: Rocha MIB, organizador. Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34; 2000. p. 13-58.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, governo e mercado**. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014

COSTA, L. C. **Os Impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. Ponta Grossa: Editora UEPG. 2006.

COSTA, S, M. **Feminização do curso de odontologia da Universidade Estadual de Montes Claros**. Ciência & Saúde Coletiva, 15(Supl. 1):1865-1873, 2010.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. RJ: Campus, 1991.

COUTINHO, C. **Marxismo e Política**. RJ: Cortez, 1994.

CRAVEIRO, A. V. **A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social: uma discussão em torno desta questão**. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas ISSN2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. GT7- Gênero e Trabalho – Coordenação: Cássia Maria Carloto.

CUNHA, Luiz Antonio R. da. **Universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1 983.

DANTAS, H. **Educação política: sugestões a partir de nossa atuação**. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2017.

DENCKER, A.F.M.; DA VÍÁ, S.C. **Pesquisa empírica em ciências humanas com ênfase em comunicação**. São Paulo: Futura, 2001.

Duriguetto, Maria Lúcia **Sociedade civil e democracia: um debate necessário** I Maria Lúcia Duriguetto. -São Paulo : Cortez, 2007.

SCOREL, S e MOREIRA, M.R. **Participação Social**. In: Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Giovanella, L et al. (Orgs.) Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

“Em evento no Tocantins, Jair Bolsonaro diz que aluno de universidades brasileiras ‘faz tudo, menos estudar’. G1, 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/12/12/em-evento-no-tocantins-jair-bolsonaro-diz-que-aluno-de-universidades-brasileiras-faz-tudo-menos-estudar.ghtml>> Acesso em set/2021.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.** Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, M. L. A. **A UNE em tempos de autoritarismo.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

FEDERAÇÃO Nacional dos Estudantes de Administração. **O que é um CA.** Disponível em: <http://www.fenead.org.br/portal/node/30> Acesso em: jan/2022

FERNANDES, F..**Sociedade de classes e subdesenvolvimento** . 5. ed. São Paulo: Global. 2008.

GIOVANELLA, L. **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

HUMBOLDT, W. **Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim.** In: CASPER, G.; HUMBOLDT, W. Um mundo sem universidades? Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

GOHN, M. da G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** Saúde soc. vol.13,. São Paulo May/Aug. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902004000200003&script=sci_arttext>

GOHN, M. da G. **Os Conselhos Municipais e a gestão urbana.** In: SANTOS JUNIOR, O. A. dos. Governança democrática e poder local: a experiência dos Conselhos Municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

GOHN, M. da G. Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos Brasileiros.** 3ªed. São Paulo: Loyola, 2003.

GOHN, M. da G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros.** São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GRAMSCI, A. **Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el Estado moderno Buenos Aires:** Lautaro, 1962.

GRAMSCI, A. **Los intelectuales y laorganización de La cultura Buenos Aires:** Nueva Visión, 1972.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere Rio de Janeiro:** Civilização Brasileira, 1999-2002.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social** . – 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IANNI, O. **A Sociologia de Florestan Fernandes.** vol.10 no.26 São Paulo Jan./Apr. 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141996000100006>

KUSCHINIR, Karina e CARNEIRO, Leandro P. **As dimensões subjetivas da política**: cultura política e antropologia política. Estudos Históricos, vol. 24, 1999, p. 237-250.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2003.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal** : origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARTINAZZO, S. **Os Conselhos de Gestão Pública de Ponta Grossa e os Desafios a Participação Da Sociedade Civil**. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016

MELLO, LEONEL I. A. **Os clássicos da política**, 1 / Francisco C.Weffort, organizador. - 14.ed. - São Paulo : Ática, 2011: Conteúdo: v.1. Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau,"O Federalista" 1. Ciência política. I.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria democrática atual**: esboço de mapeamento. In: BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), São Paulo, n. 59, p. 5-41, 1º semestre. 2005.

MIYAHARA, Heloísa Sayumi. **O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA-Pr**: 1969-2009. 2011. 238 f. **Dissertação** (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONFREDINI, Ivanise. **A Universidade como espaço de formação de sujeitos**. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2016.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 5. São Paulo, Cortez: 2010.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MOROSINI, M. C.; Fernandes, C. M. B. **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MOURA, R. R. de. **Estruturas de Oportunidades Políticas e Aprendizado Democrático** – O Associativismo de Bairro em Blumenau (1994-2009). Tese Pós-graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina – 2009.

NASCIMENTO, MILTON M. **Os clássicos da política**, 1 / Francisco C.Weffort, organizador. - 14.ed. - São Paulo : Ática, 2011: Conteúdo: v.1. Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista" 1. Ciência política. I.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEN, A. C. **Histórico da educação superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 31-42.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

PERISSINOTTO, Renato Monseff; FUKS, Mario (orgs). **Democracia; teoria e prática**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RENNÓ, L. **Teoria da Cultura Política**: Vícios e Virtudes. BIB, Rio de Janeiro, n. 45, 1.º semestre de 1998, pp. 71-92

RIBEIRO, Renato J.**Os clássicos da política**, 1 / Francisco C.Weffort, organizador. - 14.ed. - São Paulo : Ática, 2011: Conteúdo: v.1. Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista" 1. Ciência política. I.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação Política do Movimento Estudantil no Brasil**: 1964 a 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SALLES, H. M. **Gestão democrática e participativa**. Florianópolis, Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília, 2010

SERAFIM, L., SANTOS, A. **Representação e representatividade nos espaços de participação cidadã**. Blog Instituto Pólis. São Paulo. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/representacao-e-representatividade-nos-espacos-de-participacao-cidada/>. Acesso em: dez. 2022.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: RJ: Vozes, 2. ed. 1999.

SEMERARO, G. **Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu – MG. 2000

SENKEVICS, A. S. Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, p. 1-23, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022018000100317&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

SENKEVICS, A. S.; MELLO, U. M. O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas?. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 184–208, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5980>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SILVA, M. S. P. da. **O gestor escolar frente ao desafio da participação no planejamento do trabalho escolar: dimensões e significados**. Planejamento e Práticas da Gestão Escolar. 2016. Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_3.pdf>

SILVA D.P.M. **O intercurso das Imagens profissionais do Médico e do Assistente Social sob a ótica do Gênero**. In: Seminários DIMAC, IPEA, nº 127. Grupo de Trabalho 4. Disponível em: <http://www.desafio.ufba.br>

SOUZA, J. G. **Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares**. Revista de Educação, Campinas, nº 1, p. 42-58, 2012

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Sociedade civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 5-30, jan./mar. 2012

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Desafios da democratização universitária**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. Publicação de: CEDEC Área: Ciências Humanas. 2021.

Weffort, Francisco .**Os clássicos da política**, 1 / Francisco C.Weffort, organizador. - 14.ed. - São Paulo : Ática, 2011: Conteúdo: v.1. Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista" 1. Ciência política. I.

APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo para questionário online

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “**A CULTURA POLÍTICA DOS ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO PERTENCENTES AO MOVIMENTO ESTUDANTIL – DCE 2019/2020 - DA UNIVERSIDADE**

ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG” tendo como pesquisadora responsável a mestranda em Ciências Sociais Aplicadas Katriny RenostoLazarin, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O objetivo dessa pesquisa é Identificar qual é a cultura política dos acadêmicos de graduação pertencentes ao movimento estudantil (DCE – 2019/2020) da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A presente pesquisa se justifica como relevante a partir de inúmeros levantamentos realizados a partir da temática, concluiu-se ser uma temática pouco explorada com esse recorte, e ainda pela atualidade do tema, o necessário e constante debate e estudo em temática que envolvam a democracia. A pesquisa utilizará do método de entrevistas e questionários para a coleta de dados. Os riscos para participação nessa pesquisa são considerados baixo, tendo em vista que toda participação é realizada respeitando o anonimato dos participantes.

A sua participação nessa pesquisa será no processo de fornecimento de informações através do **questionário** abaixo. O(A) Senhor(a) terá assistência e acompanhamento imediato, integral e gratuito em qualquer momento durante e após a participação. Garantimos que as suas informações só serão utilizadas após o seu consentimento, ou seja, o aceite desse documento, mediante sigilo da sua identidade. As informações coletadas através dos questionários serão utilizadas para elaboração de dissertação de mestrado.

Sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não receberá recompensa ou gratificação e nem pagará nada para participar. O(A) Senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver em qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Será garantido acesso aos resultados obtidos nessa pesquisa, e a pesquisadora fica a disposição para esclarecimento de qualquer dúvida. O(A) Senhor(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Katriny RenostoLazarin através do contato (42) 9 8402 5214, e-mail katriny_04@hotmail.com ou endereço Avenida Dom Pedro II, 785. Nova Rússia - Ponta Grossa/PR e também com a Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizada na Avenida Carlos Cavalcanti, 4748, Uvaranas, CEP: 84030-900, Bloco da Reitoria, sala 22, telefone (42) 3220-3282 e e-mail propesp-cep@uepg.br - Horário: Segunda a Sexta, 8h às 12h e 13h às 17h.

Uma via desse documento ficará de posse do pesquisador e outra do participante. Como o preenchimento será de forma online, uma via será encaminhada para o seu e-mail cadastrado no decorrer da pesquisa.

Estou ciente e de acordo com a participação na pesquisa:

Sim / Não

Termo para entrevista online

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **“A CULTURA POLÍTICA DOS ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO PERTENCENTES AO MOVIMENTO ESTUDANTIL – DCE 2019/2020 - DA UNIVERSIDADE**

ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG” tendo como pesquisadora responsável a mestrandia em Ciências Sociais Aplicadas Katriny RenostoLazarin, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O objetivo dessa pesquisa é Identificar qual é a cultura política dos acadêmicos de graduação pertencentes ao movimento estudantil (DCE – 2019/2020) da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A presente pesquisa se justifica como relevante a partir de inúmeros levantamentos realizados a partir da temática, concluiu-se ser uma temática pouco explorada com esse recorte, e ainda pela atualidade do tema, o necessário e constante debate e estudo em temática que envolvam a democracia. A pesquisa utilizará do método de entrevistas e questionários para a coleta de dados. Os riscos para participação nessa pesquisa são considerados baixo, tendo em vista que toda participação é realizada respeitando o anonimato dos participantes.

A sua participação nessa pesquisa será no processo de fornecimento de informações através da **entrevista** concedida via plataforma online, na data de ____/____/____. O(A) Senhor(a) terá assistência e acompanhamento imediato, integral e gratuito em qualquer momento durante e após a participação. Garantimos que as suas informações só serão utilizadas após o seu consentimento, ou seja, o aceite desse documento, mediante sigilo da sua identidade. As informações coletadas através dos questionários serão utilizadas para elaboração de dissertação de mestrado.

Sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não receberá recompensa ou gratificação e nem pagará nada para participar. O(A) Senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver em qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Será garantido acesso aos resultados obtidos nessa pesquisa, e a pesquisadora fica a disposição para esclarecimento de qualquer dúvida. O(A) Senhor(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Katriny RenostoLazarin através do contato (42) 9 8402 5214, e-mail katriny_04@hotmail.com ou endereço Avenida Dom Pedro II, 785. Nova Rússia - Ponta Grossa/PR e também com a Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizada na Avenida Carlos Cavalcanti, 4748, Uvaranas, CEP: 84030-900, Bloco da Reitoria, sala 22, telefone (42) 3220-3282 e e-mail propesp-cep@uepg.br - Horário: Segunda a Sexta, 8h às 12h e 13h às 17h.

Uma via desse documento ficará de posse do pesquisador e outra do participante.

Eu, _____, CPF/RG _____,
fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e por que precisa da minha
colaboração. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa referida neste
documento voluntariamente e autorizo a utilização das informações por mim
fornecidas para o resultado desta pesquisa. Este documento é emitido em duas
vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via
com cada um de nós.

Participante

Pesquisadora

APENDICE B – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Questionário aplicado via plataforma online para os acadêmicos regularmente matriculados nos terceiros anos dos cursos onde há representação no movimento estudantil – Diretório Central de Estudantes – DCE – gestão 2019/2020.

Questionário para os acadêmicos regularmente matriculados nos terceiros anos dos cursos onde há representação no movimento estudantil – Diretório Central de Estudantes – DCE – gestão 2019/2020.

DADOS INICIAIS

1. Qual sua idade? _____

2. Qual gênero você se identifica?

- Masculino
- Feminino
- Outros
- Prefiro não responder

3. Como você se identifica quanto a sua Raça? (Opções de acordo com o IBGE)

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Nenhuma das opções

4. Como você se identifica quanto a sua Religião?

- Católica
- Protestante
- Evangélica
- Judaica
- Muçulmana
- Espírita
- Religiões de origem africana
- Sem religião
- Nenhuma das opções

5. Sua formação escolar em nível fundamental se deu através do ensino:

- Público
- Privado
- Nenhuma das opções

6. Sua formação escolar em nível médio se deu através do ensino:

- Público
- Privado
- Nenhuma das opções

PERFIL DO ACADÊMICO**7. Qual setor o seu curso faz parte?**

- Setor de Ciências Biológicas e da Saúde
 Setor de Ciências Sociais Aplicadas
 Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

8. Qual é o seu curso?

- Medicina*
 Odontologia*
 Licenciatura em Ciências Biológicas*
 Licenciatura em Educação Física*
 Bacharelado em Enfermagem*
 Serviço Social*
 Bacharelado em Jornalismo*
 Licenciatura em Pedagogia*
 Licenciatura em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas*
 Licenciatura em Artes Visuais*
 Bacharelado em História*

*Cursos em que há representação direta na gestão do DCE 2019/2020

9. Em qual ano ingressou na UEPG, no curso atual?

- 2014
 2015
 2016
 2017
 2018
 Nenhuma das opções

10. Seu ingresso na UEPG se deu através de qual sistema de cota?

- Universal
 Candidatos oriundos de escolas publicas
 Candidatos Negros oriundos de escolas publicas

11. Trata-se da sua primeira graduação?

- 4.1 Sim
4.2 Não

12. Está inserido em algum campo de estágio?

- 4.1 Sim
4.2 Não

13. Recebe alguma modalidade de bolsa da UEPG?

- 4.1 Sim
4.2 Não

RELAÇÃO DO ACADÊMICO E POLITICA**14. De forma geral, você se interessa por política?**

- Não.
 Sim, um pouco
 Sim, muito.

15. Você procura se manter informado sobre a situação política do país?

- Sim
 Não

16. Se sim, por qual meio você busca informações?

- Televisão/Rádio
 Jornais impressos/Revistas
 Internet
 Amigos/familiares
 Nenhuma das opções

17. Você votou na última eleição (2018)?

- Sim
 Não

18. Você votaria mesmo que o voto não fosse obrigatório?

- Sim
 Não
 Nenhuma das opções

19. Você se sente representado por alguma das opções abaixo:
(possibilidade de marcar mais de uma opção)

- Presidente da República
 Governador do Estado do Paraná
 Prefeito da cidade de Ponta Grossa
 Vereadores da cidade de Ponta Grossa
 Nenhuma das opções

20. Você se sente representado por algum Partido Político?

- Sim, qual ? _____
 Não

21. Você compreende a Universidade como um espaço de debate político?

- Sim
 Não

22. Dentro do seu curso, como você avalia a presença do debate sobre política?

- Nenhum debate
 Pouco debate
 Muito debate
 Nenhuma das opções

23. Dentro da Universidade, você se sente representado por algum segmento do movimento estudantil (DCE, Centro Acadêmico, Atléticas, Coletivos, ETC)?

() Sim, qual ? _____

() Não

24. Você participa ou já participou de algum segmento do movimento estudantil dentro da UEPG (DCE, Centro Acadêmico, Atléticas, Coletivos, ETC)?

() Sim, qual ? _____

() Não

25. De forma geral, como você avalia sua participação em debates/decisões políticas? Sejam esses dentro ou fora da Universidade.

() Nenhuma participação

() Participação pouco ativa

() Participação ativa

() Participação muito ativa

() Nenhuma das opções

26. Para além do espaço acadêmico, você participa de algum espaço como:

() Associação de moradores

() Grupo de Igreja

() Organização não Governamental – ONG

() Outros

27. Você é a favor da política de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras?

() Sim

() Não

28. Você é a favor da política de cotas para oriundos de escolas públicas nas universidades públicas brasileiras?

() Sim

() Não

29. Você é a favor da privatização das universidades públicas brasileiras?

() Sim

() Não

30. Você acredita que as decisões políticas do país influenciam diretamente na sua realidade?

() Sim

() Não

31. Na sua opinião, o Brasil atualmente é uma democracia?

() Sim

Não

32. Assinale a alternativa que mais representa sua opinião:

- A democracia é a melhor forma de governo.
- A ditadura é a melhor que a democracia.
- É indiferente ser uma democracia ou uma ditadura.
- Nenhuma das opções

APRENDICE C –ROTEIRO DA ENTREVISTA DE PESQUISA

Roteiro para entrevista semi-estrutura via plataforma online

Roteiro para entrevista – Acadêmicos participantes do movimento estudantil através da gestão do Diretório Central de Estudantes – DCE – gestão 2019/2020

DADOS INICIAIS

1. Qual sua idade? _____

2. Qual gênero você se identifica?

- Masculino
- Feminino
- Outros
- Prefiro não responder

3. Como você se identifica quanto a sua raça? (Opções de acordo com o IBGE)

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Nenhuma das opções

4. Qual setor o seu curso faz parte?

- Setor de Ciências Biológicas e da Saúde
- Setor de Ciências Sociais Aplicadas
- Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

5. Qual é o seu curso? _____

QUESTIONAMENTOS:

- .Entendimento sobre política
- .Como compreende a relação do movimento estudantil – DCE com política
- .Como compreende a importância da sua participação no movimento estudantil
- .Como acredita que sua participação interfere nos debates e decisões políticas a sua volta, seja dentro da universidade ou fora dela.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CULTURA POLÍTICA DOS ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO PERTENCENTES AO MOVIMENTO ESTUDANTIL ¿ DCE 2019/2020 - DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA ¿ UEPG

Pesquisador: KATRINY RENOSTO LAZARIN

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 37338720.6.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.359.273

Apresentação do Projeto:

A CULTURA POLÍTICA DOS ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO PERTENCENTES AO MOVIMENTO ESTUDANTIL - DCE 2019/2020 - DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG.

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivos da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1615667, de 03/09/2020.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar qual é a cultura política dos acadêmicos de graduação pertencentes ao movimento estudantil (DCE – 2019/2020) da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Objetivo Secundário:

- Sistematizar os conceitos e debates a cerca da Democracia e Cultura Política;
- Identificar se há o debate sobre cultura política no âmbito da Universidade, dentro do movimento estudantil (DCE);

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG 

Continuação do Parecer: 4.359.273

• Compreender como se dá a construção da cultura política dos acadêmicos de graduação atuantes do movimento estudantil, aqui representado pelo DCE 2019/2020 na Universidade Estadual de Ponta Grossa;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Compreende-se que os riscos da presente pesquisa são baixos, tendo em vista a metodologia da mesma.

Entretanto pontua-se talvez o único risco

possível que seria o vazamento das informações dos participantes, o qual será tomada todas as providências para que não ocorra e os participantes

terão ciência dessa questão através do termo de consentimento os quais terão que preencher.

Benefícios:

A pesquisa traz como principal benefício a maior visibilização do debate sobre cultura política principalmente dentro da Universidade Pública e ainda dentro dos movimentos estudantis

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É um estudo nacional, unicêntrico e com caráter acadêmico realizado para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O presente projeto se utilizará da metodologia de pesquisa exploratória e bibliográfica e contará com aproximadamente 350 participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 4.359.273

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise documental considera-se aprovado este projeto e devidamente autorizado para seu início conforme cronograma apresentado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1615667.pdf	15/10/2020 20:59:41		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_katrinystenostolazarin.pdf	15/10/2020 20:59:23	KATRINY RENOSTO LAZARIN	Aceito
Brochura Pesquisa	questionarioeroteio_katrinystenostolazarin.pdf	03/09/2020 21:50:11	KATRINY RENOSTO LAZARIN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_katrinystenostolazarin.pdf	03/09/2020 21:49:16	KATRINY RENOSTO LAZARIN	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_katrinystenostolazarin.pdf	03/09/2020 21:47:12	KATRINY RENOSTO LAZARIN	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 4.359.273

PONTA GROSSA, 25 de Outubro de 2020

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br